



Escola de Ciências Sociais e Humanas

“REDE SOCIAL” COMO MEDIDA DE POLÍTICAS SOCIAIS –
BENEFÍCIOS E DESAFIOS: O CASO DE ESTUDO REDE SOCIAL,
CASCAIS.

Nyssken Roberto Rodrigues Costa Alegre

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador

Prof. Doutor José Manuel Henriques

Outubro, 2015



Escola de Ciências Sociais e Humanas

“REDE SOCIAL” COMO MEDIDA DE POLÍTICAS SOCIAIS –
BENEFÍCIOS E DESAFIOS: O CASO DE ESTUDO REDE SOCIAL,
CASCAIS.

Nyssken Roberto Rodrigues Costa Alegre

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador

Prof. Doutor José Manuel Henriques

Outubro, 2015

À amiga, companheira e esposa Eva! Pela capacidade de inculcar em mim,

Incentivos desta índole, verdadeira coautora deste trabalho.

A quem devo o alvoreço, determinação,

E o desafio de construir o futuro.

Agradecimentos

À minha família, aos meus filhos, o amor incondicional, vocês preenchem-me na plenitude.

Ao meu Orientador, fonte de inspiração para este trabalho, Professor Doutor José Manuel Henriques. A maneira elegante como aborda as questões, suas críticas e exigências, deram a este trabalho o merecido peso e fundamento para as ambições a que se propôs.

À Professora Investigadora Doutora Ana Larcher Carvalho, na fase inicial do meu percurso quando tudo era escuridão, foi quem acendeu a chama iluminando meu caminho para que o pudesse trilhar. Obrigado!

Ao corpo Docente do Mestrado de Economia e Políticas Públicas da ECSH, ISCTE-IUL. Agradeço os ensinamentos, o ambiente de aprendizagem e crescimento proporcionado, que serviram também de mecanismo para ilustrar as ponderações trazidas ao longo deste trabalho.

Às altas individualidades, que gentilmente abriram portas de suas instituições concedendo parte do seu tempo para as Entrevistas. Núcleo Executivo (NE) do CLAS de Cascais, bem como o respetivo Secretariado Técnico, agradeço a disponibilidade, colaboração e o espírito de solidariedade alargado demonstrado, que fez com que fosse possível concretizar este estudo de caso.

Um sincero e sentido Obrigado!

Resumo

Este trabalho discute em que medida a experiência do Programa “Rede Social” como medida de Políticas Sociais em Portugal contribuiu para o combate a pobreza e com isso perspetivar o que podem ser caminhos de aperfeiçoamento de Políticas Públicas no combate a pobreza em São Tomé e Príncipe. Numa primeira fase, o trabalho propõe a conceptualização da luta contra a pobreza. Conceitos como “pobreza”, “privação”, a relação com as Políticas Sociais, são discutidos e definidos. Na segunda fase, a relevância dada a evolução e a “mudança paradigmática” das Políticas Sociais, a reflexão sobre a Governança destacando-se como um dos eixos fundamentais para que um programa como “Rede Social” funcione. A Governança interpreta o quadro de ação das Políticas Sociais onde permite a articulação multinível, sector a sector de políticas, favorecendo um planeamento estratégico de modo a dar respostas adaptadas e com eficácia na sua implementação face aos problemas contemporâneos de cada território. Na terceira fase, relevância dada ao caso de estudo “Rede Social”, o Núcleo Executivo (NE) do Conselho Local de Ação Social (CLAS) Cascais e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF). Foram avaliadas as articulações multinível dos Atores, das Políticas e dos instrumentos. Assumiu-se uma metodologia caracterizada por duas partes: Primeira, procedeu-se a uma leitura crítica – “Análise Documental” - da documentação existente e da bibliografia relevante. Transversalmente aos documentos analisados e da literatura de natureza teórico – conceptual é construído o modelo de análise no quadro do qual procedeu-se à recolha de informação – “Síntese Crítica” – através da análise documental e entrevistas semidiretivas relativamente ao estudo de caso selecionado. O estudo aponta a Rede Social como uma realidade consolidada apresentando aspetos que são pontos fortes para o futuro, bem como, algumas fragilidades que podem ser melhoradas e daí as ilações, para possível implementação noutra contexto territorial.

Palavras-chave: Pobreza; Políticas Sociais; Rede Social; Governança; Desenvolvimento Social; Território.

Abstract

This work discusses how the experience of the program called "Rede Social" as a measure of social policies in Portugal contributed to the fight against poverty and thus envisaged what can be the roads of improvement to the Public Policies in fighting the poverty in São Tomé and Príncipe. Firstly, the work proposes the conceptualization of the fight against poverty. Concepts such as "poverty," and "deprivation" in relation to Social Policy, are discussed and defined. In the second phase the relevance is given to the evolution and the "paradigm shift" of Social Policy, the reflection on Governance highlighting itself as one of the cornerstones for functioning program's like "Rede Social". The Governance interprets the policy framework of the Social Policy which allows multilevel coordination, sector by sector, encouraging strategic planning in order to give appropriate responses and effectiveness in its implementation in order to meet the contemporary problems of each territory. In the third phase, the relevance is given to the case study "Rede Social", the Executive Nucleus (NE) of the Local Council for Social Action (CLAS) Cascais and the Parish Social Commissions (CSF). The multilevel joint of Actors, Policies and instruments were evaluated. It is assumed a methodology characterized by two parts: First, we proceeded with critical reading - "Document Analysis" – of the existing documentation and the relevant literature. Across the documents examined and the literature theoretical – conceptual is built in analyzing a model under which we proceeded with the collection of information - "Critical Synthesis" - through documentary analysis and semi-directive interviews regarding the selected case study. The study showed that "Rede Social" as a consolidated reality presented aspects that are strengths for the future as well as some weaknesses that can be improved for possible implementation in another territorial context.

Keywords: Poverty; Social policies; Social network; Governance; Social development; Territory.

Índice

ÍNDICE DE QUADROS.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	3
CAPÍTULO I – POLÍTICAS SOCIAIS: A RELAÇÃO COM POBREZA.....	5
1.1 Breve contextualização: Pobreza vs. Privação – Proteção Social.....	5
1.2 Conceitos-chave e indicadores de pobreza em Portugal e na Europa.....	7
1.3 O Sistema Social desde o Estado-providência.....	11
1.4 Políticas Sociais e as Políticas Públicas de combate à Pobreza, em Portugal e na Europa.....	14
1.5 Novos caminhos da Ação Pública contemporânea – Papel da Governança.....	17
CAPÍTULO II – POBREZA E A REALIDADE SANTOMENSE.....	21
2.1 Num Território de baixa densidade: Desafios.....	21
2.2 A questão da Governança: O papel dos Atores e dos Líderes.....	22
2.3 Um breve olhar sobre a Pobreza em S. Tomé e Príncipe.....	24
CAPÍTULO III – POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A POBREZA – REDE SOCIAL.....	27
3.1 O que é a Rede Social.....	27
3.2 Princípios, estrutura orgânica e “Modus operandi” - Rede Social.....	29
3.3 Avaliação do Programa Rede Social – Síntese da Avaliação.....	40
3.4 Da concretização (Cascais) a avaliação e o contacto direto – Utilidades para STP.....	63
CAPÍTULO IV – O CASO DE ESTUDO REDE SOCIAL CASCAIS.....	65
4.1 Caracterização do concelho: Rede social de Cascais.....	65
4.2 Objetivos gerais preconizados.....	67
4.3 Metodologia.....	67
4.4 Análise Documental.....	68

4.5 Análise das Entrevistas	71
4.6 Organização, Funcionamento e Articulação dos atores (NE, CLAS e CSF)	72
4.7 Autoavaliação, Articulação Multinível de Políticas Públicas	75
4.8 Os resultados: Aspectos Fortes vs. Fracos da Rede Social	78
CAPÍTULO V – DO TRABALHO IN LOCO AS ILAÇÕES	81
5.1 O caso de Estudo: Principais conclusões	81
5.2 Conclusão	86
BIBLIOGRAFIA	89
ANEXO A – Exemplo de Guião de Entrevista.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Questões de avaliação Projeto Rede em Prática.....	46
Quadro 2 – Elaboração do Diagnóstico Social (DS).....	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico1-População em idade de trabalhar (18-56) em risco de pobreza ou exclusão social....	8
Gráfico2-População em risco de pobreza: desempregados versus população total, 2009.....	8

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CMC – Câmara Municipal de Cascais
CSF – Comissões Sociais de Freguesia
DS – Diagnóstico Social
INE – Instituto Nacional de Estatística
INESTP – Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS – Instituto da Segurança Social
NE – Núcleo Executivo
NUTS – Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento
PA – Planos de Ação
PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDM – Plano Diretor Municipal
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PNAI - Plano Nacional para a Inclusão
PNI - Plano Nacional para a Igualdade
PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RS – Rede Social
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

No entendimento das dinâmicas relacionais das sociedades contemporâneas, as Políticas Sociais no campo de ação das Políticas Públicas apresentam-se como uma das medidas centrais. Neste atual paradigma em que a economia conhece o processo de globalização, todas as sociedades se confrontam com os desafios da competitividade, ao desenvolvimento dos territórios e a necessidade de uma forte coordenação de políticas públicas de inovação. Daí a crescente preocupação com a vertente social das políticas públicas dando primazia não só ao desenvolvimento económico mas também ao bem-estar-social, as políticas de inovação social, não perdendo de vista os desafios que possam advir deste fenómeno que é a globalização. A Pobreza e exclusão social podem por exemplo ser domínios ilustrativos em que estes desafios se fazem sentir de uma forma clara. Sobre este assunto contributos valiosos foram dados entre eles Joseph Stiglitz na sua perspetiva em que a economia e os desenvolvimentos da Ciência Económica não devem perder de vista o homem e a realidade envolvente, e a partir daí a sustentação sem hesitações da economia como Ciência Social que não pode perder de vista a complexidade do “fenómeno social” e a necessidade do envolvimento de outras ciências sociais e humanas num contexto em que deve instalar-se a ambição da interdisciplinaridade (Prefacio de António Simões Lopes in Stiglitz, 2002, p.1). Outro exemplo pode ser a visão de walter Stöhr em que desde logo defendia que, “dado o carácter sistémico das “novas” tecnologias, o sucesso da inovação tecnológica depende em grande parte se as requeridas transformações tecnológicas, organizacionais e sociais poderem realmente acontecer em todo o sistema das atividades não só económicas mas também humanas” (Stöhr, 1988a, p. 205). As sociedades contemporâneas para darem resposta a recente crise viram-se responsabilizadas por construir modelos de capacitação para a ação (Empowerment) tendo como suporte a interação social e o aprofundamento da integração territorial da “Inovação Social”. O devido destaque deve ser dado ao esforço coletivo, traduzindo-se no interesse comum com vista o desenvolvimento social e a iniciativa local em processos de desenvolvimento dos seus territórios. É com base nestes pressupostos que daí parte a motivação para a conceção deste trabalho.

Esta dissertação tem como objetivo esclarecer a seguinte questão - Em que medida a experiência do Programa “Rede Social” em Portugal permite perspetivar o que podem ser caminhos de aperfeiçoamento de Políticas Públicas no combate a pobreza e a exclusão social em São Tomé e Príncipe: O caso de estudo “Rede Social” de Cascais.

Com o atual paradigma do modo de governança, poderão também ser eficazes num contexto de desenvolvimento de políticas públicas territoriais em territórios de baixa densidade populacional? Isto porque, no fundo o propósito desta investigação, é fazer uma análise crítica das lições que possam ser retiradas com a experiência Portuguesa sobre o programa “Rede Social” no processo de combate a pobreza ou o seu risco, os impactes, as limitações e o que falta fazer com vista a planejar desafios que possam favorecer trajetórias de inovação no que respeita ao aperfeiçoamento das políticas públicas de intervenções sociais para a realidade de São Tomé e Príncipe.

Na conceção das políticas públicas, o estado que inicialmente de estruturas tradicionais, estado-nação em que as relações eram mais verticais, de cariz hierárquico “Government”, com as novas realidades contemporâneas, veio revelar-se desadequado tendo-se verificado a necessidade de sua reformulação em torno do aprofundamento dos valores da democracia, da igualdade e representatividade. Contudo, o estado não deixa de ser central tendo atribuições, recursos, competências e responsabilidades inalienáveis, desde logo a garantia de que os cidadãos tenham os seus direitos constitucionais realizados. Isto porque, tomando como referência o caso Português, nesta relação Estado-Sociedade Civil o que está presente são os órgãos desconcentrados da administração central que têm decisão no centro em Lisboa sector a sector. Estamos perante um novo paradigma relacional, o de “Governance” que traduz a mudança do papel do Estado em que o funcionamento subentende uma interdependência entre os atores públicos e não públicos, permutando diferentes tipos de recursos, partilhando objetivos mútuos. Daí a relevância deste novo modo de Governança no contexto do qual os fluxos comunicacionais são de natureza horizontal (quanto baste) e a necessidade urgente de “inovação social” de modo aperfeiçoar as políticas públicas (neste caso, em particular as políticas sociais) e para a capacitação coletiva na resposta aos problemas que as sociedades de um mundo globalizado se vêm enfrentando. De acordo com a OCDE “inovação social” ocorre quando “novos mecanismos e novas normas contribuem para consolidar e melhorar o bem-estar dos indivíduos, comunidades e territórios em termos de inclusão social, criação de emprego e qualidade de vida. Assim, a “inovação social” procura responder a novas necessidades não satisfeitas pelo mercado podendo envolver aspetos conceptuais, organizacionais e de relação entre as comunidades e respetivos territórios” (OCDE, 2009 citado por Henriques, 2009, p.190).

Este processo de tomada de decisão pode surtir melhor efeito contribuindo para a competitividade da região, emprego e inclusão social se for baseado em forma de participação

e articulação multinível tendo enfoque a legitimação da ação política. Como tal exige-se uma capacidade local de iniciativa e de organização suficiente para assegurar a eficácia dessa especificidade e a sinergia potencial na articulação entre os diferentes domínios de política pública.

Mas, como argumenta José Manuel Henriques, “essa capacidade de iniciativa e organização poderá não pré-existir em cada território. Ou existindo, poderá não se orientar para a facilitação das mudanças que melhor podem concorrer para objetivos de competitividade, emprego e inclusão social (devido à inércias institucionais, inexistência ou desadequação de serviços públicos, deficits de competências técnicas e organizacionais, etc.)” (Henriques, 2014, p.4). Essa capacidade de iniciativa ao não pré-existir terá de ser “animada”, mais desenvolvimento sobre esta questão poderá ser encontrado neste mesmo documento.

Partindo desta base, interessa esclarecer se implementado o modelo embora complexo, dinâmico, de uma nova forma de governança em São Tomé e Príncipe poderia contribuir para condições favoráveis no combate a Pobreza.

Esta investigação tem como caso de estudo “Rede Social”, que tem como objeto a experiência da Rede Social de Cascais, constituída pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Cascais, o respetivo Núcleo Executivo e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto nesta dissertação foi adotada uma metodologia com duas partes. Numa primeira parte procedeu-se a uma leitura crítica – “Análise Documental” - da documentação existente e da bibliografia relevante. Depois, transversalmente aos documentos a serem analisados e da literatura de natureza teórico – conceptual é construído o modelo de análise no quadro do qual procede-se à recolha de informação – “Síntese Crítica” – através de várias fontes de primeira ordem, nomeadamente análise documental e entrevistas semidiretivas relativamente ao estudo de caso selecionado que é a Rede Social Cascais.

A análise documental:

Constitui um elemento transversal e fundamental da metodologia de trabalho, incidindo sobre todos os domínios deste trabalho de investigação:

- Recai, sobre os instrumentos de suporte da atividade do NE, das CSF e do CLAS (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação);

- Informação científica e técnica resultante de Estudos realizados ou em curso, com relevância para o Projeto “Rede em Prática”;
- Instrumentos de planeamento do Programa Rede Social e em particular Rede Social Cascais
- Sobre Documentos de diagnóstico da realidade Santomense.

As entrevistas semidiretivas:

- Foram feitas aos membros do núcleo executivo sendo que, entre eles um é representante da Camara Municipal (que é a pessoa que tem responsabilidade de coordenação), o outro, representante da Segurança Social e os restantes membros executivos.

O recurso a esta metodologia, baseada na auscultação de diferentes perfis de atores-chave, personalidades que ocupam lugares importantes e desenvolvem olhares diferentes sobre a Rede Social revelou-se um exercício de extrema riqueza para a progressiva focalização do exercício de avaliação e fundamental na recolha de elementos exploratórios de suporte a problematização do objeto deste estudo.

Esta abordagem permitiu evidenciar algumas características e dimensões dos problemas sociais, a partir da leitura de alertas e consensos sobre objetivos do Programa Rede Social destacadas por perfil de interlocutores como: Atores implicados na dinamização da Rede Social; Investigadores/consultores que conferem o apoio metodológico a Rede Social; Outros peritos e interlocutores privilegiados;

- Também, foi realizada uma entrevista exploratória a um membro representativo do Secretariado Técnico do NE do CLAS Cascais, dado o seu papel indispensável para o funcionamento do NE e a Rede Social Cascais. Trata-se do único sector, onde existe capital humano a trabalhar a tempo inteiro no âmbito da Rede Social.

O programa “Rede Social” espelha-se como um bom exemplo de governança multinível, uma vez que se revê como um meio de planeamento estratégico e execução de políticas públicas participadas, propiciando por isso condições favoráveis aos processos de negociação e concertação de atores relevantes de diversa origem e natureza. Permite, também, a articulação das diferentes políticas setoriais, uma vez que é composta por representantes dos diversos serviços desconcentrados da administração pública e entidades privadas (como as IPSS) que operam em cada região. Assim, com este cenário procura-se saber se o conselho de Cascais consegue reunir condições favoráveis para a erradicação da pobreza.

A dissertação apresenta-se em cinco capítulos:

No primeiro procura fazer-se o enquadramento das Políticas Sociais a relação com a pobreza em Portugal, o estado Providencia até aos dias de hoje e a grande questão Governação Governança.

No segundo capítulo faz a abordagem sobre a Pobreza e a análise da realidade Santomense; A questão da Governança: O papel dos Atores e dos Líderes.

O terceiro capítulo centra-se sobre a medida de Políticas Sociais, o Programa Rede Social, o que é, os pressupostos, toda a legislação e os resultados da sua avaliação em 2013.

O quarto capítulo dedicado ao caso de estudo, o Programa Rede Social Cascais, com o objetivo de, através da análise das dimensões da articulação multinível e intersectorial dos atores, políticas, e dos instrumentos de política pública, verificar em que medida o modelo tem contribuído para o combate a pobreza e exclusão social.

O quinto capítulo dedicado as principais conclusões e considerações finais.

CAPÍTULO I – POLÍTICAS SOCIAIS: A RELAÇÃO COM POBREZA

1.1 Breve contextualização: Pobreza vs. Privação – Proteção Social

A ação Social teve o seu percurso no âmbito da proteção social, em particular na Segurança Social (funcionando de um modo mais ou menos como subsidiário ao longo dos últimos anos) do mesmo modo como sucedeu o desenvolvimento do Estado Providência em Portugal, tardio e incompleto. Mas como defende Maria Lourenço, “o desenvolvimento económico e social foi preocupação dos governos, concretizada durante a década de 60 e parte de 70, através de planos de fomento económico, social, agrícola e outros, mas cuja experiência mostrou serem medidas sectoriais insuficientes, que revelaram uma ineficácia significativa em termos de garantia de acesso a níveis satisfatórios de bem-estar para a generalidade da população” (Lourenço, 2005, p.31).

A segurança social é fundamental para o bem-estar dos trabalhadores, suas famílias e toda a comunidade. Esta é ideia também defendida por José Manuel Henriques no seu documento em 2008, o mesmo refere que é um direito humano básico e um meio fundamental para a criação de coesão social, contribuindo para assegurar a paz e inclusão social, desempenhando um papel central no combate à pobreza e à exclusão social, criando as condições necessárias para permitir que os pobres e os excluídos possam trabalhar fora da pobreza e promovendo assim processos de inclusão social (Henriques, 2008, p.9).

(...) “The notions of social security and social protection are sometimes used interchangeably. But, social security concerns the protection which society provides for its members through public measures. Social protection includes not only public social security schemes but also private or non-statutory schemes with a similar objective, as it is the case of mutual benefit societies and occupational pension schemes. All sorts of non-statutory schemes, formal or informal, are included provided that the contributions to these schemes are not wholly determined by market forces (group solidarity, employer subsidy, government subsidy, etc.)” (ILO, 2000, p. 29).

A pobreza pela sua definição conceptual consiste na insuficiência de recursos independentemente do tipo de recursos num determinado contexto discursivo e organizativo, que são funcionais para a realização de objetivos humanos. A capacidade de realizar estes objetivos propostos é que transforma em recurso qualquer entidade social. O recurso é como tal, tudo aquilo a que se recorre para realizar um fim.

Pobreza pode ser relativa, a que procura medir o nível de rendimento da sociedade e a pobreza absoluta a que se reporta a dimensão existencial da pobreza, ou seja, a incapacidade de mobilizar meios materiais e não-materiais para a satisfação das "necessidades básicas". “Pobreza foi definida como uma situação de insatisfação de necessidades básicas, ausência de saúde e de autonomia, como resultado de um processo através do qual necessidades «intermédias» (alimentação, habitação, cuidados médicos, etc.) podem ser relacionadas com a insuficiência de recursos, materiais, ou não-materiais, num determinado contexto discursivo e organizativo” (Henriques, 2010, p.5).

Privação por sua vez refere-se à vida em que por alguma razão se tem más condições de vida (más condições de habitação, alimentação, etc.). Até certo ponto e em determinado contexto, a pobreza pode ser entendida como um estado de privação que resulta da insuficiência de recursos, o que nos leva a repensar os fundamentos que permitem tornar mais claro a distinção entre privação e pobreza, embora os discursos dominantes concorressem para a ocultação de tais distinções conceptuais fundamentais (Henriques, 2010, p.6-10).

A última crise do sistema financeiro internacional, trouxe consigo a crescente dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias, a procura local diminuiu acentuadamente por causa do efeito da recessão e o efeito da globalização fez aumentar a concorrência internacional agravando as dificuldades das empresas locais. O elevado nível de desemprego foi contudo a maior consequência que a Europa tem vindo a enfrentar de forma prolongada. Entretanto, como afirma José Manuel Henriques será útil não esquecer que,

desemprego por si só, não implica necessariamente pobreza, o Estado por vias da Proteção Social (por exemplo a Segurança Social, ISS) pode contribuir para a prevenção da pobreza. Também é não menos verdade que, por outro lado, o acesso ao emprego não conduz automaticamente à mudança de situação de pobreza. "Emprego não precário e remuneração adequada não estão associados a qualquer forma de emprego. Emprego sem Proteção Social dificilmente pode assegurar uma mudança em situações de pobreza." (José Manuel Henriques in MTSS, 2010, p.11) mais desenvolvimentos sobre esta reflexão encontram-se disponíveis neste mesmo documento.

1.2 Conceitos-chave e indicadores de pobreza em Portugal e na Europa

Até aos anos de 2009, os índices de pobreza e o seu risco na União Europeia eram medidos com base nos Indicadores tradicionalmente utilizados pelo EUROSTAT:

- **Pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais:** Em situação de risco de pobreza após transferências sociais são as pessoas com rendimento monetário equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza, o que corresponde a 60% da mediana nacional do rendimento disponível.
- **Privação Material:** A privação material abrange indicadores relativos à pressão económica e bens duráveis. Pessoas gravemente ou materialmente necessitadas que tenham condições de vida severamente limitadas pela falta de recursos, elas experimentam, pelo menos, 4 de 9 dos seguintes itens privações - não pode pagar: (i) o aluguer ou contas de serviços públicos; (ii) manter casa adequadamente quente, (iii) enfrentar despesas inesperadas; (iv) comer carne, peixe ou um equivalente de proteína a cada dois dias, (v) uma semana de férias longe de casa, (vi) um carro, (vii) a máquina de lavar roupa, (viii) a TV a cores, ou (ix) um telefone.
- **Pessoas a viver em agregados familiares com muito pouca intensidade de trabalho:** As pessoas que vivem em domicílios com muito baixa intensidade de trabalho são aquelas com idade entre 0-59 residente em domicílios em que os adultos (com idade entre 18-59) trabalham menos do que 20% do seu potencial de trabalho total durante o ano que passou.

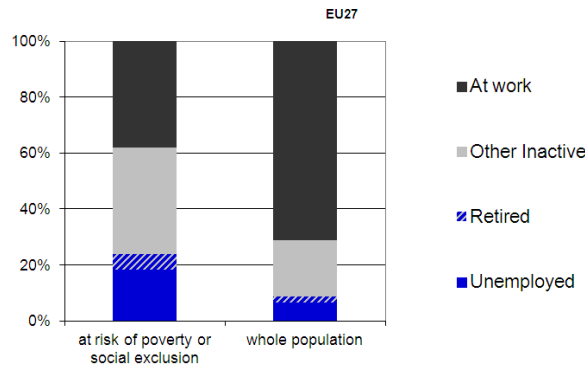
Mais informações e todos estes indicadores podem ser pesquisados em:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators

Uma questão social certamente:

a) Inativos

Gráfico 1 – População em idade de trabalhar (18-59) em risco de pobreza ou de exclusão social por estatuto de atividade, 2009

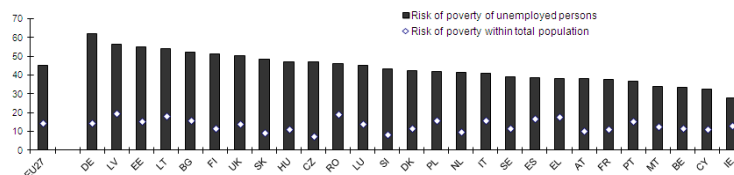


Fonte: Cálculos da DG EMPL baseados em EU-SILC

De acordo com o gráfico 1, entre a população em risco de pobreza ou de exclusão social cerca de 40% são inativos (para além dos reformados), entretanto na população geral este grupo apenas representa cerca de 20%.

b) Desempregados

Gráfico 2 – População em risco de pobreza: desempregados versus população total, 2009



Fonte: Eurostat, EU SILC

O risco de pobreza entre os desempregados é bastante mais elevado do que entre a população em geral. No caso da Alemanha (acima de 60%).

O risco de pobreza ou de exclusão social é também elevado entre os idosos (embora neste caso com diferenças entre países, uma vez que existem países em que os idosos estão expostos a menos riscos), as famílias monoparentais, os imigrantes de países de fora da UE, os trabalhadores que têm apenas empregos a part-time e contratos temporários. O trabalho em part-time é em grande escala involuntário para os jovens, sendo estes associados a maior risco de pobreza no emprego. Pobreza entre os que trabalham também está negativamente

correlacionada com o nível educativo, quanto maior for o nível educativo menor a probabilidade de se rever em situação de pobreza.

A partir de 2010 foi criado um novo indicador para medir a pobreza e a exclusão social na UE pelo EUROSTAT, justificado pelo facto da pobreza se tratar de um fenómeno multidimensional: “**Pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social**”- Este indicador corresponde à soma das pessoas que estão: em risco de pobreza ou severamente privação material ou que vivem em domicílios com muito baixa intensidade de trabalho. As pessoas somente são contadas uma vez, mesmo que elas estejam presentes em vários sub - indicadores. Problemas relacionados com a comparação entre os países (acentuados com o alargamento a leste), bem como o atual contexto socioeconómico (que conduziram as alterações na definição do limiar da pobreza) contribuíram para a criação deste novo indicador. O objetivo definido no âmbito da Estratégia “Europa 2020” de reduzir 20 milhões de pobres na UE entre 2010 e 2020 tem sido medido com base neste indicador.

Recentemente, a 09 de setembro de 2015 é publicado um estudo da OXFAM¹ sobre a Pobreza na UE. De acordo com este estudo de autoria Teresa Caveró, a União Europeia ainda apresenta uma colossal desigualdade: 342 milionários, 123 milhões em risco de pobreza (representando um quarto da população) e quase 50 milhões de pessoas vivem com privação material grave, sem dinheiro suficiente para aquecer a casa ou fazer face a despesas imprevistas. O estudo classifica como "Injustiça inaceitável".

"O diagnóstico da Oxfam está correto: os níveis de pobreza e de desigualdade na Europa, agravados pela crise económica e pelas medidas de austeridades, são inaceitáveis. É hora de se adotarem medidas à escala europeia com o objetivo de promover a recuperação do investimento e do emprego, bem como para cicatrizar as feridas abertas pela perda em massa de postos de trabalho, pela redução dos salários reais e pelos cortes nos serviços públicos, especialmente em países como a Grécia, Espanha e Portugal, mas também em toda a Europa", (Stephany Griffith-Jones in Caveró, 2015, p.2).

Entre 2010 e 2013, enquanto 50 milhões de pessoas na UE não conseguiam satisfazer as suas necessidades materiais básicas, representando um aumento de 7,5 milhões de pessoas em relação aos valores de 2009, cenário que atingia então 19 dos 28 Estados-membros, incluindo Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália, neste mesmo período, o número de milionários

¹ Oxfam International é uma confederação de 13 organizações e mais de 3000 parceiros, ONG que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais. <https://www.oxfam.org/>

aumentou de 145 para 222, e continuou a crescer até hoje para os 342. Cerca de 85% dos bilionários do espaço comunitário são homens com mais de 60 anos. É também o período em que o sector dos bens de luxo na Europa registou um aumento de 28%. Em 2014, um relatório da UNICEF constatou que mais de 30 por cento das crianças na Roménia, Itália, Espanha, Lituânia e Letónia vivem abaixo da linha de pobreza relativa, na Grécia é mais 40% (Cavero, 2015, p.4-10).

O grau de desigualdade económica e de concentração de receitas variam consoante o país, mas a Bulgária e a Grécia sobretudo esta última registam os piores resultados em quase todos os indicadores analisados para determinar o risco de pobreza. A Grécia apresenta maior diferença entre as receitas das classes mais ricas e das classes mais pobres, regista também uma elevada taxa de desemprego. O Reino Unido tem o nível mais elevado de desigualdade salarial. Em contraste, os países mais igualitários da UE são a Eslováquia, Malta, República Checa e a Eslovénia. Os valores mais altos de pobreza na população ativa verificam-se na Roménia e na Grécia, mas estão a aumentar em outros países, nomeadamente na Alemanha. A diferença salarial por género também continua a ser uma realidade na Europa e são as mulheres na Alemanha, Áustria e República Checa aquelas que sofrem alguns dos valores mais altos de disparidade salarial face aos trabalhadores do sexo masculino (Cavero, 2015, p.16-19).

Neste trabalho o enfoque foi dado à questão da pobreza porque, no que toca a exclusão social, é preciso ter atenção que nem sempre situação de pobreza implica necessariamente exclusão social por parte do indivíduo, também a exclusão social pode não envolver situação de pobreza. Todos estes conceitos dependem do contexto social em que o processo de análise é feito. O conceito Inclusão Social (que é por sinal o inverso de Exclusão Social) ao longo da história começou por ser chamado de Integração, depois Inserção, para então passar a ser Inclusão, não quer dizer necessariamente o combate a pobreza. Tenha-se o seguinte exemplo prático: Um trabalhador com contrato de trabalho sem termo, com um salário muito baixo, com direito a reforma, com uma boa relação social e completamente inserido na sua comunidade, ora, este cidadão está incluído mas ainda assim é pobre. É um exemplo que suscita alguma reflexão e deixa bem claro que de acordo com estes conceitos o que pode ser válido para um contexto social poderá não ser para uma outra realidade.

“The concrete relations between social protection, employment and local development depend very much on territorial context. It depends on history (legacy), national institutions and territorial conditions” (Henriques, 2008, p.11).

Como tal, uma vez mais, vale a pena investir neste estudo para a realidade Santomense sendo que pode-se ter de começar por discutir se existe sequer exclusão social embora haja pobreza. Isto porque o que está em causa é que se por um lado pretende-se saber se a “Rede Social” de facto contribuiu para a diminuição da pobreza, por outro, se com isso pode-se aprender com a experiência Portuguesa para fazer melhor em São Tomé e Príncipe.

1.3 O Sistema Social desde o Estado-providência

Nos dias de hoje a organização social tem-se revelado impotente para fazer face às necessidades básicas de todos os cidadãos, o que pressupõe a existência de profundas desigualdades e a impossibilidade de todas as pessoas possuírem um padrão de vida digno. A insuficiente produção de bens e serviços para responder a tais necessidades, a desequilibrada repartição dos recursos necessários à obtenção desses bens e serviços vem contrastar com o modelo preconizado para conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, desde logo sobressaindo duas ideias chave:

- i) As “necessidades”, especialmente a prioridade que deve ser dada às necessidades essenciais dos mais pobres à escala mundial;
- ii) As “limitações” que a organização social aliada à tecnologia provoca ao meio ambiente, impedindo-o de satisfazer as necessidades do presente e as do futuro.

Logo, torna-se indispensável a conjugação de esforços de toda a sociedade nomeadamente dos atores relevantes sem exclusão de sectores. No entanto, a promoção da harmonia entre os atores proposta por este modelo está longe de ser conseguida, podendo-se identificar razões de natureza estrutural para uma pluralidade de problemas sociais que se foram surgindo com o fenómeno da globalização.

De acordo com Maria Baltazar “As manifestações em Seattle, Gotemburgo e Génova evidenciam claramente que a globalização, apesar dos benefícios, falhou no que concerne às questões sociais e ambientais. O que quer significar que a governação económica, per si, não é suficiente, sendo igualmente necessária uma governação social” (Baltazar,2004, p.3).

Quer seja ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta organizada para tais situações, surge através das políticas sociais e têm como principal finalidade prevenir, atenuar ou resolver esses problemas sociais.

O sistema social é na verdade, uma conexão articulada de instituições e grupos sociais que, na sua diversidade e cooperação, constituem um conjunto social simultaneamente integrado e conflitual tanto na produção e distribuição de bens e serviços, como na tomada de decisões. Com isto, o sistema político é visto como um processo de fluxo interativo e sistémico entre o conflito e a integração que advém da relação dinâmica entre os agentes sociais, económicos e políticos, tendo por base o sistema social, onde coabitam lógicas articuladas da democracia e do mercado condicionando assim, as medidas de regulação social do Estado. É um estado que viu-se obrigado a sucessivas adaptações face as exigências da própria sociedade; À luz desta escola de pensamento, pode-se afirmar que a evolução da estrutura política, desde o Estado de direito até à configuração do Estado-Providência sucedeu-se como que em resposta aos problemas que a crescente complexidade da sociedade veio impondo à estrutura política.

De resto, como argumenta Maria Lourenço “Equacionado como o resultado do funcionamento do sistema político na sua capacidade para tornar compatível a pertinência daquelas duas lógicas contraditórias e também na possibilidade de articular as lutas sociais com o exercício de influência na tomada de decisão, o Estado-Providência pode ser apontado como um fenómeno de modernização geral das sociedades” (Lourenço, 2005, p.21).

Em Portugal tal como em maioria das sociedades democráticas e industrializadas, a estrutura do Estado-Providência caracteriza-se por quatro dimensões básicas:

- 1- Pelo desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de proteção de determinados grupos da população;
- 2- Pela implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada, intervindo nas disfuncionalidades das regras de mercado;
- 3- Pelo estabelecimento de formas de conciliação, através da institucionalização da concertação entre parceiros sociais e económicos em torno dos grandes objetivos, como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.
- 4- Pelo incentivo à produtividade, no aprofundamento da divisão científica do trabalho e estimulando o consumo, com suporte em políticas de proteção social que garantam a segurança dos cidadãos.

No fundo, em contexto de um estado democrático, é a expansão dos direitos sociais traduzidos pela institucionalização da concertação social, que está presente na estrutura política e legal do Estado, alicerçado no estímulo ao crescimento económico e na produção de fatores de integração social, como na moderada dimensão quantitativa das políticas sociais. Desde então verificou-se uma escalada de debates crescente em torno dos limites do modelo

keynesiano no estímulo à procura e ao consumo, ao pleno emprego e ao alargamento da proteção social, políticas de apoio e de subsídios ao sector industrial em dificuldade, o que veio a refletir conseqüentemente nos fortes aumentos dos gastos públicos e na carga fiscal não só nas famílias, mas também, nas indústrias e empresas.

De facto, embora houvesse crescimento das despesas de saúde, segurança social, educação, o principal aumento verificou-se na rubrica juros, devido ao crescimento do défice público que resultou das diferentes políticas orçamentais implementadas pelos governos surgidos desde a revolução de Abril de 1974. Já em 1994 as despesas públicas totais passaram de uma base reduzida de 23% do PIB, para 47,1% (na Europa dos 12 era de 51,4%). Apesar da contenção dos gastos e da austeridade financeira dos anos 1982-84, o défice público veio sempre a crescer. Entre 1990 e 1995, as despesas aumentaram para 7,7%, enquanto as receitas fiscais praticamente não se alteraram revelando-se insuficientes para cobrir as despesas. Entre 1995-2000 foi de maior crescimento, representando o PIB no final 74,3% da média europeia contra 70,7% em meados da década de 90.

Com esta subida progressiva dos gastos com a proteção social, e a situação financeira do sistema de segurança social face ao aumento do número de beneficiários e da melhoria das prestações sociais torna-se urgente a necessidade de redefinição do funcionamento daquele sistema. “As medidas existentes até então correm o risco de se tornarem financeiramente insustentáveis, devido a dimensão que estes problemas podem acarretar, daí a necessidade urgente de "Inovação Social" que é de facto a criação de novas formas de resposta no combate a pobreza implicando reestruturação conceptual exaustiva no que concerne à dimensão económica, não reduzindo o "económico" ao "mercado" dando primazia a ação coletiva, ao cooperativismo e associativismo propondo a reconstrução das relações entre o Económico e o Social” (Alegre, 2013, p.3). A mais recente expressão da crise de 2008 proveniente da crise financeira internacional veio a constituir num dos principais fatores para o crescimento da taxa de desemprego no País e na Europa, contribuindo também para realçar a complexidade dos problemas contemporâneos de pobreza, levando União Europeia (UE) a exercer uma pressão junto dos estados membros para conterem a despesa pública tendo aprovado o Pacto Estabilidade e Convergência (PEC) em 1996 no conselho Europeu de Dublin, retificado em 1997 e reforçado em 2011 “Six-Pack measures” de modo a garantir em conjunto com o Tratado Orçamental, a disciplina e solidez das finanças públicas na zona euro.

Para Costa Esping-Andersen, da Universidade de Trento, o principal desafio que provém da Globalização é a necessidade de manter a solidez das finanças públicas, e reduzir o

desemprego estrutural. O segundo impacto para os Estados-Providência “vem das mudanças demográficas. O custo das pensões de reforma em percentagem do PIB irá duplicar em 2040 (OCDE, 1988), e o rácio entre contribuintes e beneficiários de uma pensão está a deteriorar-se rapidamente. (...) Todavia, o verdadeiro problema não está no número de pessoas idosas, mas na baixa fecundidade, nas reformas antecipadas, na demora do primeiro emprego, e sobretudo nas baixas taxas de emprego (...) O terceiro impacto vem da mudança a nível da família e do novo papel económico das mulheres” (Esping-Andersen, 1998, p.3-4). Neste capítulo chama a atenção para a importância das Políticas Sociais a sua evolução e a necessidade dos Estados de reformularem as suas Políticas com vista ao desenvolvimento não só económico como também social.

1.4 Políticas Sociais e as Políticas Públicas de combate à Pobreza, em Portugal e na Europa

Um dos aspetos marcantes das políticas sociais inicialmente era a sua descontinuidade na implementação e na alteração da sua orientação. No domínio da Segurança Social, foi dada primazia aos casos de necessidades básicas, como por exemplo os diversos tipos de pensões e as prestações sociais que têm por função compensar situações de carência que afetam categorias socialmente vulneráveis como, crianças, idosos, deficientes e pobres, e, no domínio da Ação Social, as que promovem a integração social, criando equipamentos de apoio aos programas de luta contra a pobreza. (...)“Understanding poverty as a residual phenomenon of growth and understanding anti-poverty action as deprivation-oriented income support will be ineffective and financially unsustainable by means of compensatory measures” (Henriques,2006, p.).

Na verdade, pobreza não pode resumir-se apenas ao económico, mas também ao sistema social e político, logo as políticas desenvolvidas de combate devem, desta feita, envolver formas de intervenção do Estado na esfera social e económica e de regulação das atividades económicas privadas. Para tal, exige-se uma articulação das políticas de Ação Social com as restantes políticas sociais (de segurança social, de emprego, formação profissional, educação, saúde, habitação, ambiente, etc.) e também, com as políticas macroeconómicas, incluindo a política fiscal, ou seja, “Há que aperfeiçoar o próprio sistema económico, mas também proceder a reformas institucionais, nomeadamente da segurança social, do ensino obrigatório, da formação profissional, no sentido de contrariar a exclusão social; adotar políticas de

ordenamento do território e de reorganização do espaço urbano; adotar políticas públicas de satisfação de necessidades coletivas e concretizar medidas de apoio às famílias e às pessoas” (Lourenço, 2005, p.27).

As políticas de inovação e os programas experimentais europeus orientados para o combate à pobreza tiveram o seu início com as decisões iniciais do Conselho Europeu em 1975. Essa perspectiva ganhou maior relevo particularmente no final do terceiro Programa Europeu Anti Pobreza em 1994. A relevância do desenvolvimento local e da iniciativa local teve o seu reconhecimento a partir das Cimeiras Europeias de Corfu (1992) e Essen (1994) sendo o Livro Branco “Crescimento, Competitividade e Emprego de 1993” o principal impulsionador (Henriques, 2009, p.191). Em 1996 o emprego teve a sua especial atenção através dos Pactos Territoriais para o Emprego e mais adiante, seguiu-se o lançamento formal da Estratégia Europeia para o emprego. Desde então, passou a ser assumida a nível europeu que o emprego representa o melhor caminho para se sair da pobreza e da exclusão social e daí todos os esforços passaram a concentrar-se sobre as questões de empregabilidade até o final dos anos 90. O direito a um trabalho era assim reconhecido como a garantia de acesso aos bens e serviços necessários para a manutenção da vida e o conseqüente desenvolvimento.

No I Fórum Europeu das Políticas Sociais, em 1996, porque já existiam muitas vozes defendendo que não pode existir uma economia florescente num deserto social, assim, assumiu-se que as políticas económicas devem visar a justiça social (Lourenço, 2005, p.27); Sem pôr de parte as especificidades existentes em cada um dos estados membros, defendia-se os elementos de um “policy mix” ideal fundamentado numa política macroeconómica robusta sujeita ao rigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento, na flexibilização e moderação salariais, sistemas fiscais e de proteção social que privilegiem critérios de eficiência, ou seja, flexibilidade e segurança no emprego, e novas formas de combate à pobreza e exclusão social (MTS, 2000, P.15).

Com o Tratado de Amesterdão, em 1997 e 1999, surgiu um capítulo dedicado a empregabilidade e pela primeira vez, a Política Social foi descrita como uma missão europeia comum. São fixados novos objetivos para a Política Social Europeia e o Protocolo Social é integrado no texto do Tratado. Entre 1994 e 1999 a política de coesão económica e social ocupou o segundo lugar no Orçamento da Comunidade (aproximadamente 35%).

No Conselho Europeu de Lisboa de 2000 foi adotada a Estratégia de Lisboa, no âmbito da qual os Estados membros acordam num novo objetivo estratégico para a UE para os dez anos seguintes: tornar-se a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo,

capaz de sustentar o crescimento económico com mais e melhores empregos e coesão social reforçada. O futuro da coesão económica e social foi um dos grandes temas debatidos na Agenda 2000 com fortes implicações orçamentais.

De acordo com José Manuel Henriques, a Cimeira de Lisboa em 2000, reintroduziu uma preocupação no que toca as questões da pobreza, os níveis elevados de desemprego na Europa, passaram a ser considerados como não-aceitáveis. Com base no “*Open Method of Coordination*” deu-se início a Estratégia Europeia para a Inclusão, com o objetivo de alcançar uma redução significativa da pobreza nos 10 anos seguintes (de 18% para 15% em 2005 e para 10% em 2010) (Henriques, 2006). O mesmo documento acrescenta que, a Comissão Europeia foi convidada a apresentar um programa de ação comunitário. Emprego ainda foi reconhecido como o passo determinante para a integração e inclusão social, mas foi também manifestado que a exclusão social vai para além dos problemas de desemprego e de acesso ao mercado de trabalho, mais desenvolvimentos sobre esta temática podem ser encontrados no Comunicado da Comissão Europeia de 2001 “*Building an Inclusive Europe*”.

Já em (2001 e 2003), com o Tratado de Nice, a reforma institucional e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia veio a alargar o âmbito dos domínios em que a União poderia agir para prosseguir os seus objetivos de Política Social, nomeadamente no combate à exclusão social e na modernização dos sistemas de proteção social ao alterar processo de decisão por unanimidade para a decisão por maioria qualificada, no caso dos fundos estruturais, nos quais se inclui o Fundo de Coesão. Essa reforma institucional vem a ser aprofundada com o tratado de Lisboa em 13/12/2007.

Em 2010, foi aprovada a Estratégia Europa 2020, onde se propõe “tornar a Europa numa economia baseada no conhecimento, através do reforço da coesão social e do emprego”. De notar, como ao longo do tempo em Portugal e na Europa foi verificando sucessivas mudanças de paradigma, adaptações e reformulações de políticas para fazer face aos problemas que foram surgindo. Outro ponto a reter é que, com a aprovação e entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, da coesão económica e da coesão social conquistou-se uma terceira dimensão, a chamada “coesão territorial” – a que visa alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos os territórios da União Europeia, facultando aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um (o potencial endógeno), o que no entender desta investigação, é esta a condição favorável e necessária para que se possa falar em desenvolvimento social e económico de modo a obter-se uma região competitiva capaz de potenciar os seus recursos. Por sua vez, o crescimento meramente

económico por si só, não contribui para atenuar as diferenças sociais. Portanto para atenuar essas diferenças sociais eis nos dias de hoje o exemplo de uma medida de Política Social como é o caso do Programa “Rede Social”.

1.5 Novos caminhos da Ação Pública contemporânea – Papel da Governança

Desde o início da década de 80, que o reconhecimento da relevância do desenvolvimento local e da iniciativa local em processos de promoção do desenvolvimento territorial tem vindo a confrontar uma progressiva consolidação (Henriques, 2008, p.12). Como expressão deste processo tenha-se a ação pública e a capacidade de reformulação das Políticas Públicas por exemplo a “Inovação Social” contribuindo para o aperfeiçoamento destas mesmas políticas e para a capacitação coletiva na resposta societal face aos problemas que foram surgindo. De referir, tal como vimos no capítulo anterior a importância do contexto societal em que se esta inserido. O modelo clássico de ação política, em que as políticas sobre os diversos setores eram concebidas, unilateral e verticalmente, por um estado centralizado, está nos dias de hoje ultrapassado. Hoje, ação política exerce-se sobre várias direções (na horizontal, em ambos os sentidos) e podem agregar dimensões de nível: internacional, nacional, regional ou local, sendo assim impossível ignorar o papel dos demais intervenientes, políticos, cidadãos, organizações não-governamentais e outros. Importante é, identificar quais os problemas públicos e de que forma eles deverão ser abordados e solucionados. A ação pública, desta feita entendida como coletiva, no exercício da ação política endereça-nos para o conceito de governança, uma vez, resulta da mobilização de atores públicos e privados com interesses definidos e organizados em torno de objetivos comuns.

A melhoria da integração política e da realização de sinergias positivas em combinar a proteção social, o emprego e o desenvolvimento local para a inclusão social pode muito bem depender de mudanças na relação Estado-cidadão, partindo de uma abordagem baseada no “Government” (apenas centrado em atores públicos) para uma abordagem (envolvendo agentes públicos e privados) à base de “Governance” onde os governos locais e agências estatais descentralizadas podem manter um papel central na regulação e controle (Silveira, 2006 citado por Henriques, 2008, p.13).

Tradicionalmente o conceito de governance era entendido como similar ao de government (Stoker, 1998, p.17). De acordo com Stoker, a teoria política norte-americana utiliza a

expressão *government* para se referir às instituições formais do Estado e o seu monopólio de poder coercivo legítimo, ou seja, *government* é caracterizado pela capacidade de tomada de decisões e pela capacidade de as aplicar. Já outros autores defendem a autonomização do conceito de *governance* em relação ao conceito de *government* sendo como um elemento central na sua delimitação conceptual (Davoudi et al, 2008, p.33).

Rod Rhodes, caracteriza *governança* como uma mudança no entendimento de governo, significando um novo processo de governação ou uma mudança das regras ou ainda um novo método pela qual a sociedade é governada (Rhodes, 1996, p.652). Embora a *governança* tenha sido amplamente divulgada, esteja a ter muita atenção ao nível das ciências sociais, alguns problemas se colocam quando se tenta uma definição clara e precisa deste novo conceito. Pelo que, o autor identifica a necessidade de seis utilizações distintas do conceito de *governança*: i) Estado mínimo, ii) *Governança corporativa*, iii) Nova gestão pública, iv) Boa *governança*, v) Sistema socio-cibernético e vi) Redes auto-organizadas (Rhodes 1996, p.652-653).

Governança como um “estado mínimo” é segundo o autor, uma forma de explicação da redefinição do alcance e do papel do estado e da utilização de mercados e quási-mercados na oferta de serviços públicos. Neste contexto, o papel do estado foi diminuído, nomeadamente através das privatizações. O papel do estado teve uma mutação significativa, passando agora a intervir primordialmente através da regulação, (Rhodes, 1996, p.653-654).

“*Governança corporativa*” refere-se à forma como as organizações são geridas e controladas, independentemente de serem públicas ou privadas, focando-se mais especificamente nas preocupações de *accountability* (Rhodes, 1996, p.654).

Já *governança* como “nova gestão pública” é relevante para a discussão científica porque neste contexto “direção” (*steer*) é sinónimo de *governança*. Neste sentido, distingue-se *direção* (*steering*) de controlo, (*rowing*) sendo esta considerada como uma característica do governo (*government*). A nova gestão pública tem o seu enfoque nos mercados, na concorrência, nos clientes e nos resultados (Rhodes, 1996, p.655).

“Boa *governança*” é um conceito associado à instituições internacionais como o Banco Mundial e está intimamente ligado à reforma do estado, especialmente nos países do terceiro mundo. Neste enquadramento Rhodes identifica três tipologias de “boa *governança*”: i) sistémica, ii) política e iii) administrativa. A primeira está relacionada com a distribuição, tanto ao nível interno como ao nível externo do poder económico e político. A segunda tipologia centra-se na legitimidade e autoridade do Estado através do processo democrático. A

terceira foca-se na existência de serviços públicos eficientes, transparentes e passíveis de escrutínio público (Rhodes, 1996, p.656).

Governança como “sistema socio-cibernético” está ligada à diminuição da capacidade do estado central em controlar os efeitos e resultados das suas políticas. A interação dos diversos atores com o estado central, mas também entre si, altera a configuração dos resultados esperados pelos decisores políticos, demonstrando o carácter sistémico desta modalidade de governança. Os demais atores contribuem com recursos e conhecimento, não tendo nenhum deles um papel central que permita per si só a execução de políticas e o controlo dos resultados esperados ou desejados. Neste sentido, o estado passa a ter um carácter policêntrico, caracterizado pela existência de diversos centros. Governança entendida nestes moldes é utilizada não só na caracterização do estado nacional, mas sobretudo nas relações internacionais (Rhodes, 1996, p.656-658).

Rhodes, por fim, considera a governança como “Redes Auto-Organizadas” o resultado da evolução do conceito de “Government” para o de “Governance”, sendo este último muito mais vasto e complexo. Este facto deve-se à existência de um largo e complexo conjunto de organizações públicas e privadas envolvidas no processo de governação. O relacionamento estabelece-se inter-organizacionais, constituídos por organizações que trocam recursos para atingirem os objetivos a que se propõem, maximizando assim os resultados e diminuindo a dependência entre atores (Rhodes, 1996, p.658-659).

A governança entendida deste modo por Rhodes, embora em certos aspetos também indiretamente ligada à aplicação da teoria das redes, está particularmente associada à necessidade de mudanças na relação Estado-Sociedade Civil, não sendo restrita ao sector público (estado) mas também ao setor privado.

No documento Plano de Ação do CLAS Cascais 2015, “Governação e Governança” destaca-se como um dos eixos de atuação da Rede Social Cascais, sintetizado em três componentes: estrutura e composição da Rede Social, na visão estratégica e liderança, e na concertação e compromisso. Sendo que, ao nível da estrutura e composição, pretende-se afinar o grau de adequação da composição das Sub-redes e Rede à natureza dos problemas do território/freguesia, também a necessidade e importância de mobilizar (outros) atores estratégicos para a Rede e a sua capacidade de envolvimento dos parceiros na rede (aspeto característico da Governança). Quanto à visão estratégica e liderança importa analisar o nível de compreensão estratégica e consciência crítica dos parceiros sobre o território e a realidade social, como os processos de liderança em curso nas estruturas da Rede Social. Em termos da

concertação e compromisso a preocupação é em vários níveis: implicação e comprometimento dos parceiros na Rede, impacto do trabalho em “rede” nos processos de concertação, decisão e contratualização da intervenção, capacidade de concretização de processos participados e desenvolvimento de ações conjuntas, níveis de articulação das suas estruturas e outras estruturas de parceria, e por ultimo, mecanismos de comunicação utilizados entre os membros e o papel desempenhado para a coesão da Rede Social (PA, 2015, p.04-05).

A luz desta ideia de pensamento a “Rede Social” pode ser entendida como uma nova forma de Governança pois trata-se de uma nova forma de coordenação social e de gestão inter-organizacional. De facto é um tema suscetível de reflexões podendo ser também objeto de futuros estudos ou investigações.

CAPÍTULO II – POBREZA E A REALIDADE SANTOMENSE

2.1 Num Território de baixa densidade: Desafios

Os territórios de baixa densidade populacional bem como as regiões interiores, longe das grandes cidades têm enfrentado uma crescente desertificação, com a corrida do capital social, jovens qualificados, para as metrópoles permanecendo nelas, regra geral, os indivíduos proprietários já possuidores dos seus negócios de família ou pequenas indústrias e os indivíduos mais vulneráveis a situação de risco de pobreza (idosos, crianças, portadores de alguma deficiência, etc.). Conforme a literatura conceptual sobre o tema, entenda-se Desenvolvimento Social como o bem-estar de cada indivíduo tendo enfoque as questões básicas como alimentação, educação, saúde, vestuário...etc. Ou seja, o que representa bem-estar para um pode não ser para outro, o que sugere uma adaptação e articulação das Políticas Públicas no que toca a sua aplicabilidade no território.

As Políticas Públicas de desenvolvimento de base local, nos dias de hoje, guiam-se em linha das Políticas de coesão territorial, visando a correção dos desequilíbrios regionais e a redução das disparidades especialmente para os territórios de baixa densidade. Estes necessitam do apoio externo para valorização das suas especificidades e do capital social endógeno, de modo a encontrar o seu próprio caminho do desenvolvimento e competitividade.

De acordo com Raúl Lopes, competitividade territorial enquanto “realidade conceptual multifacetada e plurideterminada” e expressão relativa das performances económica e social (Lopes, 2001, p.5-7) encontra-se associada a um conjunto de condições, entre as quais se destacam: (i) a capacidade de produção de riqueza; (ii) a eficiência relativa com que as dinâmicas económicas dos territórios geram essa riqueza; (iii) a capacidade de atração e fixação de populações e de criação de emprego qualificado, que se revele capaz de promover “dinâmicas de inovação propulsoras da competitividade”; (iv) a capacidade de mobilização de recursos e da sua valorização num mercado aberto e competitivo, que garanta a sua sustentabilidade; (v) a capacidade de projeção para o exterior de uma imagem apoiada nas oportunidades e vantagens proporcionadas pela região (Lopes, 2001, p.153-154).

A competitividade de um local como argumenta Camagni, está na confiança que esse local inspira, traduzida pelo sentimento de pertença, pela identidade, criatividade e qualidade das relações que aí se estabelecem: “(...) Local competitiveness is interpreted as residing in local trust and sense of belonging rather than in pure availability of capital; in creativity rather than in pure presence of skilled labour; in connectivity and relationality more than in pure

accessibility; in local identity, beyond local efficiency and quality of life” (Camagni, 2008, p.131).

À luz desta ideia de pensamento importa realçar, o importante papel que o capital social desempenha na promoção da competitividade e no desenvolvimento não só económico como também social para depois atingir a terceira dimensão que é o desenvolvimento territorial. Por outro lado, fica espelhado a importância da relação de confiança que se deve nutrir entre os demais atores e na sua relação com o estado no âmbito da Governança em torno de interesses comum, como é o caso do combate a pobreza, um dos propósitos do Programa Rede Social.

2.2 A questão da Governança: O papel dos Atores e dos Líderes

A Governança pela pesquisa bibliográfica efetuada, consiste num mecanismo que torna possível o envolvimento participado dos atores relevantes na construção de um referencial de ação em torno do qual definem-se prioridades, objetivos e as estratégias de intervenção que desejam para o território. A grande vantagem que trás por intermédio de programa como a Rede Social é que permite ao conselho a elaboração de um plano estratégico ganhando com isso melhor informação sobre a situação da região facultando condições para dar respostas aos problemas sociais que forem surgindo. A governança constitui também o quadro de ação que faculta a articulação multinível e intersectorial de políticas, proporcionando respostas adaptadas a cada unidade territorial, bem como uma maior eficácia e coerência na sua implementação.

No entanto, a aplicação prática dos mecanismos da Governança territorial não são fáceis, podendo mesmo ser negativamente condicionado, uma vez que, os processos de cooperação, de coordenação de atores e de integração de políticas, dependem da conjugação de um conjunto variado de fatores: competências dos atores envolvidos; motivação; nível de comprometimento face aos objetivos traçados; nível de autonomia e capacidade de decisão; grau de responsabilidade assumida; nível de apropriação das políticas; capacidade de mobilização dos atores; tipo de liderança exercida, etc. (Matos, 2013,p.83).

Uma opinião que emergiu também das entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho de investigação, é que cabe aos líderes inculcar o espírito da Rede Social o de mobilizar a participação de todos os atores, tentando que esse relacionamento seja o mais horizontal possível (no seio do Núcleo Executivo o relacionamento é de “colegas de trabalho”), sempre abertos a novas ideias e sugestões mas nunca descurando das suas responsabilidades. Isto,

tendo em atenção ao aspeto da maturidade democrática e liberdade de expressão em cada estado ou país. Nestes moldes os atores devem mobilizar-se, governar-se uma vez que, o que os move trata-se de algo que já vêm fazendo a muitos anos atrás sem antes existir a Rede Social. Com um Diagnostico Social mais estruturado, um plano de ação e desenvolvimento estratégico elaborado, em conjunto os atores encontrarão condições facilitadoras que permitem maior eficiência e eficácia para as suas Ações.

Com o conhecimento que se possui da República Democrática de São Tomé e Príncipe, apesar da sua maturidade democrática não ser tão longínqua, (de resto como a de Portugal também não é), uma República Semipresidencialista Democrática representativa, onde o Presidente é o chefe de Estado, o Primeiro-Ministro o chefe de Governo que tem o poder Executivo. O poder Legislativo é atribuído ao Governo e a Assembleia Nacional. O Judiciário é independente do Executivo e Legislativo. São Tomé e Príncipe, tem funcionado sob um sistema Multipartidário desde 1990. O país realizou eleições Multipartidárias pela primeira vez desde a independência. Após a promulgação da nova Constituição em 1990 e sua entrada em vigor, a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe formalmente legalizou os Partidos Políticos da Oposição. Candidatos independentes também foram autorizados a participar nas eleições legislativas de janeiro de 1991. Embora pequeno, é um país onde até aos dias de hoje existe algum respeito pelos direitos constitucionais do cidadão, sobre tudo o de liberdade de expressão. Como tal, de acordo com este estudo, São Tomé e Príncipe está em condições favoráveis para abraçar um projeto complexo mas estruturado e dinâmico como é o Programa Rede Social. E mais, tal como foi o teor das opiniões nas entrevistas semidiretivas realizadas aos interlocutores chaves e as altas individualidades representantes do Núcleo Executivo da Rede Social do Conselho de Cascais, São Tomé e Príncipe só teria a ganhar, mais benefícios e melhores resultados poderiam ser alcançados se for dado o seu tempo desde a implementação (a fase experimental) até a sua consolidação (a fase da maturidade). Importa também ressaltar, que na sequência destas entrevistas no âmbito deste estudo de investigação, fica em aberta uma porta do lado da Rede Social Cascais para total disponibilidade em colaborar e trocar experiência (na sua pessoa, a Coordenadora do NE) com São Tomé e Príncipe, no que toca a este desafio de implementação do Programa Rede Social, com vista o combate a Pobreza e exclusão Social e com isso promover o Desenvolvimento Social. Eis o espírito de entreatajuda e de solidariedade mais alargada, que é de todo característico da Rede Social.

2.3 Um breve olhar sobre a Pobreza em S. Tomé e Príncipe

Antiga colónia Portuguesa, independência a 12 de Julho de 1975, República Democrática de S. Tomé e Príncipe é um país insular situado na costa ocidental do continente africano, no Golfo da Guiné, a 350 km do Gabão. Com uma população de 193 mil habitantes (2013, AICEP), o arquipélago possui uma superfície total de 1001 km² e é composto por duas ilhas principais. A Ilha de São Tomé constituída por 6 Distritos (Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi) e a Região Autónoma do Príncipe constituída pelo distrito de Pagué). Esperança de vida à nascença é de 69 anos (2013, PNUD), taxa de Alfabetização de Adultos (15 anos e mais) 69,5 % (2013, PNUD), taxa de Escolarização Primária 97% (2013, PNUD), índice de Desenvolvimento Humano 142^a Posição em 185 países (2013, PNUD), moeda Dobra, PIB Per Capita 1 625 USD (2013, AICEP), taxa de Inflação 8,3% (2013, AICEP), taxa de Desemprego 13,6% (2013, INESTP), taxa de Crescimento 4,3% (2012, AICEP), principais exportações: Cacau, Máquinas e Equipamentos, Frutas (2013, AICEP), (por exemplo: exportações-Portugal: 8,7 milhões € (2013, AICEP), importações- Portugal: 58,8 milhões € (2013, AICEP)). A pobreza reduziu em todos os distritos, com exceção do distrito de Água Grande, o maior – a capital (aumentou de 39,4% em 2000 para 52% em 2010). Maior redução verificou-se no distrito de Mé-Zochi, que passou de 58,9% em 2000 para 38% em 2010. Grande parte da população pobre situa-se nos distritos de Caué, Lembá e Lobata, onde mais de 50% das populações estão abaixo da linha da pobreza definida em 24 mil dobras diários por pessoa. Região do Príncipe situa-se numa zona intermédia, a taxa de incidência da pobreza no mesmo período baixou 1,6 ponto percentual (de 60,1% para 58,5%), a profundidade da pobreza 3,5% pontos percentuais (de 24,1% para 20,6%) e a severidade da pobreza 2,8 pontos percentuais (de 12,1% para 9,3%) (RN, 2013, p.06).

Nos últimos 10 anos, o país conheceu um ritmo sustentável de crescimento, com uma taxa de crescimento médio do PIB real na ordem dos 5,2%, ligeiramente superior à taxa de crescimento médio dos países da África ao Sul do Sahara (4,8%) (ENRPPII, 2012-2016). Este crescimento conduziu a uma melhoria do rendimento per capita, pela primeira vez desde a independência. Este crescimento foi impulsionado, por um lado, pelo aumento de fluxos de financiamento externo, especialmente do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), antecipando a potencial produção de petróleo, por outro, pela reafectação de recursos de fins menos produtivos como agricultura e outros considerados mais produtivos como os serviços, transportes, construção e obras publicas, comércio, etc. (RN, 2013, p.05).

De acordo com o documento apresentado e titulado Relatório Nacional, no âmbito da preparação à terceira conferência internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - Ápia, Samoa 2014 - algumas razões foram apontadas para o elevado índice de Pobreza em São Tomé e Príncipe, entre elas estão:

Apesar dos avanços registados na consolidação da democracia, questões como a dependência dos recursos financeiros externos; A insularidade, o fraco dinamismo da economia e a fraca diversificação do tecido produtivo reforçando a dependência da população da utilização direta dos recursos naturais; Falta de integração de desenvolvimento sustentável nas políticas de desenvolvimento do país; Ausência de uma política nacional de emprego e formação profissional, criando com isso frustrações na camada mais jovem do país em busca do primeiro emprego; Problema de infraestruturas, energia, transporte, água e saneamento do meio; Inexistência de um documento de estratégia de política do desenvolvimento nacional, único, integrando todos sectores da vida económica e social nacional; Ausência de uma estrutura responsável pelo Desenvolvimento Sustentável; Incapacidade da sociedade civil de encontrar financiamento e para participar ativamente no domínio de desenvolvimento sustentável; Fluxos migratórios (campo-cidade) aceleram o processo de urbanização do país, agravando a pobreza nos meios urbanos e por outro lado a desertificação da região interior; Descentralização insuficiente e ineficaz das instituições/serviços públicos; Cobertura insuficiente do território nacional pelos órgãos de comunicação social (rádio e televisão); Falta de recursos humanos competentes e materiais. (RN, 2013, p.14-16)

Apesar de algum desempenho positivo macroeconómico, os dados indicam que a situação de pobreza piorou nos últimos anos, pois os progressos económicos não traduzem necessariamente, melhoria significativa nas vidas das pessoas.

Ainda com base neste mesmo relatório face a poucas entidades Públicas, Privadas ou ONGD's a operar no combate a Pobreza em São Tomé e Príncipe, o documento propõe um compromisso renovado às linhas de ações estratégicas (eixo 2) da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e o PNADD – Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável, intrinsecamente ligados aos compromissos estabelecidos no quadro do Plano de Ação de Barbados, na Estratégia das Maurícias (1994), tendo entre os novos desafios emergentes, a participação na iniciativa Pobreza e Ambiente do PNUD-PNUA (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Programa das Nações Unidas para o Ambiente), e a iniciativa Combater à pobreza: concessão de microcrédito para atividades geradoras de

rendimento, emprego, formação socioprofissional, melhoramento das infraestruturas comunitárias, etc.

Portugal tem relações de Cooperação com São Tomé e Príncipe, o Programa Indicativo de Cooperação 2012-2015 – O PIC em vigor abrange um período de quatro anos (2012-2015). Foi assinado em Lisboa, a 27 de novembro de 2013, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. Rui Machete, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de S. Tomé e Príncipe. O PIC tem um envelope financeiro de 43,5 M€ e estabeleceu como eixos prioritários de cooperação: I) Boa Governação, Participação e Democracia; II) Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza. Mais informação poderá ser encontrada na plataforma do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No que toca ao combate a Pobreza em São Tomé e Príncipe, de realçar o contributo válido da plataforma PLANETA VIDA, onde estão espelhados objetivos do milénio para o país de modo a erradicar a pobreza severa e a fome. Mais informação ao site: <http://vida1.planetavida.org/paises/s-tome-e-principe/objectivos-do-milenio-para-sao-tome-e-principe/erradicar-a-pobreza-extrema-e-a-fome-em-sao-tome-e-principe/>

Ou seja, apesar de estas e mais algumas medidas de Políticas Sociais de combate a pobreza, torna-se evidente a necessidade dos líderes e todos estes atores que de facto já trabalham estas questões, que se sentem à mesa ou fazendo-se representar de maneira a que se possa elaborar um Plano de Desenvolvimento social estratégico e dinâmico com Planos de Ação específicos mais perto dos beneficiários e para uma melhor perceção da realidade da situação de pobreza ou o seu risco a elaboração e um diagnóstico estruturado. Logo, a melhor forma de isto se concretizar é com base na boa Governança, onde se privilegia a participação e a articulação multinível dos atores sendo o Programa Rede Social um exemplo de excelência de em conta os resultados já alcançados.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A POBREZA – REDE SOCIAL

3.1 O que é a Rede Social²

O Programa Rede Social foi criado através da Resolução (n.º197/97) do Conselho de Ministros de 18 de Novembro de 1997, Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Outubro de 1997. — O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres, e regulamentado pelo Dec-Lei n.º115/2006 de 14 de Junho, visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Março de 2006.— O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. A rede social deverá, no entanto, assumir uma postura ativa de ir ao encontro das diferentes entidades que atuam no domínio social, suscitando a sua participação. (DR, 1997, p.6253).

A lógica da Rede Social advém da secular e fecunda tradição existente no País de entejada familiar e de solidariedade mais alargada. Tenha-se como exemplo disso a própria iniciativa económica empresarial Portuguesa que provém até certo ponto das pequenas unidades produtivas de base familiar.

Este programa como medida de Política Social estimulou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, envolvendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando dois grandes objetivos fundamentais: (i) Combate à pobreza e à exclusão social; (ii) Promoção do desenvolvimento social ao nível local. Este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora atualização também na perspetiva da promoção da igualdade de género (DR, 2006, p.4276).

Esta medida surge na sequência do ano dedicado a erradicação da pobreza, em que se fez o convite a sociedade portuguesa e, em especial, as entidades que atuam neste domínio a intensificarem e concertarem os seus esforços, em ordem à otimização possível dos meios de ação. Por diversas razões, a pobreza e a exclusão social atingem em particular grupos de população mais vulneráveis, nomeadamente as pessoas idosas, as pessoas com deficiências e

² Este capítulo e o seguinte (3.2), foram escritos com base nos dois documentos de regulamentação de Rede Social: Diário da República, (1997), “Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97”, I SÉRIE-B, p.6253-6255 e Diário da República, (2006), “Ministerio do Trabalho e da solidariedade Social, Dec-Lei n.º115/2006”, I SÉRIE-A, p.4276-4282.

os imigrantes. Sendo assim, nos termos da alínea g) do artigo 199º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

1 — Designa-se por rede social o conjunto das diferentes formas de entajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulem entre si e com o Governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. 2 — Atento o que se refere no número anterior, a rede social constitui um dispositivo de congregação de esforços, não resultando da presente resolução a alteração de estruturas orgânicas nem a alteração da legislação em vigor. 3 — Eventuais alterações de estruturas orgânicas e de legislação poderão surgir a partir de propostas formuladas no âmbito da rede social. 4 — Considera-se desejável que a congregação de esforços, referida no nº 2, tenha lugar a nível tão próximo quanto possível do local em que se registam os problemas sociais, começando pela freguesia, e ainda que aí existam os meios de solução possíveis. 5 — Na medida em que tais meios não existam a nível de freguesia, os problemas que aí não obtenham solução adequada serão encaminhados para outros níveis de atuação e decisão. 6 — A ação social, a que se refere o nº 1, abrange, nomeadamente, as atividades relativas a: a) Famílias, crianças, jovens e idosos; pessoas portadoras de deficiência; b) Jovens e adultos em situação de grande dependência; c) Pessoas afetadas pela toxicodependência e pelo vírus HIV; d) Pessoas em situação de marginalização ou marginalidade; fomento da economia social; e) Animação sócio local. 7 — É desejável que a rede se desenvolva desde o âmbito local ao nacional, fomentando atuações tão integradas quanto possível. 8 — No âmbito da freguesia, consideram-se particularmente recomendáveis as seguintes atividades, a realizar pelas instituições e grupos de ação social que aí atuem: a) Contacto direto com as pessoas e famílias em situação de maior carência; b) Despistagem de situações tipo, distinguindo em especial as que se podem resolver através do trabalho ou formação profissional e as que implicam outras vias de solução; c) Cooperação ativa com as pessoas e famílias abrangidas, designadamente através da informação, da motivação, do encaminhamento e acompanhamento para efeitos de superação das suas dificuldades e do acesso a serviços e a prestações sociais; d) Apresentação à comissão social de freguesia, a que se refere o número seguinte, dos problemas que precisem da respetiva intervenção, juntando as propostas tidas por adequadas; e) Elaboração de estatísticas das situações atendidas e do respetivo encaminhamento. (DR, 1997, p.6253).

3.2 Princípios, estrutura orgânica e “Modus operandi” - Rede Social

A Rede Social aplica-se ao território de Portugal continental integrando inicialmente 41 concelhos piloto, mas atualmente implementada em cerca de 278 concelhos em todo o território continental.

Para fazer face aos fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e ações definidas nos diferentes documentos de planeamento; São eles: O Plano Nacional para a Ação, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Ação e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (DR, 2006, p.4276).

Conceito e objetivos:

1— A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objetivos: a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; b) Promover o desenvolvimento social integrado; c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI); e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento; f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local; g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral. 2— A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social (DR, 2006, p.4277).

Princípios:

Princípios de ação da rede social: As ações desenvolvidas no âmbito da rede social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.

Princípio da subsidiariedade: No quadro do funcionamento da rede social, as decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações e só depois de explorados todos os recursos e competências locais se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas.

Princípio da integração: A intervenção social e o incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado fazem-se através da congregação dos recursos da comunidade.

Princípio da articulação: Na implementação da rede social procede-se à articulação da ação dos diferentes agentes com atividade na área territorial respetiva, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades (DR, 2006, p.4277).

Estrutura orgânica da Rede Social:

Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Conselhos Locais de Ação Social (CLAS). Estes dois em conjunto com a Comissão de Cooperação Social, elaboram e aprovam os seus regulamentos internos, nos termos convenientes com vista à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da rede social.

Dinamização e desenvolvimento da Rede Social

1— A dinamização, acompanhamento e avaliação da rede social no território continental compete ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. 2— Compete ainda ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em estreita colaboração com a coordenação do PNAI: a) Garantir a articulação e a coordenação das medidas de política social e dos programas nacionais na área social, promovendo, nomeadamente, a articulação do PNAI com os planos de desenvolvimento social, adiante designados por PDS; b) Assegurar a articulação do PNI com os PDS; c) Assegurar a coordenação integrada da rede social e do rendimento social de inserção; d) Propor e delinear medidas de política social que promovam a inclusão social; e) Assegurar a consulta sobre as propostas de medidas de política social ao Conselho Económico e Social e ao Fórum não-governamental para a Inclusão; f) Definir periodicamente circuitos e metodologias de trabalho a utilizar na construção dos PDS e do PNAI que assegurem a articulação destes instrumentos de planeamento. 3— O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social articula com o responsável governamental para a

igualdade de género as orientações estratégicas relativas à coordenação do PNI com o PNAI (DR, 2006, p.4277-4278).

Âmbito territorial das CSF

1— O âmbito territorial das CSF corresponde, em regra, ao das freguesias. 2— Mediante proposta das juntas de freguesia envolvidas, pode o CLAS constituir comissões sociais interfreguesias, abrangendo freguesias do mesmo concelho. 3— As freguesias com número de habitantes inferior ou igual a 500 não estão obrigadas a constituir-se em CSF, devendo, contudo, constituir-se em comissões sociais interfreguesias (DR, 2006, p.4277).

Composição das CSF:

a) O presidente da junta de freguesia; b) Os serviços públicos, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente; c) Entidades sem fins lucrativos, tais como associações empresariais, associações sindicais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não-governamentais, associações de desenvolvimento local, associações humanitárias, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social; d) Grupos comunitários organizados representativos de grupos da população; e) Quaisquer pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou amplitude económica (DR, 2006, p.4278).

Condições de adesão às CSF

1— A adesão das entidades referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior depende de as mesmas exercerem a sua atividade na respetiva área geográfica ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local. 2— A adesão das entidades e das pessoas referidas nas alíneas c), d) e e) do artigo anterior carece de aprovação pela maioria dos membros que compõem as CSF, mediante critérios de adesão estipulados no respetivo regulamento interno. 3— Só podem ser membros das CSF as entidades que tenham, previamente, aderido ao CLAS (DR, 2006, p.4278).

Constituição das CSF

1— A constituição das CSF e a adesão de novos membros são deliberadas em sessão plenária, ficando registadas em Ata assinada por todos os parceiros presentes. 2— A adesão dos membros da CSF é concretizada em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respetivo representante (DR, 2006, p.4278).

Presidência das CSF

1— A CSF é presidida pelo presidente da junta de freguesia, que dinamiza e convoca o respetivo plenário. 2— Caso se verifique a impossibilidade da assunção da presidência pelo presidente da junta de freguesia, esta é assumida por um dos membros da CSF, eleito, de dois em dois anos, pela maioria das entidades que a compõem, tendo a junta de freguesia de indicar um representante para a CSF. 3— A CSF elege, de entre os seus membros, um elemento que substitua o presidente nos seus impedimentos (DR, 2006, p.4278).

Formas de funcionamento das CSF

1— As CSF funcionam em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros. 2— Sempre que necessário para o bom exercício das suas competências, as CSF podem constituir um núcleo executivo e designar os grupos de trabalho tidos por adequados (DR, 2006, p.4278).

Competências das CSF

a) Aprovar o seu regulamento interno; b) Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de atuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão; c) Encaminhar para o respetivo CLAS os problemas que excedam a capacidade dos recursos da freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas; d) Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia; e) Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da freguesia; f) Promover ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais; g) Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas; h) Dinamizar a adesão de novos membros (DR, 2006, p.4278).

Âmbito territorial dos CLAS

O âmbito territorial dos CLAS corresponde ao dos municípios (Concelhos).

Composição dos CLAS

a) O presidente da câmara municipal ou o responsável máximo da entidade que preside; b) As entidades ou organismos do sector público, nomeadamente os tutelados pelos membros do

Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente; c) As instituições que desenvolvam respostas sociais, mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos, ou, nas situações em que o número de instituições, por área de intervenção, é igual ou superior a 10, podem as mesmas designar um representante, assegurando-se em todos os casos a participação no CLAS de cada sector de intervenção social; d) Os presidentes das juntas de freguesia do respetivo concelho ou cinco representantes eleitos entre os presidentes de junta de freguesia por cada 30 freguesias; e) Os conselheiros locais para a igualdade de género, quando existam.

Podem ainda integrar:

a) Entidades sem fins lucrativos, tais como associações sindicais, associações empresariais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não-governamentais, associações humanitárias, associações de desenvolvimento local, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social; b) Entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros. Devem também participar nos trabalhos dos CLAS, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parceria que intervêm designadamente no âmbito social e da educação, representantes de projetos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias. Nos casos em que os membros do CLAS considerem unanimemente que é necessário um sistema de representatividade para garantir a operacionalidade do seu funcionamento ou quando o número de entidades representadas ultrapassa as 75, devem defini-lo no seu regulamento interno (DR, 2006, p.4278-4279).

Condições de adesão aos CLAS

1— A adesão das entidades referidas na alínea c) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior depende de as mesmas exercerem a sua atividade na respetiva área geográfica ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local. 2— A adesão das entidades e das pessoas referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior carece da aprovação pela maioria dos membros que compõem os CLAS mediante critérios de adesão estipulados no respetivo regulamento interno (DR, 2006, p.4279).

Constituição dos CLAS

1— A constituição dos CLAS e a adesão de novos membros são deliberadas em sessão plenária, ficando registradas em Ata assinada por todos os parceiros presentes. 2— A adesão dos membros dos CLAS é concretizada em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respectivo representante. 3— Os representantes das entidades aderentes ao CLAS têm, obrigatoriamente, de estar mandatados com poder de decisão para o efeito (DR, 2006, p.4279).

Presidência dos CLAS

1— O CLAS é presidido pelo presidente da câmara municipal. 2— Compete ao presidente do CLAS convocar as reuniões, presidir e dinamizar o plenário, bem como informar o plenário de todos os pareceres emitidos pelo núcleo executivo. 3— O presidente da câmara municipal pode delegar a presidência do CLAS num vereador da câmara municipal, sem faculdade de subdelegação. 4— Quando seja impossível a assunção da presidência do CLAS pelo presidente da câmara municipal, é eleito, por maioria, um outro membro pelo período de dois anos (DR, 2006, p.4279).

Funcionamento dos CLAS

1— Os CLAS funcionam em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros. 2— Sempre que necessário para o bom exercício das suas competências, os CLAS podem organizar-se em grupos de trabalho (DR, 2006, p.4279).

Competências do plenário dos CLAS

a) Aprovar o seu regulamento interno; b) Constituir o núcleo executivo; c) Criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessário para o tratamento de assuntos específicos; d) Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza; e) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação anuais; f) Aprovar e difundir o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, assim como os respectivos planos de ação anuais; g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto da Segurança Social, I. P.; h) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo; i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as

autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que atuem no concelho; j) Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS; l) Avaliar, periodicamente, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação; m) Promover ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais; n) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção (DR, 2006, p.4279-4280).

Funcionamento do núcleo executivo

1— O núcleo executivo é composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a sete. 2— Integram obrigatoriamente o núcleo executivo representantes da segurança social, da câmara municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo. 3— Os elementos do núcleo executivo não abrangidos pelo nº 1 são eleitos pelos CLAS de dois em dois anos (DR, 2006, p.4280).

Competências do núcleo executivo dos CLAS

a) Elaborar o regulamento interno do CLAS; b) Executar as deliberações do CLAS; c) Elaborar proposta do plano de atividades anual do CLAS e do respetivo relatório de execução; d) Assegurar a coordenação técnica das ações realizadas no âmbito do CLAS; e) Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respetivos planos de ação anuais; f) Proceder à montagem de um sistema de informação que promova a circulação de informação entre os parceiros e a população em geral; g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional; h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do CLAS delibere constituir; i) Promover ações de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes; j) Acompanhar a execução dos planos de ação anuais; l) Elaborar os pareceres e relatórios solicitados pelo CLAS; m) Estimular a colaboração ativa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS; n) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social; o) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional (DR, 2006, p.4280).

O núcleo executivo pode solicitar a colaboração de outras entidades que compõem o CLAS aquando o exercício das suas competências.

Direitos e deveres dos membros dos CLAS

1— Constituem, entre outros, direitos dos membros do CLAS: a) Estar representado em todas as reuniões plenárias do CLAS; b) Ser informado, pelos restantes membros do CLAS, de todos os projetos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial; c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das atividades do CLAS (DR, 2006, p.4280).

2— Outros, deveres dos membros do CLAS:

a) Informar os restantes parceiros do CLAS acerca de todos os projetos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial; b) Garantir a permanente atualização da base de dados local; c) Participar ativamente na realização e atualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e planos de ação; d) Colaborar, mediante disponibilização dos recursos existentes, na elaboração, implementação e concretização do plano de ação (DR, 2006, p.4280).

Caso não for cumprido os deveres acima referidos em prazo razoável determina-se a suspensão temporária ou definitiva, nos termos a definir no regulamento interno do CLAS.

Organização da rede social nos concelhos com mais de 250 000 habitantes

1— Nos concelhos com mais de 250 000 habitantes, o CLAS pode proceder à constituição de mais de um núcleo executivo, cujo âmbito geográfico deve coincidir com o das comissões de proteção de crianças e jovens naqueles concelhos. 2— O CLAS pode nomear um grupo de trabalho com competências de coordenação e acompanhamento dos diferentes núcleos executivos, nos termos a definir em regulamento interno. 3— Nestes concelhos, enquanto não for constituído o CLAS, podem ser constituídas CSF ou comissões sociais interfreguesias desde que integradas no âmbito geográfico definido no n.º 1, que assumem as competências atribuídas ao CLAS (DR, 2006, p.4280).

Articulação entre órgãos de parceria ao nível local

1— No plano local devem ser tomadas iniciativas que promovam a articulação coerente dos órgãos da rede social com outros órgãos de parceria com intervenções especializadas, tendo em vista a sua progressiva integração. 2— Nos casos em que existam gabinetes

descentralizados, institucionais ou em regime de parceria, destinados à promoção da igualdade de género, os órgãos locais da rede social estabelecem com estes adequadas formas de cooperação (DR, 2006, p.4280).

Organização e articulação da Rede Social ao nível supraconcelhio

1— De forma a garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio são constituídas plataformas de âmbito territorial equivalente às NUT III que integram: a) Os representantes dos centros distritais da segurança social das áreas territoriais respetivas; b) Os representantes dos governadores civis respetivos; c) Os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas; d) Os presidentes dos CLAS respetivos; e) Os representantes das instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais e associações empresariais e sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos. 2— A coordenação da plataforma é assegurada pelo diretor do centro distrital de segurança social ou seu representante que abrange o maior número de concelhos, com as seguintes competências: a) Convocar e presidir, no mínimo, a quatro reuniões anuais; b) Assegurar o apoio logístico e administrativo destas reuniões. 3— Compete à plataforma supraconcelhia da rede social: a) Debater estratégias para a concretização do PNAI naquele território; b) Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que atuam no plano social; c) Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género; d) Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade; e) Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma (DR, 2006, p.4280-4281).

Funcionamento da rede social

Pelo artigo 33º do Dec. N°115/2006, a intervenção social ao nível local faz-se transversalmente a: a) Contactos regulares entre responsáveis e técnicos dos projetos de intervenção social existentes na mesma área de forma a garantir a complementaridade das intervenções e a otimização dos recursos; b) Integração no diagnóstico, no plano de desenvolvimento social, nos planos de ação e no sistema de informação concelhio, de programas e projetos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e de outros

ministérios responsáveis por áreas com intervenção relevante naquele território; c) Contratualização de um modelo de intervenção territorial integrado através de um protocolo entre entidades gestoras dos programas envolvidos e entidades promotoras dos projetos com intervenção na área considerada de forma a racionalizar os recursos na mesma área de intervenção (DR, 2006, p.4281).

Planeamento integrado e participado

O processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da rede social tem como objetivos a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais e tem como finalidade o desenvolvimento social local através de: a) Diagnóstico social (DS); b) Do plano de desenvolvimento social (PDS); c) Do plano de ação (PA); d) Do sistema de informação (SI) (DR, 2006, p.4281).

Diagnóstico social

O DS é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais (DR, 2006, p.4281).

Plano de desenvolvimento social

1— O PDS é um plano estratégico que se estrutura a partir dos objetivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS. 2— O representante da segurança social na comissão mista de coordenação do plano municipal de ordenamento do território, prevista no n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, assegura que o PDS é ponderado na elaboração do plano diretor municipal respetivo. 3— O PDS tem carácter obrigatório, tendo uma duração sincronizada com o calendário da Estratégia Europeia. 4— O PDS integra as prioridades definidas aos níveis nacional e regional, nomeadamente as medidas e ações dos planos estratégicos sectoriais. 5— O PDS integra ainda a dimensão de género, através de eixos e medidas que promovam a igualdade entre homens e mulheres (DR, 2006, p.4281).

Operacionalização do PDS

1— O PDS operacionaliza-se através de planos de ação anuais, a concretizar pelos parceiros locais. 2— Os planos de ação definem a entidade responsável pelo projeto ou a ação e o respetivo orçamento. 3— A concretização dos planos de ação ou de algumas das ações ou projetos neles contidos pode ser realizada através de contratos de execução, formalizados entre os parceiros que os vão concretizar. 4— Os contratos de execução, celebrados nos termos do disposto na alínea c) do artigo 33.o, envolvem os recursos das instituições locais, dos diferentes sectores da Administração Pública disponíveis na comunidade e, ainda, os programas e projetos sectoriais, nacionais e comunitários existentes (DR, 2006, p.4281).

Sistema de informação

1— O SI compreende duas dimensões, uma nacional e uma local. 2— O SI de dimensão nacional, bem como a sua supervisão técnica, é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, I. P., e integra um conjunto de informações e indicadores estatísticos que permitam um conhecimento homogéneo do território nacional. 3— O SI de dimensão nacional integra um fórum online que permita a partilha de conhecimentos e experiências entre todos os parceiros das redes sociais. 4— O SI de dimensão local é constituído por um conjunto de suportes e procedimentos que facilitem a troca de informação entre os parceiros, acessível à população em geral. 5— O SI, quer ao nível nacional quer ao nível local, integra indicadores e informação relativa ao impacte da dimensão de género na realidade concelhia (DR, 2006, p.4281-4282).

Pareceres do CLAS

Os PDS, designadamente os desenvolvidos e financiados por entidades públicas, autonomamente ou em parceria, são objeto de parecer prévio, de carácter não vinculativo por parte do CLAS (DR, 2006, p.4282).

Projetos de parceria

Sempre que a maximização da eficácia e eficiência de projetos ou ações de desenvolvimento social de base local aconselhe a sua realização através de uma parceria de várias entidades, o CLAS pode assumir um papel de coordenação, monitorização e avaliação nestes processos (DR, 2006, p.4282).

Articulação dos planos de desenvolvimento social com o PNAI

1— Os PDS constituem os instrumentos que promovem a adequação do PNAI, das políticas e das medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais. 2— O SI da rede social, de dimensão nacional, agrega indicadores a partir dos DS e dos PDS locais para o conhecimento mais aprofundado das situações de pobreza e exclusão social e constitui um instrumento para a elaboração de futuros PNAI (DR, 2006, p.4282).

Os PDS também constituem os instrumentos que promovem a adequação do PNI aos problemas e necessidades locais (DR, 2006, p.4282).

Feita a resenha de toda informação sobre o que é, os objetivos e o funcionamento desta medida de Política Pública, dez a doze anos após a implementação do programa, ele foi avaliado (Relatório Final 2010 – 2012); No capítulo que se segue será feita uma síntese desta avaliação.

3.3 Avaliação do Programa Rede Social – Síntese da Avaliação³

De acordo com o que foi ressaltado no início do capítulo anterior a lógica da Rede Social advém do trabalho em parceria de âmbito social com antecedentes significativos no que se refere ao horizonte temporal em Portugal.

Desde os anos sessenta do século XX, desenvolveu-se orientação para os profissionais de serviço social, às metodologias de intervenção comunitária ensaiadas e vivendo um período significativo desenvolvimento à metodologia de animação cultural e educação permanente, a seguir ao 25 de Abril de 1974. Em largas experiências, o desenvolvimento local como metodologia de integração territorial participada desenvolveu-se também nos anos setenta e oitenta do século XX, (Godinho, Rui et al, 2013, p.8).

A adesão de Portugal à União Europeia trouxe um impulso político externo às parcerias de carácter local em geral e, em particular nas áreas da política social e do emprego. Os Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza e os resultados da Cimeira de Essen, nos anos oitenta, representam dois momentos de viragem e de grande impulso político para o Estado Português no que toca a este tipo de trabalho em parcerias alargadas.

Nos anos oitenta e noventa do século XX, a partir desta confluência de experiências, estava formada em Portugal uma rede de carácter informal, combinando diversas proveniências, que

³ Este capítulo é feito com base no Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012 – Projeto Rede em Prática.

deu corpo a muitas das ideias que vieram a ser acolhidas na Rede Social: planeamento participado, cultura de trabalho em parceria, conjugação da Administração Pública Central com o poder local e destas com as instituições de carácter social, contando também com redes voluntárias, etc. (Godinho, Rui et al, 2013, p.8).

Orientações de política de emprego, de política social, bem como a cultura foram acolhidas pelo Governo eleito em outubro de 1995. Na segunda metade da década de noventa do século passado assiste-se à multiplicação de políticas de carácter social territorializadas, assentes em estruturas participadas de carácter local e espalhadas pelo território, umas de carácter generalizado, outras de carácter localizado. Algumas das medidas de política já desse período foram:

Redes Regionais de Emprego, Rendimento Mínimo Garantido, expansão a nível nacional das (a partir daí chamadas) Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, Programa de Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil, criação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, etc.

Esta disseminação de políticas participadas ao nível local criou um novo modelo de ação que foi sendo replicada em outros domínios (p.e., a dissuasão da toxicod dependência) e criou um novo modelo de administração de política participada que devolveu competências a escalas espaciais mais restritas quer no controlo sobre a execução (a função de delivery), quer no desenvolvimento de conteúdos e planeamento (a função de policy) das políticas (Godinho, Rui et al, 2013, p.9).

Uma das características apontadas a estas iniciativas políticas, é a de constituírem um “Estado Experimental”, dado o recurso sistemático a períodos de experimentação, como os projetos-piloto do Rendimento Mínimo Garantido, a estratégias de disseminação em “mancha de óleo” pelo território à medida que se ia constatando a existência de condições para a criação dessas estruturas participadas de carácter local. Outra característica, inovadora à época, é a de sustentar a policy e a delivery em estruturas de configuração variável e de adesão voluntária de um conjunto de parceiros elegíveis, tornando o processo de adesão em parte do processo de configuração local dessas funções, com políticas geridas ao nível local, ora por serviços desconcentrados da Administração Central, ora por Autarquias Locais, ou ainda por instituições de carácter social. No campo de ação das Políticas sociais, esta relação entre o Estado central, o poder local e as instituições particulares de solidariedade social, evoluiu duma relação um-a-um, quase vertical, para a criação de uma estrutura de concertação da ação

social reunindo, o Estado central, os Municípios, Freguesias, Misericórdias, IPSS e Mutualidades (Godinho, Rui et al, 2013, p.9).

Em suma, o Programa Rede Social surge no âmbito das novas Políticas Sociais alicerçadas na nova forma de Governança, onde o seu foco é a ação social, dando prioridade à pobreza e exclusão (no seguimento do Ano Europeu para a Erradicação da Pobreza), mas referindo temáticas mais amplas de ação “integrada” (emprego, formação, economia, cultura, etc.).

A metodologia de ação proposta é participativa, com ênfase na animação, no desenvolvimento da cultura de parceria e na troca de informação entre parceiros como forma de construção de plataformas comuns de ação e de obediência a um princípio de transparência.

O objetivo transversal da Rede é o da dupla ativação, ou seja a ativação dos beneficiários pela adoção de políticas de inclusão, mas também ativação “dos meios e agentes de resposta”, isto é dos agentes de ativação dos beneficiários. Nesta lógica, a Rede é um instrumento potenciador de sinergias e de uma ação coerente para o desenvolvimento de um Estado Social Ativo (Godinho, Rui et al, 2013, p.10).

De acordo com este documento de avaliação da Rede, pelo texto da RCM nº 197/97 distingue-se a “Comissão Social de Freguesia” como o instrumento participado de delivery das políticas e o “Conselho Local de Ação Social” de caráter municipal como o instrumento participado de policy, em articulação com a estrutura vertical da política social dos Centros Regionais de Segurança Social. O pressuposto deste modelo de fórum era antecipar e prevenir a irracionalidade decorrente da fragmentação de estruturas locais através das diferentes medidas de política social. No entanto, como argumenta o documento, o modelo de governação da Rede tem tensões estruturais presentes desde a própria definição e do texto da RCM nº 197/97; Estas tensões marcaram a experiência e a afirmação da Rede Social, facto evidenciado pelos diferentes pontos deste mesmo trabalho de Avaliação (Godinho, Rui et al, 2013, p.11):

- Entre a escala territorial do delivery e da policy: a RCM nº 197/97 colocava o primeiro nível na Freguesia e o segundo no Município, mas muitas freguesias não dispunham de recursos próprios para o delivery das políticas e muitos municípios caminharam no sentido da apropriação da função de delivery, com secundarização - ou delegação na Segurança Social - da função de policy.

Esta tensão veio a dar origem a múltiplas escalas não estabilizadas, nomeadamente ao nível intraconcelhio à criação de estruturas “interfreguesias” e ao nível supramunicipal de estruturas “intermunicípios”;

- Entre o poder local e as IPSS: a Resolução N° 197/97 colocava a Presidência das CSF nos Presidentes de Junta e dos CLAS nos Presidentes de Câmara, criando uma assimetria de poder entre estes (num contexto em que, nem uns nem outros, possuíam competências legais de ação social) e as instituições de caráter social. Este “lapso” foi mitigado pela Declaração de Retificação N° 10-O/98, de 30 de maio, que relativiza a atribuição da presidência dessas Comissões a estas instituições, pelo acrescento de um “em princípio”, que simboliza bem a tensão entre parceiros;
- Entre um quadro orientador que dá voz essencialmente à função dirigente nos parceiros (eleitos locais e membros de direção de parceiros) e uma legislação em ação que assenta essencialmente na mobilização de técnicos (e muito fortemente em técnicos de serviço social, seja colocados em serviços públicos, seja em instituições de caráter social).

Passado o período de lançamento como instrumento de apoio ao Estado experimental baseado na informalidade e no “reconhecimento” (segundo as orientações de RCM N°197/97), dado ao baixo nível de juridicidade da Rede Social, procedeu a um desenvolvimento normativo com orientações precisas sobre a institucionalização da Rede, o Despacho Normativo N° 8/2002, de 12 de fevereiro. Este DN 8/2002 vem criar não só um “programa de apoio à implementação” da Rede Social, mas também define o seu modelo de funcionamento de um modo que não era feito na formulação inicial da RCM 197/97.

O foco da Rede muda da ação social para a “planificação estratégica da intervenção social local” e amplia-se da concentração na erradicação da pobreza para a “promoção do desenvolvimento social”. Este reequilíbrio do foco reforça a função de policy sobre a de delivery e o caráter holístico da intervenção social sobre as práticas sectoriais de ação social. O combate à pobreza e exclusão deixa de ser o fulcro complementado por alargamentos temáticos para passar a ser uma dimensão dentro de uma ambição mais ampla (Godinho, Rui et al, 2013, p.12).

A metodologia de ação continua a ser participativa, mas há uma preocupação particular com o trabalho para dentro da Rede, visível no apoio à qualificação dos seus recursos, na criação de apoios financeiros à dotação de recursos humanos e ao funcionamento, na definição de um conjunto de outputs a apresentar à gestão do programa de apoio. Onde a Rede tinha começado como um “reconhecimento”, torna-se num “Programa”.

O papel da Rede Social na dupla ativação é reforçado, na medida em que passa de uma mera instância de articulação para um agente de planeamento estratégico de recursos a afetar a políticas sociais ativas. Com o Despacho Normativo N° 8/2002 o efeito do Programa de

Apoio à Implementação da Rede Social, a metodologia aberta apresentada pela Resolução evolui para o desenvolvimento experimental do planeamento estratégico participado de novas políticas sociais. Este carácter experimental deu um novo impulso à Rede, mas também acrescentou fatores de tensão que esta Avaliação aborda, em relação:

- Ao âmbito da Rede Social, entre conceções mais restritas de ação social focadas no combate à pobreza e à exclusão e conceções mais holísticas de desenvolvimento social;
- À função da Rede entre ser um elo numa estrutura top-down de planeamento de políticas sociais, obedecendo a instrumentos normalizados e orientações tendencialmente uniformizadas e um fórum da diversidade de práticas numa perspetiva bottom-up;
- À abertura da Rede ao seu exterior, pelo desenvolvimento de formas de participação e o funcionamento da Rede para si, pelos seus mecanismos formais (regulamento interno, órgãos, documentos, relatórios, etc.).

As evidências recolhidas nesta Avaliação mostram que estes pontos adicionais de tensão contribuem para as questões que se colocam quanto à identidade futura da Rede Social e quanto à natureza desta meta-medida de política de desenvolvimento social, que deixou de ser essencialmente um fórum de atores de intervenções sociais para passar a ser, também, um dispositivo de planeamento e execução de políticas públicas participadas (Godinho, Rui et al, 2013, p.13).

A Rede transforma-se numa estrutura orgânica com estatuto definido pelo Decreto-Lei Nº 115/2006, de 14 de junho, completando-se o ciclo da sua institucionalização e esta síntese de avaliação é feita sobre esta Rede institucional.

Continua a ser um instrumento de ativação do Estado e dos seus parceiros no desenvolvimento social e reforça-se a preocupação com a eficácia e a eficiência na alocação de recursos com o contributo da Rede. Contudo acrescentam-se novos fatores de tensão à identidade da Rede Social:

- A tensão entre ser um instrumento de política social ou o órgão social de carácter local presente em todo e qualquer processo de planeamento, de qualquer origem e âmbito, isto é, entre ser a parceria das parcerias sociais, ou ser o chapéu social de todas as parcerias e a plataforma pela qual passa a dimensão social de toda a função planeamento no País;
- A tensão entre a flexibilidade e a geometria variável nas suas condições de funcionamento e o seu estatuto orgânico e padronização de órgãos, instrumentos e recursos.

Ao longo do Projeto “Rede em Prática”, procedeu-se ao exame crítico das questões que se colocam ao desenvolvimento da Rede Social, na sua evolução de fórum local a estrutura orgânica de planeamento do desenvolvimento social local.

No entanto, existe um facto nuclear, a ter presente na leitura do exercício avaliativo: das estruturas participadas geradas no âmbito das novas políticas sociais, a Rede Social é hoje a maior estrutura participada de carácter social no País e esse é o resultado da sua construção histórica e do empenhamento dos agentes sociais nela envolvidos até, porque como se demonstrou, partiu de um nível de institucionalização bastante frágil que não lhe permitiria ter sobrevivido sem a atitude empenhada dos seus agentes integrantes e estruturas de acompanhamento e animação.

De modo a dar um novo impulso na resposta aos desafios contemporâneos, no entender desta Avaliação, ficam reunidas as condições para um terceiro ciclo na existência da Rede Social, um ciclo de consolidação, depois do ciclo da experimentação e do ciclo da institucionalização. Em resumo, a expansão previsível da pobreza e da exclusão social na sequência da recente crise, contribuíram para a relevância acrescida da Rede Social quer na sua relação direta com a urgência de novas formas de governança territorialmente ancoradas, quer na sua relação com a concretização das perspectivas europeias para o futuro da coesão territorial.

Esta nova forma de governança multinível e intersectorial para a integração territorial de políticas para a construção de respostas únicas em cada território apresenta-se como a que melhor pode contribuir para a competitividade, emprego e inclusão social. Contudo, sugere uma capacidade local de iniciativa e de organização suficiente para assegurar a coerência dessa especificidade e a sinergia potencial na articulação entre os diferentes domínios de política pública (Henriques, 2009).

E mais, como ressalva o concluo deste documento de avaliação Rede em Prática, está em jogo uma mudança paradigmática na compreensão das relações entre as sociedades e os respetivos territórios e as implicações que daí decorrem na formulação das políticas públicas. Esta mudança envolve a compreensão de que a competitividade, o emprego e a inclusão social têm concretizações dependentes dos contextos em que os respetivos problemas se manifestam (context-dependency); ou seja, os desafios colocam-se de forma espacialmente diferenciada e localmente específica o que pressupõe respostas únicas em cada unidade territorial (Godinho, Rui et al, 2013, p.15-16). Portanto, no caso de São Tomé e Príncipe, além de todas estas orientações estratégicas e específicas do Programa Rede Social, as soluções para os problemas

encontrados em cada território terá sempre de partir do capital endógeno dessa mesma região dada a especificidade dos mesmos e o contexto espacial.

Este estudo de avaliação Projeto Rede em Prática, incidiu sobre quatro principais domínios de análise, desagregáveis em Dimensões que constituem a sua estrutura analítica, permitindo a organização coerente das várias Questões de Avaliação:

Quadro 1 – Questões de avaliação Projeto Rede em Prática

Domínio	Dimensões de análise	Questões de avaliação
Regulamentação do Programa, evolução e condições de suporte	Retroação	Em que medida as recomendações da avaliação anterior foram cumpridas e quais as suas repercussões no desenvolvimento e consolidação do Programa?
	Legislação	Qual a adequação dos processos e instrumentos de planeamento, tal como induzidos na regulamentação, aos objetivos do Programa?
		A legislação enquadradora contém elementos que se tenham constituído como oportunidades ou obstáculos ao desenvolvimento e consolidação do Programa?
		Existem aspetos da legislação enquadradora que deveriam ser alterados? Se sim, quais e em que sentido?
		O modelo de organização territorial da Rede Social deve ser alterado/ajustado? Porquê e em que moldes?
Condições de Suporte da Rede Social	Os recursos (volume e estrutura de recursos humanos disponibilizados, meios físicos, logísticos e organizacionais) são ajustados/necessitam de desenvolvimento? As modalidades de apoio são ajustadas/necessitam de desenvolvimento?	
Orientação e Disposição dos Processos de Planeamento	Processos e instrumentos de planeamento	Qual a adequação dos processos e instrumentos de planeamento, tal como induzidos na regulamentação, aos objetivos do Programa?
		As metodologias e estratégias prosseguidas pelas estruturas das redes sociais locais e os resultados obtidos permitem identificar práticas de intervenção diferenciadas?
		Houve melhorias nos processos de elaboração e aprovação, face aos primeiros instrumentos de planeamento?
		Quais os níveis de articulação das estruturas das redes sociais e outras estruturas de parceria?
		O planeamento estratégico nas redes sociais é pertinente e contribui para a articulação com outros programas, planos e instrumentos de planeamento e de gestão territorial?
	Monitorização estratégica	Os indicadores de acompanhamento são ajustados/necessitam de desenvolvimento?
		Existem mecanismos de monitorização e avaliação da atividade e dos instrumentos de planeamento utilizados pelas estruturas das redes sociais?
		Que resultados foram gerados ao nível do desenvolvimento de sistemas de informação locais (acesso, sistematização e divulgação)?
Impactos diretos/ Impactos indiretos do Programa	Respostas à população	Em que medida as ações desenvolvidas em parceria pelas estruturas da Rede Social produziram impactos na melhoria da intervenção das entidades junto das populações?
		Em que medida o trabalho em rede permitiu gerar respostas para necessidades específicas dos grupos e indivíduos em situação de pobreza e exclusão social?
	Impactos nas Organizações	Verificam-se transformações ao nível da organização, funcionamento, cultura e práticas dos serviços e entidades locais?
		Verificam-se alterações nos métodos de trabalho e na capacidade de intervenção dos parceiros locais, no que respeita à articulação, à rentabilização de recursos e racionalização da intervenção social?
		Qual a influência do trabalho em rede nas decisões/empoderamento das instituições?
	Reconhecimento e Valorização da Identidade da Rede	Verificam-se transformações no sentido de maior transparência, abertura e interação com outras entidades e com a população?
		Há evidências de mecanismos de participação das populações nos processos da Rede Social?
		As populações (re)conhecem a Rede Social/iniciativas dinamizadas pelas estruturas das redes sociais locais?
	Rede Social, Governação e Governança	Mainstreaming horizontal
Mainstreaming vertical		O trabalho desenvolvido pelas estruturas da Rede Social tem tido reflexos nos processos de decisão de investimentos e programas, assim como na conceção e implementação de políticas sociais?
Governança		Qual o impacto do trabalho em rede nos processos de concertação, decisão e contratualização da intervenção?
	Houve melhorias na capacidade de concretização de processos participados e desenvolvimento de ações conjuntas?	

Fonte: Projeto Rede Em Prática| Relatório Final da Avaliação p.50-51

Ao longo do Projeto, no desenvolvimento das respostas a cada questão de avaliação deu-se privilégio a ilustração dos principais dados que suportam a interpretação de cada questão, em formato de quadros, gráficos com resultados dos Inquéritos às Redes Sociais, quadros com elementos de evidência dos Estudos de caso e esquemas de perfis, atendendo à complexidade do objeto de Avaliação e à diversidade dos contextos que compõem a realidade da Rede Social. De acordo com este mesmo documento, face ao estudo de avaliação realizado foram obtidas respostas “OVERVIEW” para as demais Questões de avaliação, o que permitiu ao projeto contribuir com uma alargada síntese conclusiva bem como a vasta lista de recomendações sobre os demais domínios importantes para a melhoria no funcionamento e consolidação do Programa Rede Social em Portugal. No ponto que se segue será feita uma síntese destas conclusões.

. O Domínio “Regulamentação do Programa, evolução e condições de suporte” agrega três dimensões de análise com estatuto diferenciado.

A Dimensão Retroação – remete para o contributo da função avaliação na evolução do Programa, a partir da recolha de elementos de evidência da incorporação das recomendações do exercício de avaliação realizado em 2005, de onde levanta-se a primeira questão:

Em que medida as recomendações da avaliação anterior foram cumpridas e quais as suas repercussões no desenvolvimento e consolidação do Programa?

O Programa Rede Social recebeu um conjunto de recomendações vindas da Avaliação intercalar realizada em 2005 nos domínios do i) enquadramento legal do Programa, ii) da articulação institucional, iii) da articulação com outros instrumentos de planeamento e iv) do apoio e acompanhamento técnico das redes sociais, que permitem assinalar um leque de repercussões nestes domínios, destacando-se: a) Boa articulação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão, que abre também boas perspetivas para boa relação com instrumento que o substitua; b) Alargamento dos domínios em que a rede é chamada a dar parecer, nomeadamente no âmbito do planeamento de equipamentos sociais e de ação dos fundos estruturais; c) Investimento do ISS, I. P. no desenvolvimento da estrutura, com o recrutamento e formação de técnicos e a criação da figura dos interlocutores distritais; d) Troca de informação e disseminação de boas práticas, com a criação de instrumentos adequados. Por outro lado, a nível operacional sinalizam-se alguns elementos recomendatórios mais exigentes que não tiveram reflexão no estado atual do Programa, permanecendo como fragilidades: a) Superação da circunscrição da Rede Social à problemática da ação social e dos equipamentos sociais, em direção a um instrumento

territorial de desenvolvimento social; b) Governança das parcerias, nomeadamente pelo estreitamento no topo resultante da inserção numa instituição de Segurança Social e pelas dificuldades de enquadramento dos interlocutores distritais; c) Qualidade dos instrumentos de planeamento desenvolvidos pela Rede. No global, as evidências face as recomendações da avaliação anterior apresentam uma evolução positiva no desenvolvimento do Programa e merecem ser valorizadas como uma boa prática em matéria de condução operacional da política social (Godinho, Rui et al, 2013, p.53-54).

A Dimensão Legislação – remete para o Enquadramento legal do Programa de modo a responder a um conjunto de questões específicas de avaliação:

Qual a adequação dos processos e instrumentos de planeamento, tal como induzidos na regulamentação, aos objetivos do Programa?

Através do Steering-Group realizado no âmbito da avaliação levantou-se questões que fizeram denotar alguma fragilidade quanto aos instrumentos de planeamento, em particular o facto de não considerarem aspetos que se julgam essenciais para o bom dinamismo do Programa.

Alguns desses aspetos, como a ausência generalizada de uma reflexão sobre o processo de monitorização, avaliação e respetivas metodologias e técnicas. O modo como as estratégias nacionais em várias áreas podem ajudar a configurar uma estratégia local, poderão no plano regulamentar e normativo encontrar uma solução. No entanto existe a necessidade de uma animação estratégica para incentivar a prática de tais princípios regulamentares. Outros aspetos, igualmente essenciais para promover a vitalidade do Programa, que terão mesmo de constar na legislação para que sejam potencialmente cumpridos de forma homogénea e transversal, refere-se aos tempos de vigência dos instrumentos de planeamento. A recomendação sugere fixar um período de vigência de cinco anos para o Diagnóstico Social (DS) e para o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e alargar o período de vigência do Plano de Ação de um para dois anos, dado que, constatada a dificuldade em responder anualmente à produção de tal instrumento e comprometendo a atualização anual do Plano por parte diversas “Redes”. Também o facto de processos participados desta natureza e exigentes do ponto de vista técnico que requererem outra disponibilidade. Ainda sobre esta questão, optou-se por atribuir ao CLAS uma nova competência que passa por ser o órgão responsável pela definição e aprovação de metodologias de monitorização regular da intervenção social que farão parte dos PDS e dos Planos de Ação (Godinho, Rui et al, 2013, p.55-56).

A legislação enquadradora contém elementos que se tenham constituído como oportunidades ou obstáculos ao desenvolvimento e consolidação do Programa?

Existem aspetos da legislação enquadradora que deveriam ser alterados? Se sim, quais e em que sentido?

Uma vez que o sentido destas duas questões se cruza e implica o mesmo tipo de análise, de acordo com o estudo optou-se por respondê-las em simultâneo.

Com o resultado do estudo ficou claro que, o contexto contemporâneo coloca novos desafios à Rede Social. A pobreza e a exclusão social sendo uma das áreas estratégicas para os propósitos da Rede, estão cada vez mais associadas a novos fenómenos, tais como, a perda de competitividade e encerramento das empresas, o desemprego da terceira geração de longa duração, o desemprego jovem atingindo por vários motivos, os desempregados e as suas famílias, não esquecendo os grupos de população mais vulneráveis, que se encontram com necessidade de apoio social urgente (os idosos, as pessoas com deficiência e os imigrantes) veja-se o caso recente do dilema dos refugiados de guerra. Pelo que, há sempre uma necessidade de inovar e desenvolver estratégias de intervenção adequadas.

Atendendo a este contexto de mudança, o Programa Rede Social pode-se eleger como uma oportunidade, mas para tal é necessário que acompanhe o processo. Neste sentido o estudo propõe a alteração conceptual considerando que o programa, além de contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, possa também promover o desenvolvimento e a coesão social local. O que vai de encontro com o desejo de uma maior articulação com outro tipo de políticas públicas de modo a responder de forma mais integrada aos novos fenómenos sociais e económicos, desde logo, porque se potencia uma qualidade da intervenção através do acesso a outro tipo de recursos. Para além deste ajustamento conceptual poder funcionar como uma oportunidade para o próprio programa responder a desafios contemporâneos complexos, houve lugar para analisar até que ponto as referências feitas a Planos como o PNAI e o PNI são necessárias para salvaguardar a função de orientação estratégica global. O estudo Conclui através de várias fontes de informação (análise documental e estudos de caso) que, do ponto de vista substantivo, não existe uma real vantagem em introduzir na legislação tais referenciais programáticos de cariz nacional. Esta conclusão decorre do facto de não se encontrar nos instrumentos de planeamento uma componente estratégica de ação que fosse resultado de um trabalho de planeamento maturado em torno daqueles documentos. Na mesma óptica de regular com maior rigor algumas orientações que vieram a revelar-se eficazes de forma transversal ao conjunto das redes sociais locais, recomenda-se que a criação

de sistemas locais integrados de atendimento seja uma das respostas possíveis no âmbito de um modelo de intervenção territorial integrado (Godinho, Rui et al, 2013, p.57-59).

O modelo de organização territorial da Rede Social deve ser alterado/ajustado? Porquê e em que moldes?

De acordo com o documento, o modelo deve ser alterado/ajustado. Assim, as alterações que se destacam na regulamentação proposta recaem sobretudo em dois órgãos. A nível central, propõe-se, como já foi referido na resposta à questão anterior, a criação de uma comissão interministerial que reflita a nível da coordenação e da dinamização a diversidade de áreas que são representadas no âmbito das atividades concretas das redes enquadradas por instrumentos de planeamento multissetorial. E a nível supraconcelhio, introduz-se um nível de intervenção intermédio entre os CLAS e as Plataformas Supraconcelhias, denominado de Plataformas Interconcelhias (PIC) com o intuito de ultrapassar alguma falta de dinamismo que possa existir no âmbito supraconcelhio mais alargado. As Plataformas Interconcelhias serão, no entanto, estruturas mais flexíveis que se ajustam melhor à criação de sinergias entre redes sociais locais sem que se substituam aos objetivos inerentes às PSC (Godinho, Rui et al, 2013, p.59-60).

A Dimensão de Análise – Condições de Suporte. Pretende responder as duas Questões:

Os recursos (volume e estrutura de recursos humanos disponibilizados, meios físicos, logísticos e organizacionais) são ajustados/necessitam de desenvolvimento?

Analisar a conformidade dos recursos da Rede, importa por um lado, ter presente que na fase atual da existência da Rede, ela vive sobretudo ancorada nos recursos humanos que a compõem. Por outro lado, importa conhecer em que medida os recursos disponíveis se revelam adequados ao funcionamento, pelo que, é possível identificar:

- Recursos facilitadores: Qualificação dos recursos humanos existentes e autonomia para participar em projetos (sobretudo na perspetiva das Câmaras Municipais); Os Estudos de caso tornam evidente que a dinâmica de funcionamento das redes depende, em grande medida, do dinamismo impresso pelos atores mais implicados nas diferentes estruturas e atividades da Rede, sobretudo ao nível do seu núcleo operacional, o Núcleo Executivo.
- Obstáculos: Escassez de recursos financeiros (do lado das Câmaras Municipais) e financeiros e humanos (do lado das Entidades parceiras). No discurso dos interlocutores dos Estudos de caso lê-se que estes condicionalismos não são impeditivos do funcionamento das

Redes, na medida em que muitas das atividades não exigem maior alocação de recursos financeiros que os disponíveis nos orçamentos das várias instituições parceiras, mas os dados da inquirição deixam claro que este é um fator que está a condicionar o envolvimento das instituições. Do lado das Entidades parceiras a participação na rede é vivida como uma atividade complementar à atividade nuclear que desenvolvem: Maioria das Entidades Parceiras inquiridas não afeta nenhum técnico a tempo inteiro à Rede Social e apenas 3,4% das entidades refere ter contratado um trabalhador para responder às atividades da Rede (Godinho, Rui et al, 2013, p.60-67).

As modalidades de apoio são ajustadas/necessitam de desenvolvimento?

No que diz respeito ao material de apoio, a disseminação dos documentos de apoio junto dos Técnicos da Câmara Municipal que assumem a coordenação das redes é quase total e a utilização do site bastante frequente, o que reforça a relevância destes circuitos de informação. O alcance destes materiais junto das Entidades Parceiras é menor, mas ainda assim mais de 70% das entidades inquiridas refere que conhece os documentos produzidos pelo Instituto de Segurança Social e aprecia de forma globalmente positiva a sua utilidade para os trabalhos da Rede. As iniciativas de qualificação das equipas bem como a produção de Material Técnico de Apoio, contribuem para reforçar a importância da partilha de boas práticas /aprendizagem inter-redes como forma de capacitação interna e, inclusive, promover a partilha de recursos. Esta foi uma ideia bastante reforçada no âmbito dos Estudos de caso, apesar de se tratar de uma prática muito pouco frequente e que poderia beneficiar de um maior estímulo por parte do próprio ISS, I. P. (Godinho, Rui et al, 2013, p.68-74).

. O Domínio “Orientação e Disposição dos Processos de Planeamento” agrega duas Dimensões de Análise.

A Dimensão Processos e instrumentos de planeamento – remete para uma reflexão em torno da qualidade, coerência e adequação dos instrumentos de planeamento produzidos ao longo do programa, bem como das metodologias e estratégias utilizadas na sua construção. Procura responder as seguintes questões:

Qual a adequação dos processos e instrumentos de planeamento produzidos pelas estruturas das redes sociais aos objetivos do Programa?⁴

Os instrumentos de planeamento Diagnóstico Social (DS), Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação (PA), mais do que bons indicadores para medir o quanto as redes estão ativas consoante o grau de atualização, são também recursos substancialmente importantes para se perceber que estratégias e metodologias as redes locais implementam do ponto de vista do planeamento territorial em volta de diferentes problemáticas sentidas em cada concelho. Contudo, demonstram não incorporar de forma completa alguns dos principais objetivos do Programa, nomeadamente: i) desenvolvimento social integrado, ii) planeamento integrado e sistemático e iii) canais regulares de comunicação e articulação entre os parceiros e a população em geral. Nesta questão de avaliação, também se pode averiguar o modo com os instrumentos de planeamento cumprem aquilo que está definido no Dec-Lei nº 115/2006, de 14 de junho no que toca as suas principais características. Os documentos analisados revelam que existe uma boa apropriação das características genéricas que cada instrumento deve corresponder. Com base nos critérios que foram definidos para se proceder a esta análise, conclui-se que a maioria das redes sociais incorpora nos seus documentos de planeamento a filosofia estratégica de ação evocada ao nível legislativo, ou seja, identificam de forma muito evidente os diferentes níveis de estruturação da ação e, por outro lado, respeita-se a natureza de cada um dos documentos definida em sede legal e em documentos de apoio de avaliação (Godinho, Rui et al, 2013, p.76-80).

As metodologias e estratégias prosseguidas pelas estruturas das redes sociais locais e os resultados obtidos permitem identificar práticas de intervenção diferenciadas?

Existem diferenças substantivas quanto ao modo como se processa a construção dos documentos de planeamento (DS e do PDS), em função de existirem entidades consultoras de apoio às redes ou não. Nos casos em que se verifica esse apoio, há indícios de que o processo é, no seu conjunto, mais participado, uma vez que se adotam, p.e., metodologias participativas. Quanto ao processo de construção dos Planos de Ação Anual poderá ser descrito através de duas situações tipo. A primeira com origem nos Núcleos Executivos, estando a maioria dos planos de ação inteiramente sob a responsabilidade dos parceiros que

⁴ Esta questão apresenta-se como uma questão genérica e a sua análise não esgota a totalidade dos elementos analíticos que esta convoca. Logo, as restantes questões de avaliação da dimensão de análise “Processos e instrumentos de planeamento” podem ser interpretadas como sub-questões da primeira.

compõem o NE e havendo apenas um caso em que a Câmara Municipal lidera de forma pronunciada o processo, embora o faça sempre em parceria com os restantes elementos do NE. Os planos de ação construídos com base neste perfil tipo estão associados a uma fraca participação por parte dos restantes parceiros da rede, assumindo os elementos do CLAS essencialmente duas funções: i) envio de propostas de atividades quando solicitados para tal; ii) validação dos documentos quando estes já se encontram definidos. A segunda está associada a grupos de trabalho constituídos no âmbito da Rede Social, formados por vários parceiros (pertencentes ou não ao NE ou ao CLAS), define-se o Plano de Ação. Do ponto de vista da participação alargada este modelo é mais efetivo e assume formatos diferentes do modelo anterior. O CLAS é, nesta versão, um elemento coletivo com mais peso. Neste caso, além das duas funções anteriores, as discussões e os debates sobre o PA são feitas presencialmente. O PA resulta associado a este perfil como sendo um mix de medidas que resultam das parcerias definidas no âmbito da rede social e que não existiriam se esta não existisse (Godinho, Rui et al, 2013, p.80-87).

Houve melhorias nos processos de elaboração e aprovação face aos primeiros instrumentos de planeamento?

De acordo com o documento os elementos de evidência foram recolhidos sobretudo, através da análise documental, o que permitiu concluir que a maioria das redes sociais, integradas nos Estudos de Caso, apresenta dois ciclos de planeamento, ou seja desde que se constituíram já elaboraram, pelo menos, duas vezes, instrumentos de planeamento faseados (DS, PDS e respetivos PA), embora os Planos de Ação Anuais, a atualização dos instrumentos não se tenha verificado em todas essas redes durante o primeiro ciclo de planeamento. Quanto à referência e utilização de indicadores, como elemento de qualidade observável nos documentos em análise, conclui-se que melhorou no segundo ciclo de planeamento, embora se conclua também que nem sempre se verifica uma boa utilização desta ferramenta de avaliação. Quanto aos processos de monitorização, não se pode concluir que tenha existido melhoria significativa (Godinho, Rui et al, 2013, p.88).

Quais os níveis de articulação das estruturas das redes sociais e outras estruturas de parceria?

A estrutura Rede Social local compreende ao nível dos seus parceiros (NE ou CLAS e CSF) entidades que, por sua vez, representam outras estruturas que funcionam em parceria, como é

o caso, entre outras, das Comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), Núcleo Local de Inserção (NLI), Equipas Locais de Intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce. Todos estes programas com implementação de base local têm como tutela (exclusiva ou conjunta) o Instituto de Segurança Social, I.P. Os níveis de articulação que se observam a partir dos instrumentos de planeamento situam-se ao nível do planeamento, nomeadamente, no âmbito dos PA, nos quais se verifica a introdução de medidas específicas de programas ou projetos temáticos que se enquadram nas prioridades definidas em sede de PDS. No que respeita a eficácia e eficiência das parcerias, a articulação observa-se em dois domínios: intra programas, uma vez que se alargam os recursos disponíveis para a execução de cada projeto/programa enquadrado na Rede Social ou mesmo alargam-se os parceiros afetos a cada projeto/programa; e interprogramas, dado que poderá haver uma melhor gestão de recursos, pelo facto de existirem objetivos comuns a vários projetos, na lógica das economias de escala, ou até porque se definem estratégias mais robustas transversais aos projetos/programas incluídos na rede social e por fim, ao nível da execução de projetos pontuais que ganham maior amplitude com o cruzamento de parcerias (Godinho, Rui et al, 2013, p.91).

O planeamento estratégico nas redes sociais é pertinente e contribui para a articulação com outros programas, planos e instrumentos de planeamento e de gestão territorial?

Conforme aborda o documento, a presente avaliação acontece depois de uma mudança legislativa e da construção de documentos orientadores importantes a este nível. No diploma enquadrador do Programa institui-se o PNAI e o PNI como instrumentos programáticos e decisivos para o planeamento estratégico das redes sociais. Por outro lado, a equipa do SRS-SC do ISS, I.P produziu documentos de apoio para que tais objetivos fossem alcançados, ao nível da definição de indicadores a incluir nos instrumentos de planeamento que iriam alimentar o próprio sistema de acompanhamento do PNAI. Como tal, o planeamento estratégico realizado pelas redes sociais é pertinente e é percecionado como tal pelos agentes implicados, contudo não há uma capacidade real de concretizar uma articulação substantiva. Da análise efetuada registam-se três perfis-tipo de articulação entre Rede Social e outros programas. A articulação mais evidente dá-se ao nível dos programas ou planos concelhios por comparação às iniciativas políticas nacionais. Ainda assim, o PNAI, o PNE e o PNI são os programas nacionais mais referenciados nos documentos em análise. A articulação depende

da capacidade política e conhecimentos técnicos para reconhecer as vantagens de planeamento estratégico que lhes estão subentendidas (Godinho, Rui et al, 2013, p.94).

A Dimensão Monitorização Estratégica – remete também para aspetos operacionais da Rede, composta por três Questões de Avaliação:

Os indicadores de acompanhamento são ajustados/necessitam de desenvolvimento?

Com a evolução da implementação do Programa, assiste-se a um processo de transferência da função acompanhamento do nível central para o distrital, através da figura do Interlocutor Distrital, com o objetivo de reforçar a capacidade de apoio e acompanhamento técnico presencial às equipas das redes sociais. Contudo, os procedimentos de acompanhamento desencadeados tendem a privilegiar uma natureza formal, que predomina sobre o apoio técnico, sem evidência de contributo para a melhor qualificação dos atores que compõem as redes ou para a capacidade de avaliação e monitorização das práticas desenvolvidas. Além disso, revela-se um modelo com dificuldades de operacionalização que derivam da menor disponibilidade dos técnicos da Segurança Social no CLAS, que apresentam padrões de ocupação conflitantes com uma participação mais ativa nas estruturas de parceria. A capacidade de acompanhamento e monitorização das atividades das redes continua, assim, a demonstrar fragilidades já detetadas na anterior Avaliação, constituindo um importante desafio de evolução, no sentido de uma intervenção mais regulada. O Estudo de Avaliação Nacional do Programa Rede Social¹³ recomendou o “reforço da capacidade de apoio e acompanhamento técnico presencial às equipas das redes sociais locais e a racionalização dos recursos (materiais, logísticos e financeiros) alocados a esta função”, assim como a “organização de um sistema de acompanhamento e de supervisão reflexiva externa”, conferindo a centralidade devida ao processo de acompanhamento da Rede (Godinho, Rui et al, 2013, p.98-99).

Existem mecanismos de monitorização e avaliação da atividade e dos instrumentos de planeamento utilizados pelas estruturas das redes sociais?

A escassez de mecanismos regulares de partilha de experiências orientados para a aprendizagem e inovação do trabalho realizado no seio das redes, a produção insuficiente de informação dos sistemas de informação existentes em cada rede e a falta de orientação das estruturas de parceria para a medição dos resultados da sua atividade, junto das populações, concorrem para a ausência de mecanismos de monitorização e avaliação da atividade das

redes. A análise de conteúdo a uma amostra de instrumentos de planeamento confirma esta fragilidade e torna evidente a necessidade de dotar as equipas de competências técnicas dirigidas para as especificidades da função avaliação e monitorização. Portanto, a dimensão de monitorização e avaliação da atividade da Rede, enquanto instrumento para regular a ação das redes, é uma fragilidade do Programa que merece investimento futuro (Godinho, Rui et al, 2013, p.101).

Que resultados foram gerados ao nível do desenvolvimento de sistemas de informação locais (acesso, sistematização e divulgação)?

A divulgação de documentação entre os parceiros é o objetivo mais comum dos sistemas de informação desenvolvidos pelas redes, sendo na grande maioria dos casos ferramentas pouco orientadas para a monitorização da atividade das redes. Apenas metade das redes afirma dispor de um sistema de informação atualizado que, na maioria dos casos é alojado no site da Câmara Municipal. Trata-se de um suporte que permite o acesso alargado à informação disponibilizada mas que não favorece a distinção identitária das redes em relação às Câmaras Municipais (Godinho, Rui et al, 2013, p.105).

. O Domínio “Impactos diretos/Impactos indiretos do Programa” agrega três Dimensões.

A Dimensão Resposta à População – remete à análise das evidências de contributo do Programa Rede Social nas respostas às populações, materializada em duas Questões de Avaliação:

Em que medida as ações desenvolvidas em parceria pelas estruturas da Rede Social produziram impactos na melhoria da intervenção das entidades junto das populações?

De acordo com o documento, é possível identificar as áreas centrais de intervenção relativamente consensuais entre os demais atores: equipamentos e respostas sociais, envelhecimento, educação, formação e qualificação profissional, cidadania e participação pública, além das áreas da cultura e saúde num segundo plano. Todavia, outras áreas têm também níveis de resposta bastante significativos. Simultaneamente com a diversidade de áreas de intervenção, é notório o reconhecimento de uma assinalável pluralidade de efeitos de melhoria na intervenção das entidades e sobre as populações. Os impactos, seja sobre as organizações, seja diretamente sobre os beneficiários, são materiais relativamente a melhoria das respostas e na qualidade de vida e bem-estar em diferentes esferas e também imateriais,

no que toca ao plano da articulação, informação, participação, sensibilização. No global os ganhos são consideravelmente valorizados (Godinho, Rui et al, 2013, p.105).

Em que medida o trabalho em rede permitiu gerar respostas para necessidades específicas dos grupos e indivíduos em situação de pobreza e exclusão social?

Há evidências claras de melhorias na intervenção junto dos grupos e indivíduos em situação de pobreza e exclusão social, desde impactos no acesso a informação, aos próprios serviços e à capacidade das instituições de se articularem na produção de respostas. Estes impactos são mais visíveis no domínio da intervenção social do que como por exemplo nos domínios do emprego ou economia. De um ponto de vista transversal, domínios de atuação como os idosos em situações de vulnerabilidade ou medidas como o RSI (gestão, sinalização e encaminhamento de casos) estão entre as mais referidas. Por outro lado, e sintomaticamente, entre os projetos considerados como “boas práticas”, boa parte deles são especificamente direcionados para situações de potencial pobreza e exclusão social como as acima referidas e, em muitos casos, para grupos e temáticas mais específicas (violência, etnicidade). Uma análise transversal das “boas práticas” nos Estudos de caso analisados sugere, que estas tendem a centrar-se precisamente, além de ganhos na gestão e parceria e na melhoria de resposta às necessidades diagnosticadas via Rede, numa componente de inovação nas respostas para públicos e situações muito específicas, e que muitas vezes tendem a estar a descoberto nos circuitos institucionais de proteção social (Godinho, Rui et al, 2013, p.117).

Numa ilustração do discurso de um dos entrevistados (entrevistada ligada à Segurança Social, Beja) no âmbito deste Relatório de avaliação Rede em Prática, fornece a seguinte evidência “(...) eram grupos excluídos com quem ninguém se preocupava muito. A Rede Social vem aumentar as respostas para estes grupos. Nós temos grupos de trabalho para pensar respostas para esses públicos” (Godinho, Rui et al, 2013, p.119).

Verificam-se transformações ao nível da organização, funcionamento, cultura e práticas dos serviços e entidades locais?

Por via dos inquéritos realizados, os dados, quer quantitativos quer qualitativos, revelam a existência de impactos organizacionais fortes, ainda que em diferentes dimensões, fruto do investimento por parte das entidades locais, e desde logo das Câmaras Municipais. Nas Câmaras Municipais, a melhoria das instâncias internas de coordenação e trabalho intersetorial é referida por 28,3% dos inquiridos. O planeamento e da qualidade (15,7%), os

recursos humanos e financeiros destinados aos assuntos sociais (11,3%), a reafecção e reorganização dos recursos internos (9,4%), nalguns casos incluindo a criação de novas unidades orgânicas, ou o alargamento de funções da ação social (6%) têm também um peso significativo. A Rede Social tem, pois, impactos significativos e de largo espectro nestas organizações, sobretudo nas áreas sociais, como se percebe pela análise de dados qualitativos. Nas Juntas de Freguesia, os impactos situam-se no aumento de recursos, seja financeiros seja humanos, para a intervenção social (21,4%), tradicionalmente mínima na ação destes organismos, sendo também focadas a reafecção de recursos humanos (4,1%) e o alargamento de funções nas áreas sociais (5,1%). Os dados qualitativos apontam para um envolvimento mais enquadrado e sistemático destes agentes locais nas áreas sociais, o que está em linha com a evolução do seu perfil tradicional. Entre os parceiros, as mudanças internas são mais limitadas, talvez devido à menor participação de muitas destas entidades no “coração” da Rede que acaba por ser o Núcleo Executivo, bem como devido à relativa pequena dimensão e escassez de recursos em muitas delas. O planeamento e qualidade (7%) é a mais referida. Quanto a formação específica para a Rede Social, há também diferenças significativas entre os efeitos nas Câmaras Municipais e as entidades parceiras dos CLAS (Godinho, Rui et al, 2013, p.120-127).

A Dimensão Impactos nas Organizações – remete aos resultados e mudanças ao nível da organização e funcionamento dos serviços e entidades locais. Comporta três Questões:

Verificam-se alterações nos métodos de trabalho e na capacidade de intervenção dos parceiros locais, no que respeita à articulação, à rentabilização de recursos e racionalização da intervenção social?

Os dados quantitativos dos inquéritos evidenciam a existência de impactos assinaláveis, com reflexos a diferentes níveis da capacidade de intervenção local. Encontra-se entre os mais referidos nos dados dos questionários quer nas Câmaras Municipais quer nos parceiros do CLAS – a questão do reforço do conhecimento e da capacidade de articulação com outras instituições destacando-se nas respostas sobre os impactos induzidos pela Rede Social sobre as organizações. Por outro lado, nas entrevistas realizadas é praticamente unânime a ideia de impactos fortes e com tradução prática no trabalho local. De realçar que estes impactos foram referidos em vários planos, mais detalhe sobre este ponto em (Godinho, Rui et al, 2013, p.128-132).

Qual a influência do trabalho em rede nas decisões / empoderamento das instituições?

Com base neste documento partindo dos dados recolhidos em diferentes instrumentos, é possível frisar que a Rede Social trouxe mudanças na qualidade das decisões tomadas por instituições, o “Empowerment” – a participação nas decisões e capacitação das instituições. Ganhos cognitivos, ganhos de “ancoragem” da Rede na realidade, nos recursos disponíveis para as decisões, e na eficácia e eficiência. Nas Câmaras Municipais, maior conhecimento, melhorias no planeamento e qualidade, e o potencial do trabalho em rede propriamente dito ao maximizar a capacidade de intervenção. Nas Juntas de Freguesias, os impactos mais referidos são desde logo materiais: maior acesso a recursos humanos e financeiros. Também melhoria considerável no conhecimento de outras instituições e da sensibilidade para trabalhar em parceria. Entre os parceiros dos CLAS, este conhecimento de outras organizações é de certeza o impacto mais referido, mas o aumento do conhecimento da realidade concelhia e das necessidades da população, bem como a melhoria do planeamento e qualidade (Godinho, Rui et al, 2013, p.133-136).

A Dimensão Reconhecimento e Valorização da identidade da Rede – remete a dimensão de análise que pretendeu identificar o perfil de mecanismos existentes para incentivar a participação das populações nos processos da Rede Social (desde o planeamento à implementação de intervenções). Engloba três Questões de Avaliação:

Verificam-se transformações no sentido de maior transparência, abertura e interação com outras entidades e com a população?

Como se pode perceber pelos dados qualitativos dos Estudos de caso, no que toca à abertura face a outras entidades os impactos são mais claramente identificáveis. Nos dados quantitativos, a dimensão de fortalecimento do trabalho em parceria surge como um dos impactos mais poderosos da Rede Social. Esse fortalecimento, ocorre não apenas nos mecanismos formais da Rede Social mas também no quotidiano, como espécie de rotina e mais informal. Logo materializa-se uma transformação profunda na maneira de trabalhar das entidades traduzindo numa interação regular e institucionalizada. Ainda assim, há assimetrias notáveis na perceção do contributo de diferentes tipos de entidades, seja na relevância do seu contributo real para as atividades da Rede Social, seja na avaliação genérica da capacidade de cada uma em trabalhar em parceria. No que toca à população, há também evidências de maior abertura e transparência perante os destinatários das intervenções ou em relação às comunidades locais em geral (Godinho, Rui et al, 2013, p.137-142).

Há evidências de mecanismos de participação das populações nos processos da Rede Social?

Quanto a esta questão, os estudos indicam que existem iniciativas e respostas sociais ao nível local, tal como acesso e participação nelas, é uma das áreas em que são diagnosticados impactos significativos da Rede Social. No entanto, o perfil de participação que está em causa é um perfil muitas vezes “pontual” (de participação em atividades específicas). A participação mais “ativa” parece confinada à auscultação dos cidadãos no âmbito de processos de diagnóstico social e de necessidades, ou de avaliações. Face aos dados quantitativos dos inquéritos por questionário bem como as entrevistas realizadas, este assunto representa uma ordem de preocupações quase residual (Godinho, Rui et al, 2013, p.143-142).

. O Domínio “Rede Social, Governação e Governança” divide-se em três Dimensões de Análise.

A Dimensão Mainstreaming Horizontal – remete às práticas de transferência de experiências desenvolvidas na Rede Social, no plano horizontal (i.e., inter-redes e intra-redes) ou seja a transferibilidade de recursos e boas práticas entre os territórios. Uma Questão de Avaliação associada:

Qual a capacidade de transferibilidade de recursos e boas práticas entre os territórios?

Vários exemplos extraídos a partir dos Estudos de caso comprovam que, a capacidade de transferibilidade de recursos e boas práticas entre os territórios que configuram o Programa Rede Social a nível local é grande e diversa. A nível Intra-Redes, a transferibilidade de recursos e boas práticas verifica-se no trabalho de dinamização que as redes fazem entre os níveis, câmaras e juntas de freguesia, ou entre CLAS e CSF (Godinho, Rui et al, 2013, p.147-152).

A Dimensão Mainstreaming Vertical – remete às práticas de transferência de experiências desenvolvidas na Rede Social, no plano Vertical (em sentido bottom up e top down). Uma Questão de Avaliação associada:

O trabalho desenvolvido pelas estruturas da Rede Social tem tido reflexos nos processos de decisão de investimentos e programas, assim como na conceção e implementação de políticas sociais?

A Rede Social conjuga um conjunto de dimensões relevantes que lhe conferem um carácter diferenciador no contexto internacional. Além disso, os pressupostos em que assenta o Programa e os resultados alcançados permitem considerar que se trata de um modelo de

política pública com potencial para melhorar a capacidade de resposta aos atuais desafios contemporâneos, sobretudo por: i) demonstrar capacidade para priorizar projetos; ii) promover formas de governança multinível e a integração territorial de políticas públicas; iii) reforçar o envolvimento de um leque alargado de atores, estatais e não-estatais na conceção e implementação da política social, e iv) promover mudanças positivas na capacidade de resposta aos problemas das populações. Assim, a Rede Social traduz, em si mesma, novas formas de conceber e implementar a política social, assente na facilitação da ‘governança colaborativa’ que lhe conferem um posicionamento privilegiado para enfrentar os desafios contemporâneos no caminho pela promoção da mudança e inovação social.

Esta Questão de Avaliação agrega duas ideias principais: a) por um lado, reporta-se à relação entre o trabalho das redes locais e os processos de decisão e mobilização de recursos para o território; b) e uma segunda ideia que remete para o processo de conceção e implementação das políticas sociais, que será analisada na perspetiva do contributo da Rede Social para reforçar a articulação das instâncias, locais e nacionais, que concretizam a política social, sendo de enfatizar um conjunto de características distintas da Rede que lhe conferem um carácter único e com forte potencial para a concretização dos desafios contemporâneos à ação pública na promoção da coesão social (Godinho, Rui et al, 2013, p.152-157).

A Dimensão Governança – remete a arquitetura específica da Rede Social enquanto política pública, bem como os desafios contemporâneos no contexto dos quais a Rede opera. o conceito de governança aqui agrega diferentes elementos organizados fundamentalmente em torno de duas dimensões: i) planeamento e dinâmicas institucionais; ii) modelos e práticas de intervenção. Ou seja, o que está em causa é saber como a Rede Social se organiza em torno dos seus diferentes atores e dos instrumentos por eles concebidos, e por outro lado como se traduzem essas configurações institucionais sobre as práticas de intervenção que a Rede busca operacionalizar. Contempla duas Questões de Avaliação:

Qual o impacto do trabalho em rede nos processos de concertação, decisão e contratualização da intervenção?

O estudo aponta como uma das componentes da governança da Rede Social ainda não tratadas, o facto de as plataformas supraconcelhias (PSC), ainda que com grande cobertura territorial e em muitos casos com atividade regular, têm um papel escasso na apreciação dos agentes, que os veem sobretudo como úteis do ponto de vista da partilha de informação e práticas mas não noutras dimensões. As Câmaras Municipais são muito importantes não

apenas na governança da Rede Social mas na própria definição do perfil de Rede que funciona em cada concelho, o que reflete impacto direto no tipo de processos de concertação entre diferentes entidades, mais participativo ou mais centralizado. A intervenção de entidades externas, nomeadamente de Consultoria, indicia potenciar a utilização de metodologias participativas. O perfil mais comum de Rede Social tem uma forte marca da importância das Câmaras Municipais, que em muitos casos esse papel corre mesmo o risco de secundarizar o de outros atores. Neste sentido, o papel de liderança das Câmaras Municipais ao nível local e a forma como este é exercido é decisivo para moldar as redes sociais e os seus modos de governança. Entre os principais fatores potenciadores do bom funcionamento da Rede Social estão a experiência anterior de trabalho em rede, a dinâmica da própria Rede Social e a qualificação dos técnicos envolvidos. Entre os fatores mais negativos, estão o investimento político na Rede Social e a autonomia e flexibilidade dos organismos desconcentrados da administração pública. A Rede Social tem vindo a facilitar a emergência ou consolidação de um ‘estilo’ de trabalho entre organizações (participação multinível) e respetivos profissionais com expressão no reconhecimento e valorização de complementaridades na ação, em processos de decisão orientados por prioridades locais, pela racionalização na utilização de recursos e por formas de concretizar ações ilustrativas de uma capacidade acrescida de organização na mobilização integral de recursos locais (Godinho, Rui et al, 2013, p.158-165).

Houve melhorias na capacidade de concretização de processos participados e desenvolvimento de ações conjuntas?

Os dados quantitativos dos questionários e os dados qualitativos das entrevistas permitem afirmar que a Rede Social melhorou a capacidade de concretizar processos de intervenção coordenados com a participação das entidades. No mapeamento dos impactos do programa, a questão da coordenação e articulação surge como um dos efeitos mais relevantes, não apenas no aspeto interorganizacional, mas também na cooperação horizontal entre diferentes unidades da orgânica das instituições. O maior conhecimento das necessidades, das redes institucionais de intervenção, e o próprio conhecimento mútuo e informal entre diferentes atores, favorecem uma maior capacidade de concretização de processo. Como se viu ao longo deste estudo, há também fatores que potenciam esta capacidade: a dinâmica do próprio trabalho em Rede, as experiências anteriores e a qualificação dos técnicos nestas matérias são fatores que contribuem positivamente para o seu reforço. Contudo esta maior capacidade de coordenação e trabalho em conjunto, não está distribuída de forma igualitária por todas as

organizações e nem por todo o território nacional. As redes sociais concelhias revelam estados de maturação diferenciados e diferentes atores são identificados pelos seus pares como consistentemente mais ou menos envolvidos no trabalho desenvolvido em rede, nomeadamente no quadro deste programa (Godinho, Rui et al, 2013, p.166).

3.4 Da concretização (Cascais) a avaliação e o contacto direto – Utilidades para STP

Globalmente, a Rede Social é vista como tendo tido impactos positivos ao nível da capacidade de concertação entre diferentes entidades e nos processos de tomada de decisão. Em função da maturidade democrática de um determinado país, sendo este trabalho de investigação realizado sobretudo a pensar no que pode ser útil para a realidade Santomense, a Rede Social pode servir de instrumento privilegiado no que toca a boa Governança favorecendo as relações, protagonismo e responsabilização não só do Estado, bem como de outros atores na parceria para o combate aos desafios que esta sociedade vem enfrentando.

A análise documental feita ao Projeto Rede em Prática sobre os impactos da rede, quer pelos dados quantitativos quer pelos elementos qualitativos recolhidos nos Estudos de caso evidenciam como os órgãos desconcentrados da administração central valorizam a capacidade acrescida de realizar as suas metas setoriais e mostram como as organizações da sociedade civil reconhecem que através da Rede Social acederam a informação sobre as organizações existentes no concelho, como passaram a reconhecer complementaridades potenciais na concertação da ação com outras organizações reforçando a capacidade de intervenção de todos.

De acordo com o que é também conteúdo deste trabalho, em São Tomé e Príncipe existem poucas ações quer do estado quer da população civil ou Organizações Não Governamentais (ONG) focadas no combate à Pobreza (referido no capítulo II deste documento). Portanto implementando um programa como este representaria uma mais-valia para toda a população em geral e mais um desafio ao estado nas relações e o espírito democrático entre as suas instituições para mobilizar a participação “empowerment” de outras instituições não-governamentais bem como a sociedade civil fazendo-se representar, para que juntos possam sentar-se a mesa debater e encontrar soluções um vez que se trata de um interesse que é comum.

De realçar, que não existe um modelo “standard” preconizado para cada território. Mesmo no caso Português o Programa Rede Social teve o seu início de forma experimental (veja-se nos capítulos 3.1 e 3.2 deste mesmo trabalho) passou por diversas fases de mudança não só na legislação como também no funcionamento e objetivos propostos em função dos resultados obtidos (experiência) e das sucessivas avaliações ao Programa até a sua consolidação nos dias de hoje (atingindo a fase de maturidade). Portanto, no caso de São Tomé e Príncipe embora tendo a vantagem do exemplo Português, os casos de estudo e de experiencias realizadas terá de ser implementado inicialmente de igual modo experimental e ir evoluindo com o tempo à medida que for aprendendo com os erros porque trata-se de tudo novo ou seja uma nova realidade contextual. Nesta matéria o apoio externo nomeadamente Europeu é sempre bem-vindo mas o país terá de contar sobretudo com o capital “Endógeno” as suas regiões de modo a identificar os focos dos problemas para então resolvê-los tendo por base um modelo estratégico.

CAPÍTULO IV – O CASO DE ESTUDO REDE SOCIAL CASCAIS

4.1 Caracterização do concelho: Rede social de Cascais⁵

O concelho de Cascais, município fundado em 1364, situado no distrito de Lisboa, região de Lisboa (NUT II), um dos 18 municípios que compõem a sub-região Área Metropolitana de Lisboa (NUT III), com uma área total cerca de 97.40 km², é constituído por 4 freguesias (Alcabideche, Carcavelos e Parede, Cascais e Estoril, e S. Domingos de Rana). De acordo com os dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, o conselho registou um crescimento populacional significativo de 21%, de 170683 em 2001 para 206479 habitantes em 2011 (Censos 2011). Crescimento bastante superior quando comparado com os valores das duas décadas anteriores. Contudo, embora a taxa de natalidade seja superior a de mortalidade, grande parte desse crescimento populacional deve-se essencialmente ao saldo migratório (imigrante – emigrante), isto é, ao aumento da população imigrante. O município é limitado a norte pelo município de Sintra, a leste por Oeiras e a sul e a oeste pelo Oceano Atlântico, na famosa Costa do Estoril.

O concelho de Cascais é administrado por uma câmara municipal constituída por um presidente e 10 vereadores. O Presidente da Câmara Municipal é atualmente Carlos Carreiras, eleito nas eleições autárquicas de 2013 pela coligação Viva Cascais (composta pelo Partido Social Democrata e pelo CDS - Partido Popular), tendo maioria absoluta de vereadores na câmara (6 = 5 do PSD + 1 do CDS-PP). Existe uma assembleia municipal, que é o órgão legislativo do município, constituída por 37 deputados (dos quais 33 eleitos diretamente).

Relativamente a São Tomé e Príncipe, a vila de Cascais tem como cidade-irmã a cidade de Santana pertencente ao distrito de Cantagalo, São Tomé e Príncipe. Cidades-irmãs é uma iniciativa do Núcleo das Relações Internacionais, que busca a integração entre a cidade e demais municípios nacionais e estrangeiros. Tem como objetivo assegurar a manutenção da paz entre os povos, baseada na fraternidade, felicidade, amizade e respeito recíproco entre as nações.

De acordo com os censos 1991, 2001 e 2011 do INE, o conselho aumentou significativamente as suas qualificações académicas, em 1991 cerca de 55,2% da população detinham somente até ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, e a população com o ensino superior era de 11%, em

⁵ Os dados constantes neste ponto foram extraídos do INE (Censos 1991, 2001 e 2011), do Diagnóstico Social do CLAS de Cascais e da plataforma do site da CMCascais, Novembro, 2012.

2001 nota-se um acréscimo no conjunto de população que completou o ensino os dois primeiros graus académicos referidos, mas sobretudo no ensino superior, com um aumento de 5%. Em 2011, Verifica-se uma alteração estrutural da população do concelho, uma vez que 25% já têm um curso superior e observa-se um ligeiro acréscimo percentual da população que completou o ensino secundário e o 2º e 3º ciclo do ensino básico. Este acréscimo deve-se principalmente a uma diminuição da população sem qualquer nível de instrução de 10% de 1991 para 2011, 12,8% e 2,5% respetivamente.

No que toca a população empregada, a mesma fonte demonstra que, de 1991 à 2011 o sector secundário mostrou-se gradualmente a perder valor percentual para o sector terciário, o que permite concluir que os serviços e o comércio tem ganho maior peso na economia do concelho o traduzindo-se numa maior capacidade de empregabilidade.

De resto, o concelho dispõe de um conjunto de instituições e serviços públicos que lhe confere todo o dinamismo, nomeadamente, além da Câmara Municipal e das Juntas de freguesia, possui Segurança Social (ISS,I.P.), tribunal, notariado, registo civil e predial, finanças, posto de PSP e GNR, Loja do Cidadão, centro de emprego (IEFP Cascais), centro de saúde, escolas Básicas, Secundárias e Universitárias. Dispõe também várias Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), das quais no âmbito deste estudo de investigação teve-se o privilégio de visitar três delas, é o caso da Fundação “O Século”, a “CERCICA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais” ambas na freguesia de Cascais e Estoril, e o “Centro Social Paroquial São Domingos de Rana” na freguesia de São Domingos de Rana. Estas visitas guiadas, permitiram melhor compreensão da realidade das famílias e das pessoas, e do serviço ao público que é prestado por estas grandes instituições.

Potencialidades, a vila de Cascais é a quinta mais populosa de Portugal, e tem-se recusado a ser elevada a categoria de cidade, por motivos turísticos. Cascais é, desde finais do século XIX, um dos destinos turísticos portugueses de eleição por nacionais e estrangeiros; O visitante de Cascais pode desfrutar de um clima ameno, das praias, das paisagens, da oferta hoteleira e gastronómica variada.

Fragilidades, de realçar o elevado índice de envelhecimento da população (embora menos nas duas freguesias mais populosas do concelho – Alcabideche e São Domingos de Rana); também a tendência de diminuição do número médio de elementos por família desde 1991. A nível nacional, Cascais é um dos cinco municípios com maior taxa de população divorciada,

sendo dois terços dessa população mulheres existindo também cinco vezes mais viúvas do que viúvos.

4.2 Objetivos gerais preconizados

Com este estudo de caso pretende-se:

- Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e o funcionamento da Rede Social, no âmbito da Governança.
- Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Sociais. A articulação entre os atores a nível horizontal e vertical, não só no seio do NE, como também, a harmonização com as iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS, CSF, parceria/sub-redes e os agentes individualmente considerados (Organizações).
- Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local. Como são produzidos e interligados os principais instrumentos de Ação do CLAS, que servem de base para o funcionamento da Rede Social. Como são definidas as prioridades e estratégias de ação face a diversidade dos problemas sociais identificados no terreno.
- Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território, bem como, capacidade de sugerir esta ou aquela medida de política pública por considera-la mais adequada para o território.

4.3 Metodologia

A metodologia seguida para este estudo de caso:

- **Análise documental** incidindo sobre os mais importantes instrumentos de apoio à ação do CLAS, nomeadamente o Regulamento interno de funcionamento do CLAS, o Diagnostico Social (DS), o III Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 (PDS), o Plano de Ação do CLAS (Anual) (PA), a Ata dos Plenários e a Carta Social (CS).

- **Recolha de Informação** através da elaboração de entrevistas semidiretivas (anexo A) aos membros do núcleo executivo (NE) sendo que, entre eles um é representante da Camara Municipal (com a responsabilidade de coordenação), o outro, representante da Segurança Social e os restantes membros executivos (sete atores-chave). Uma entrevista exploratória realizada a um ator privilegiado, que é neste caso, uma das pessoas que representam o Secretariado Técnico que por sua vez tem como função apoio técnico e organizacional ao funcionamento do NE e do CLAS de Cascais (na elaboração dos documentos, marcação e realização das reuniões do NE, organização dos Plenários, entre outros.).

4.4 Análise Documental

Este procedimento, tal como já foi referido no capítulo anterior, consistiu na análise dos principais instrumentos de ação do CLAS Cascais. Da leitura feita, permitiu constatar desde logo que a elaboração dos mesmos foi concretizada de forma participada espelhando o contributo assinalável por parte de algumas entidades parceiras.

O DS - Diagnostico Social, foi possível perceber que os dados a partir dos quais se procedeu a caracterização exaustiva do concelho foram com base na análise comparativa de indicadores estatísticos fornecidos pelo INE (Censos 1991, 2001 e 2011), portanto a medida que os anos vão passando torna-se urgente a necessidade de ver estes mesmos dados atualizados de forma a ter uma visão bem real e mais abrangente do próprio concelho. Daí fazer todo o sentido a Ação da CMC, NE e os parceiros, na elaboração de um novo Diagnóstico Social concelhio mais estruturado e mais a fundo junto da população, (estando esta Ação em todos os PA anuais em alinhamento com o PDS em vigor 2012-2015, devido a sua importância). O seu desenvolvimento tem sido da responsabilidade do Grupo de Acompanhamento, em forma de Plataforma colaborativa (CMC, NE, CLAS, CSF e CEDRU) na articulação com outras Organizações, Plataformas temáticas, CSF e Sub-redes territoriais, Utentes e Múncipes, utilizando Canais de comunicação como: Plenários do CLAS, Reuniões das CSF, Reuniões das plataformas e sub-redes, Newsletter do Diagnóstico Social e o Site Rede Social e da CMC. A produção deste documento teve o seu início previsto em janeiro de 2013, encontrando-se nesta fase (outubro 2015) já um pouco atrasado para a sua conclusão. Já na elaboração do PDS 2012-2015, foi sentida pelo conjunto de atores sociais a necessidade de atualização do DS. Assim, foi aberto um concurso público para aquisição de serviços para a

realização do DS e como se pode ver no quadro seguinte os 5 lotes⁶ que compõem o Diagnóstico Social foram conferidos ao Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU):

Quadro 2 – Elaboração do Diagnóstico Social (DS)

Lote 1	<ul style="list-style-type: none"> Recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social
Lote 2	<ul style="list-style-type: none"> Atualização da Carta Social
Lote 3	<ul style="list-style-type: none"> Análise da rede de atores: organização, funcionamento e contributos
Lote 4	<ul style="list-style-type: none"> Definição de critérios do bem-estar da população e indicadores de progresso- SPIRAL
Lote 5	<ul style="list-style-type: none"> Análise conclusiva e proposta de cenários para a intervenção

2015													2016									
D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Lote 1																						
						Lote 2																
							Lote 3															
							Lote 4										Lote 5					

Fonte: Site da CMC, Rede Social

Este novo DS, de acordo com o que foi lido, representa uma oportunidade de reposicionamento da Rede Social face aos desafios contemporâneos, permitindo alcançar os objetivos a que se propõe com a sua elaboração, como por exemplo: (i) Promover e reforçar um olhar comum dos agentes sociais sobre a realidade social local; (ii) Reforçar o planeamento estratégico da Rede Social facilitando a definição de prioridades e a alocação de recursos para o desenvolvimento social concelhio; (iii) Fundamentar estratégias, projetos e intervenções e melhorar as intervenções em curso e respetivas metodologias; (iv) Identificar fenómenos de exclusão social iminentes e potenciar uma atuação eficaz sobre estes. (PA, 2014, P.04).

O PDS - Plano de Desenvolvimento Social, é um instrumento de planeamento da intervenção social no concelho, fundamental na implementação da Estratégia de Sustentabilidade de

⁶ Os lotes no fundo correspondem a fase de construção do novo Diagnóstico Social. Informação disponível na plataforma site da cm-cascais.pt/area/rede-social.

Cascais onde são negociados os objetivos prioritários para o desenvolvimento social nos quatro anos seguintes. É através das orientações estratégicas mais abrangente deste instrumento, que se dá origem a novos instrumentos temáticos mais específicos, como por exemplo o PA- Plano de Ação anual, ou o PDM – Plano Diretor Municipal, tendo este último o enfoque na Coesão e Inclusão Social para o desenvolvimento futuro concelhio. O PDS é constituído por uma série de mecanismos que permitem apoiar as reflexões e tomadas de decisões pelo CLAS, bem como favorecer a articulação com outras políticas locais.

O primeiro PDS de Cascais (em 2004) resultou de um longo processo de conhecimento mútuo dos agentes sociais, através de “workshops” e grupos de trabalho, ao longo do qual foi sendo interiorizado o conceito de Rede Social e priorizados os objetivos gerais de intervenção (PDS, 2012-2015, P.08)

O segundo PDS (2008-2011), para além da consensualização dos objetivos gerais da Rede Social, houve ainda a preocupação de construir um instrumento com metas operacionais claras a atingir nesse período, permitindo o seu desdobramento em Planos de Ação anuais (PDS, 2012-2015, P.08).

Já este último, quando da sua elaboração tinha como propósito avançar significativamente na qualificação deste instrumento, quanto ao envolvimento da população “empowerment” no processo e construção da visão mais integrada do desenvolvimento social.

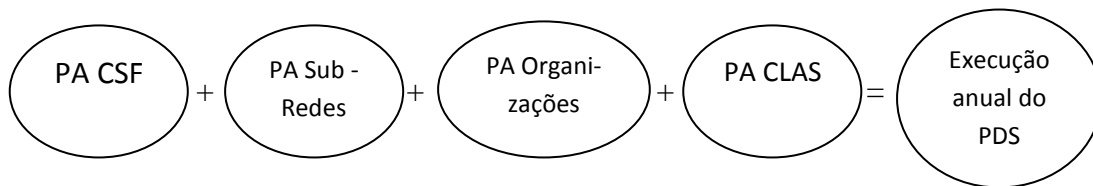
Mas tal como o documento argumenta “o período conturbado que se atravessa, em que as necessidades imediatas das pessoas mais vulneráveis esgotam os recursos existentes nas organizações, e dada a incerteza quanto aos recursos disponíveis no futuro próximo, não foi possível implementar as ações de mobilização necessárias para dinamizar um processo de planeamento com maior envolvimento de todas as partes interessadas” (PDS 2012-2015, P.08).

Se por um lado, esta foi uma das limitações do atual PDS, dificultando o trabalho dos técnicos e organizações, por outro, a inexistência de um diagnóstico social mais aprofundado dificultou igualmente a definição e priorização de medidas inovadoras necessárias, assim como o estabelecimento de metas concretas para os objetivos preconizados.

O PA – Plano de Ação do CLAS, é um instrumento anual da responsabilidade do CLAS e do NE⁷ e pretende dar resposta a alguns dos desafios internos ao funcionamento da Rede Social enunciados no PDS⁸ (PA 2013, p.02).

⁷ Algumas competências do CLAS e do NE (de acordo com o DL nº115/2006 de 14 de junho): criar grupos de trabalho temáticos; promover a realização participada do diagnóstico social; fomentar a articulação entre

O PA operacionaliza o PDS, mas para execução do PDS, para além do PA do CLAS, concorre uma pluralidade de planos e ações operacionalizadas por estruturas de parceria/sub-redes e por agentes individualmente considerados (organizações) (PA 2014, p.02).



Fonte: PA 2014, p.2

A leitura crítica realizada aos planos bem como as conclusões do estudo de avaliação Rede em Prática e juntamente com as opiniões dos interlocutores privilegiados (nas entrevistas realizadas), o estudo aponta para a sugestão na alteração do período de duração do PA, de anual para dois em dois anos. Este facto deve-se, entre outras razões, a complexidade de algumas ações, a sua implementação no horizonte temporal “um ano passa a correr” e também a incessante necessidade de se estar atualizado perante as novas situações que se vão ocorrendo ao longo deste mesmo ano.

Outros instrumentos como as Cartas Sociais, as Atas dos Plenários do CLAS onde por exemplo são validadas as ideias e propostas em plenários ou por algum membro do plenário para depois fazê-las chegar ao centro, são igualmente importantes para a perceção das dinâmicas e o funcionamento da Rede Social.

4.5 Análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com base no modelo de Entrevistas Semi-diretivas uma vez que, o entrevistador/investigador dispondo da informação bibliográfica sobre a temática em estudo, com o suporte de um guião previamente elaborado (anexo A), foi construindo ao longo do processo um ambiente descontraído e informal, de questões abertas, permitindo aos entrevistados estarem à vontade para falarem livremente sobre os seus pontos de vista.

O grande objetivo desta ação foi, no âmbito da Rede Social compreender a articulação dos atores (vertical e horizontal), de políticas e dos instrumentos, tendo sempre enfoque o que pudesse aprender com a experiência Portuguesa para dar o contributo a São Tomé e Príncipe,

organizações; avaliar o PDS e os planos de ação e acompanhar a sua execução; promover ações de informação; etc.

⁸ III Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015, p.84.

no que toca ao combate a Pobreza. Assim, foram realizadas entrevistas entre Agosto e Setembro de 2015, a uma interlocutora representante do Secretariado Técnico (ator privilegiado) e aos membros do Núcleo Executivo (NE) composto por 7 elementos de diversas áreas estratégicas para desenvolvimento social concelhio: (I) Câmara Municipal (elemento coordenador, fixo, não tem de ser sempre a mesma pessoa embora neste caso esta se encontre desde o início da Rede Social Cascais em 2001), (II) Instituto da Segurança Social, I.P, também fixo, (III) Saúde – ACES de Cascais, (IV) IEFP – Centro de Emprego, (V) IPSS – CERCICA segundo este elemento, diz, “estou no NE em representação das pessoas com deficiências no concelho”, (VI) IPSS – Centro Social e Paroquial de São Domingos de Rana e (VII) IPSS – Fundação O Século. O guião das entrevistas foi construído em 6 blocos de questões tendo sido depois as questões ajustadas em função do perfil e do papel representativo do entrevistado (anexo A).

A fim de proceder á análise de conteúdo destas mesmas entrevistas, decidiu-se agregar os blocos das questões (A1,A2), (A3,A5) e (A4,A6), formando três blocos temáticos de análise de conteúdo que correspondem aos três próximos capítulos: (4.6) Organização, Funcionamento e Articulação dos Atores (NE, CLAS e CSF) – Incide sobre os Atores; (4.7) Autoavaliação, Articulação Multinível de Políticas Públicas – Recai sobre as Políticas; (4.8) Os resultados: Aspectos Fortes vs. Fracos da Rede Social – Reflete sobre os instrumentos e as principais conclusões.

4.6 Organização, Funcionamento e Articulação dos atores (NE, CLAS e CSF)

Neste capítulo interessa perceber os pontos-chave da organização e funcionamento das estruturas da Rede Social; Também recolher informação que permitam esclarecer como a Rede social foi constituída no âmbito da Governança, tendo em conta a maturidade Democrática do País.

Da análise de conteúdo que se faz deste bloco temático das entrevistas permite aferir que, a Rede Social Cascais, justificada pela forma unanime como foi respondida pelos atores-chave, funciona de acordo com a lógica do modelo de Governança Colaborativa, baseado na participação democrática conferindo aos atores locais a possibilidade de construírem um quadro referencial de ação onde possam em consenso definir as prioridades, objetivos e linhas de intervenção no terreno.

Como afirma a interlocutora representante do Secretariado Técnico “O “motor” que faz movimentar toda essa máquina que permite o funcionamento da Rede Social é o Conselho Local de Ação Social (CLAS) representado pelo seu Núcleo Executivo (NE)”, cabendo a este a responsabilidade de coordenação de todo o processo e mais concretamente na pessoa que representa o Estado, a Câmara Municipal de Cascais (que é o elemento coordenador). Mas também como ressalva esta decisora política (o elemento I) “a organização e toda a preparação das atividades da Rede Social é garantida graças ao suporte do Secretariado Técnico”. Secretariado Técnico é composto por duas pessoas e as únicas que estão a tempo inteiro a trabalhar no âmbito da Rede Social Cascais tendo sido entrevistada uma delas em representação do mesmo (facto já referido no capítulo anterior).

Como adianta a interlocutora representante do Secretariado Técnico “o Núcleo Executivo (NE) está de um modo estratégico constituído à 2015, sendo as reuniões quinzenais (as quartas feiras). Quanto a questão se esta periodicidade se adequa, todos elementos afirmam que sim, tendo os elementos (I), (V), (VI) e (VII) assumindo que já houve situações em que por entenderem ser necessário terem realizado uma reunião extra assim como também terem cancelado uma reunião por na altura não dispor de uma agenda que justificasse. Quanto a dimensão e rotatividade dos membros do NE, consideram o 7 o “número adequado”, o elemento VII por exemplo diz, “se fosse um número maior seria difícil de trabalhar e reunir consenso uma vez tratar-se de pessoas muito ocupadas com suas instituições que lhes consomem grande parte dos seus tempos”, defendem que sim, de dois ou três anos que haja mudança no NE, mas que essa mudança não seja a “destruição total do NE” como afirma o elemento I “...estar no NE também é uma forma de aprendizagem”, o elemento VI, diz que “esta rotatividade favorece a diversidade e permite que o NE tenha uma representatividade mais abrangente a todo o concelho, uma vez que, houve altura em que era constituído na sua maioria por elementos representativos da freguesia de Cascais e Estoril”.

Quanto ao relacionamento, ao nível do NE e entre este os restantes parceiros sociais revela-se horizontal, o elemento I acrescenta ”... como de colegas de trabalho... direto e transparente” já ao nível vertical subsiste as limitações no poder de decisões pelo CLAS, sendo as propostas, iniciativas validadas em Atas de Plenários para serem remetidas a Administração Central, ou seja, o Estado mantém as suas responsabilidades e poderes de decisão intocáveis. Mas é preciso ter em atenção, como argumenta a interlocutora representante do Secretariado Técnico “... também não tem de fugir delas (as responsabilidades) porque para além de tudo, o Estado é o principal financiador da Rede Social e dos Projetos relacionados”.

O Conselho Local de Ação Social (CLAS) é constituído por cerca de 100 Organizações (Entidades públicas e privadas) que formalmente aderiram à Rede Social de Cascais. Funciona em Plenário, através dum sistema de representação do conjunto dos seus membros e é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais. Tem como competências: Promover iniciativas que visem uma melhor consciência dos problemas sociais; Promover a realização participada do Diagnóstico Social Concelhio, do Plano de Desenvolvimento Social e dos Planos de Ação anuais; Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas sociais; e mais outras.

As Comissões Sociais de Freguesia (CSF) são outras das estruturas da Rede Social consideradas como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível da freguesia. Também têm o seu NE, coordenado pelas Juntas de Freguesia no caso de Cascais são quatro, tem como uma das suas competências elaboração do seu plano de Ação Anual e apresenta-o no início de cada ano - segundo o elemento coordenador “utilizando o mesmo tipo de instrumentos do CLAS (fichas de projetos, etc.) para garantir a articulação multinível dos atores com a visão cada vez mais em linha com o Plano Desenvolvimento Social (PDS) em vigor”. As CSF também têm a seu papel nos Plenários onde perante todos os outros membros da RS se verifica o que se foi considerado prioritário para se poder avançar nesse ano.

Para além das CSF, como acrescenta a interlocutora representante do Secretariado Técnico “...Cascais tem cerca de 20 Sub-redes temáticas como por exemplo: uma rede para intervenção com os sem-abrigo, outra para intervenção com as vítimas de violência doméstica, uma rede de todas as Creches do conselho, de todos os apoios domiciliários... etc”. Outra estrutura que pode favorecer a “articulação e integração de políticas públicas” como diz o elemento I, são as Plataforma Supraconcelhia (PSC) que agrupa os vários CLAS, mais relevantes nas regiões de baixa densidade. No caso do conselho de Cascais pertence á PSC da região de Lisboa Norte.

No que toca ao papel das entidades representativa do NE, ficou evidente do importante papel de todas no contexto da Rede Social, ainda assim, a Câmara Municipal de Cascais e a Segurança Social ISS.I.P têm o papel central. Mas, de realçar o importante serviço às famílias e às pessoas do concelho que é prestado por parte das IPSS representativas, salienta-se estas porque no âmbito das entrevistas teve-se o privilégio de as conhecer melhor e fazer-se uma breve visita guiada a estas instituições podendo constatar tal facto e o contacto direto que é

estabelecido com as populações. Isto porque como se sabe, aliás o elemento VI foca este aspeto “... a Rede Social não tem um papel diretamente interventivo, é sim alicerçada de uma visão fundamentalmente estratégica” mas o controverso é como a mesma refere “... nós só conseguimos ter uma visão estratégica se conhecemos o terreno e para isso temos de lá estar” daí a mais-valia e o acrescento que estas instituições conferem ao NE e a Rede Social.

Outra questão relacionada e para fechar este bloco, é a de perceber como se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Aqui destaca-se as respostas da interlocutora representante do Secretariado Técnico a medida em que diz “... através dos técnicos que estão no terreno que acompanham com muita proximidade a população e assim vão tendo a perceção dos problemas”, o elemento I além de invocar a existência de técnicos tanto do lado da Câmara (com seis gabinetes dispersos pelo concelho na área da Assistência Social) como da Segurança Social, evidencia duas dimensões quanto esta questão “...por um lado o conhecimento do dia-a-dia fruto da experiencia que se vai construindo, por outro a necessidade de elaboração de Diagnósticos Sociais que pressupõem reflexão, planeamento estratégico além de elencar os dados”, bem como a resposta do elemento VI “...largando as secretárias e os papéis, conhecendo e ouvindo as famílias”, “...não se pode fazer um trabalho de intervenção social se só estivermos sentados nas secretárias a pensar sobre os problemas embora também seja importante e não há duvidas que esse é papel de uma Rede Social”. Ainda a reter deste desafio que foi efetuar estas entrevistas semi-diretivas, é que para uma boa articulação entre os atores é preciso saber ouvir-se uns aos outros!

4.7 Autoavaliação, Articulação Multinível de Políticas Públicas

Este bloco temático tem como objetivo perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas, bem como Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.

Neste capítulo, a questão sobre o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? De acordo com a visão da interlocutora representante do Secretariado Técnico a evolução da Rede Social permitiu que passasse de um formato mais ligado às vontades locais para um modelo a partir do qual da concretização local se pudesse atingir os objetivos nacionais alinhados com o PDS em vigor. O PDS bem como o DS passam deste modo a acompanhar os ciclos dos programas de fundos comunitários ou dos planos nacionais, como a mesma cita “...por exemplo neste Diagnóstico Social que está atualmente

em execução o enfoque é o conceito de Coesão Social seguindo o modelo elaborado pelo conselho Europeu de 2005” que vem das políticas comunitárias nomeadamente das conclusões da Presidência - Bruxelas, 22 e 23 de Março de 2005 com um dos objetivos relançar sem demora a Estratégia de Lisboa e proceder a uma reorientação das prioridades para o crescimento e o emprego, onde se pretende entre outros reforçar a coesão social, apostando sobretudo no conhecimento, na inovação e na valorização do capital humano (CUE, 2005, P.3-4). No fundo como argumenta a entrevistada o que este modelo propõe “... é a redução das disparidades existentes entre cidadãos, regiões e Estados-membros, procurando garantir um melhor acesso ao emprego, à educação e a sistemas de proteção social “, logo com isso contribuir para o desenvolvimento económico e social do espaço europeu. Ainda sobre esta questão, a entrevistada salienta “... Cascais é um dos concelhos onde se verifica uma elevada assimetria quanto a situação de vida das pessoas”, daí talvez se justificar esta abordagem temática. Por outro lado, a nível regional/local como diz o elemento I “...um dos papéis assumido desde o início embora não sendo um processo frequente, é mediante aos problemas que vivemos no terreno, como é que poderemos levar para cima, para a segurança social algumas propostas de sugestões e pedidos de alteração de leis e para isso cabe ao NE validar estas propostas em Plenários ... E isso já foi feito”

Quanto a questão se a Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território? O elemento I fundamenta com alguns exemplos concretos “...os Centros de convívio em que se remeteu a Segurança Social algumas questões ligadas ao conceito de centro de convívio... também foi feita uma proposta em relação ao cargo de Auxiliares de apoio domiciliário, a profissão não estava definida em lado nenhum” outro exemplo “... e agora mais recente ao nível das Plataformas Supraconcelhias, questões ligadas a saúde mental ”, portanto, fica explanado uma considerável articulação multinível de políticas não só a nível regional como também nacional extrapolando para dimensões comunitárias.

Este bloco de questões é também onde se encontra maior fonte de tensões ou constrangimentos ao longo deste estudo, desde logo, quando ao longo das várias entrevistas constata-se que ainda não existe indicadores credíveis que permitam quantificar e definir as prioridades nos problemas sociais. Um dos comentários a reter sobre esta questão, foi da interlocutora representante do Secretariado Técnico “...definir metas muito precisas, nós temos tido dificuldade em fazê-lo”. Todos os entrevistados acreditam que a solução passará pela conclusão da elaboração do novo Diagnostico Social mais estruturado que dará origem

ao novo PDS que se espera e como diz a interlocutora representante do Secretariado Técnico “...já com metas definidas a este nível e não apenas com as orientações gerais como tem o atual porque desprovia desses números”.

A questão sobre a afetação dos recursos humanos e financeiros, como são canalizados para os beneficiários da ação social no âmbito da Rede Social? A interlocutora representante do Secretariado Técnico responde “... se calhar não chegamos ainda a um patamar de definir estas metas com muita clareza, por falta destes dados de base... ainda não conseguimos fazer um planeamento mais exato de definir metas e perceber se com as intervenções que se tem vindo a fazer se aquelas metas estão a ser alcançadas”; O financiamento, o elemento I diz sem rodeios “a RS não tem dinheiro... é uma forma de trabalhar” este elemento decisor quer com isto dizer que, a RS funciona pela ação dos seus membros e a intervenção no concelho. O financiamento vem uma parte pelo Estado, Segurança Social, dos acordos que estabelecem com as instituições, o elemento V acrescenta “...candidatamos as verbas da Câmara consoante os projetos que elaboramos e quanto maior for o número de pessoas abrangidas mais ou menos dinheiro haverá”, mas a entrevistada também chama atenção que “os recursos não são ilimitados... existe um “plafond” para as candidaturas”; Importa dizer que estes projetos são avaliados à posteriori, havendo lugar a prestação de contas e possível continuidade. Em cascais como diz elemento I “...a CMC aposta muito na qualificação das respostas... disponibilizando apoios financeiros para projetos que vão aumentar a qualidade de respostas ao município, desde a infância até aos idosos” daí considerara-lo “um financiamento supletivo”. Outra parte vem, do autofinanciamento das intuições porque têm mecenas, ou procuram outro tipo de financiamento nomeadamente peditórios, patrocínios.

Em suma, a afetação dos recursos, processa-se seguindo a logica do proverbio invocado pelo elemento I “...se achamos que são importantes batatas, não vamos semear cebolas” rematando com exemplos “...houve um projeto de formação dos Técnicos da RS e foi pago pela Câmara, atualmente a CMC esta a financiar o DS enquanto projeto da RS com cerca de pouco mais de 100 mil euros... agora a intervenção social não é paga diretamente pela RS, faz parte do orçamento do Estado, ou dos projetos da UE a que se candidatam as instituições”.

Para conclusão deste bloco, no que toca a autoavaliação, a premissa da avaliação do impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local, aqui, também confere algum foco de tensão. Isto devido ao caracter subjetivo associado ao conceito Desenvolvimento Social. O elemento V prefere antes salientar “...o nosso concelho é um concelho inclusivo” para depois

apresentar medidas do combate a fome e pobreza (concretamente da instituição que representa) como “...é uma situação complicada... temos parceria com a ajuda humanitária do Banco Alimentar, outra do governo (PARES) ... e temos de criar postos desenvolvimento para gerar emprego”. Os argumentos da interlocutora representante do Secretariado Técnico e do elemento VII são semelhantes, a medida em que afirmam “...entendemos que desenvolvimento social terá sempre a ver com as dimensões do bem-estar de cada pessoa, mas como se sabe, o que pode ser bem-estar para uns pode não ser para outros, sendo que há questões básicas como saúde, alimentação, vestuário, habitação... que são incontornáveis para o bem-estar”, portanto consideram como subjetivo, abstrato, mas, como acrescenta uma das entrevistadas também com o auxílio de uma serie de indicadores estatísticos existentes no país que visam medir o bem-estar, possibilitam avaliar o grau de desenvolvimento social de um território e comparando com outros municípios e países permitem posicionar Cascais num nível satisfatório. No fundo assiste-se um bom exemplo de Articulação Multinível de políticas públicas a nível regional (não só articulação horizontal, mas também estas emissões de pareceres sobre determinadas medidas de políticas evidenciam a articulação vertical de instrumentos e de políticas), permitindo eficiência e equidade na sua implementação no território e de um modo geral uma avaliação muito positiva sobre as dinâmicas de funcionamento do NE e da Rede Social no concelho.

4.8 Os resultados: Aspetos Fortes vs. Fracos da Rede Social

Este bloco temático permite compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local (os principais instrumentos que servem de suporte ao funcionamento do NE e da Rede Social). Também os benefícios e constrangimentos da Rede Social em geral e em particular o NE, com vista outro contexto territorial.

No que toca aos instrumentos e meios utilizados que dão garantias ao funcionamento da Rede Social, a pessoa ideal para falar sobre eles foi entrevistada – o elemento I, que de facto confirmou alguns aspetos que foram perceptíveis no decorrer da fase da análise documental, mas também trazendo a luz informações importantes na articulação desses instrumentos. A entrevistada diz “...devido ao atraso na conclusão do novo Diagnostico Social, vamos fazer esticar o atual PDS por mais um ano (2012 – 2016) para que o novo seja elaborado com base nos dados “frescos” do DS, com previsão (2017 – 2020)”. O PDS como diz a entrevistada “... é um plano mais macro, orientador, elaborado sempre de forma colaborativa e participada

por todos os membros do CLAS” que como diz o elemento V “... o PDS é depois desdobrado em Planos de Ação (PA) anuais não só do CLAS, como das CSF e outras estruturas de parceria/sub-redes”. Neste ponto existe alguma tensão quanto a duração deste mesmo PA, os estudos da avaliação Rede em Prática sugerem para o alargamento deste período para dois anos. Facto que os membros do NE entrevistados concordam, a resposta do elemento I “...o ano passa a correr”, mas contributo do elemento VI “se por um lado ao longo do ano está-se a implementar uma serie de objetivos preconizados e o ano já esta a terminar, por outro, ao passar a correr há muita coisa que também está a acontecer neste mesmo ano” o que deixa alguma reflexão para um eventual alargamento de um ano para dois. Outros instrumentos invocados por exemplo pelo elemento V “...a Ata dos Plenários e a carta Social” servem também de complemento aos referenciados anteriormente para melhor entender-se as dinâmicas da Rede Social. Em geral, evidencia-se uma articulação entre estes instrumentos importantes para harmonização e funcionamento da Rede Social sempre alinhado com as orientações do PDS em vigor.

Da questão até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais? A interlocutora representante do Secretariado Técnico por exemplo começa por dizer “...Não consigo imaginar um cenário sem a Rede Social... o que não quer dizer que a Rede Social é algo de decisivo para intervenção”, isto devido ao facto comum às opiniões dos entrevistados, que é, já antes de haver Rede Social no concelho as organizações já trabalhavam muito em parceria, já havia muita experiência de dinâmicas de intervenção no terreno, mas tal como também diz o elemento V “... era uma dinâmica sobretudo muito operacional” as organização juntavam-se em torno de uma causa e fazia-se a intervenção. O que a Rede Social troce de novo, foi pelas palavras do elemento I “... o fazer distinguir o que é uma gestão mais operacional e o dar respostas no terreno mais orientado por uma visão estratégica de desenvolvimento social... ao longo destes anos já ganhamos este estatuto, legitimidade e compreensão dos membros que são já cerca de 108 ”, elemento VI acrescenta “...e deixar o operacional para os vários grupos de intervenção seja por temáticas seja por territórios”. A interlocutora representante do Secretariado Técnico “...troce de novo, uma preocupação com uma dimensão mais estratégica, obrigando a fazer estes planos, uma concertação mais macro de toda a intervenção no território”.

Quanto a questão dos pontos fortes e fragilidades ao funcionamento da Rede Social e do NE? Desde logo o elemento VII realça “...a motivação das pessoas...apesar de ser um trabalho que não é fácil”, aqui regista-se também a seguinte frase, desta vez pelo elemento I “...hoje

para mim era impensável trabalharmos esta área sem existir a Rede Social” e mais “...a própria RS é em si um ponto forte para o desenvolvimento do concelho”, em termos do NE acrescenta “...temos tido a sorte trabalhar bem, com pessoas muito interessantes...que podem tomar as decisões”, o elemento VI ressalva uma vez mais “...a importância do Secretariado Técnico na condução de todo o processo”. A interlocutora representante do Secretariado Técnico prefere salientar a importância do esforço que é feito pela Câmara Municipal de Cascais para manter um relacionamento horizontal quanto possível com as organizações e os parceiros sociais no âmbito da Governança, apesar das responsabilidades legítimas que lhe é conferida, diz mesmo “...A Câmara enquanto organização de poder local, é financiadora, mobilizadora, tem poder e legitimidade Democrática, condicionantes que a coloca num patamar um pouco diferente... e uma Rede Social para funcionar bem, tem de se tentar que as organizações tenham uma relação muito horizontal, tem sido sempre esta a nossa preocupação”. É de resto uma questão central no funcionamento da Rede Social e deve ser muito bem cuidada. Quanto as fragilidades, como diz o elemento VI “...a escassez do tempo para se dedicar a RS, ler os documentos produzidos inclusive pela EU”, mas como argumenta o elemento V “...até isto pode ser um ponto forte... uma vez que estamos no terreno e na Rede”, o elemento I deixa uma sugestão “...o truque é estar-se sempre na Rede Social independentemente de ser ou não quarta-feira⁹”. Outro aspeto curioso salienta o elemento VII “...o duplo sentido do olhar o todos mas também olhar o individual”, suscetível de reflexão.

Por fim nesta questão em que o apelo é feito uma vez mais para as opiniões pessoais dos entrevistados, sobre que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe? O elemento I dá também o contributo do ponto de vista pessoal, pelo que diz “...existam 10 entidades num território ou existam 100, é sempre importante estabelecer uma rede em parceria, as pessoas conhecerem-se e ganharem confiança” de acordo com a sua experiência a entrevistada também aconselha “...a ideia que as entidades têm “que...a minha instituição é que é boa “ deve ficar para trás”. O elemento V deixa o repto “...é preciso é que quem governa tenha uma visão do quê que quer fazer, envolver as pessoas e pedir ajuda”, a entrevistada sugere “...talvez começar por uma região”, termina dizendo “...as pessoas têm muito para dar”.

O elemento VI acrescenta “...quando temos uma visão aberta aprendemos muito mais... estamos todos os dias a aprender quando estamos na RS”, mais adiante a entrevistada diz “...tem toda a importância quando a vontade é contribuirmos para a melhoria dos cidadãos” e

⁹ O NE do CLAS de Cascais reúne-se as quartas-feiras de quinze em quinze dias.

com alguma expressividade termina “...São Tomé, se podermos pegar nas várias áreas de intervenção social, sentarmos todos à mesa e conseguirmos apanhar um fio condutor que nos pode trazer uma certa ligação, uma política mais concertada de forma a rentabilizar recursos, vai valer a pena de certeza”. O elemento VII “a situação pode começar num embrião...tem é de começar”, outra importante reflexão que esta entrevistada traz ao estudo é pelas suas palavras “...pode haver instituições que são muito boas num domínio, podem corresponder a uma coisa mas não correspondem a tudo de certeza” daí também se justificar necessidade de se juntar e concertar para permitir um trabalho em articulação como a Rede Social. Aqui as respostas foram em concordância, a medida em que os entrevistados vêm com bons olhos, uma replicação do modelo mesmo tendo a consciência de ser uma realidade contextual diferente, de saber que implementando o modelo numa fase inicial os resultados não seriam elevados nem imediatos e de realçar a importância a questão central da Governança e da relação de confiança que deve existir entre todos os atores.

CAPÍTULO V – DO TRABALHO IN LOCO AS ILAÇÕES

5.1 O caso de Estudo: Principais conclusões

Política Social foi sempre uma das áreas difíceis de se reunir consenso não só em Portugal como a nível da Europa comunitária e talvez em qualquer outra parte do mundo. A Rede Social surgiu inicialmente vocacionada para potenciar diversos aspetos positivos e abrandar os riscos na implementação de políticas. Tal como se pretendia, veio eliminar a sobreposição de estruturas de parceria em domínios com grandes afinidades entre si, garantindo que as parcerias salvaguardassem equilibradamente a relação entre Administração Central, Autarquias e Setor social, assim como a relação entre escalas territoriais, nomeadamente entre freguesias, municípios e instâncias supramunicipais. Situações de duplicações dos serviços/apoios às famílias vieram desde logo a ser detetadas e suprimidas com esta articulação de estruturas.

Os estudos permitem concluir que dos sucessivos Governos desde a sua criação em Portugal, o Governo que o lançou foi o que maior apoio imprimiu ao Programa Rede Social, numa fase em que o Estado foi confrontado com a necessidade de inovar nos conteúdos de políticas – “Novas Políticas Sociais”, a sua implementação no território e experimentação de novas formas de aplicação de políticas públicas com base na boa Governança.

Como argumenta Carla Pinto Cardoso, a crise económica de 2008-2009, reforça a necessidade de implementação das medidas previstas na Estratégia de Lisboa, nomeadamente através de incentivos à empregabilidade e ao conceito de coesão social. Neste sentido o Fundo Social Europeu (FSE) contribuiu no período 2007-2013, com cerca de 77 mil milhões de euros, acrescido de 500 milhões de euros por ano provenientes do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (Cardoso et al, 2012, p.252).

Com os anos de vida da Rede Social, algumas estruturas inicialmente enquadradas no trabalho de parceria desapareceram (exemplo: as Redes Regionais de Emprego), outras floriram (como é o caso do Rendimento Social de Inserção e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco). Mas a sua primeira preocupação, de enquadrar uma parte importante das parcerias de carácter social ao nível estratégico territorial, verificou-se.

Tal como foi também é conclusão do projeto de avaliação Rede em Prática, a persistência da Rede Social deveu-se a dois fortes impulsos de política pública: o apoio na fase de lançamento pelos Fundos Estruturais e a articulação com o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), na fase de institucionalização (Godinho, Rui et al, 2013, p.169).

Ultrapassados estes fatores bem como as sucessivas fases da sua vida (experimentação, implementação, regulamentação e consolidação), a Rede Social hoje é uma realidade consolidada, tornando-se indispensável mantê-la dinâmica, coesa, motivada, e o desafio de encontrar novos mecanismos de modo afinar cada vez melhor a definição de prioridades de política pública para a sua mobilização.

De referir, pela perceção que se foi tendo ao longo deste trabalho que, embora a importância dos dados estatísticos que caracterizam a população nos processos de diagnósticos, muito importante também é o contacto direto com a população, as famílias, auscultando-as, dando voz aos seus problemas. Para isso destaca-se a relevância da formação, especialização e qualificação dos técnicos das diferentes instituições que estão no terreno. Estes serão sempre no âmbito da intervenção social e por sinal da Rede Social, fontes válidas que permitem atribuir as devidas prioridades aos problemas contemporâneos.

Em Geral;

Apesar de alguns focos de tensão encontrados ao longo deste estudo de investigação, a Rede Social é como referido anteriormente, uma realidade consolidada apresentando alguns aspetos que são pontos fortes para o futuro:

- Consistente dinâmica de trabalho em parceria, entre o ISS, I. P., as Câmaras Municipais e as IPSS e Misericórdias, combinando assim na metodologia de trabalho

os instrumentos: top-down - por exemplo a relação ISS,I.P – Autarquias - IPSS, fundamentada no apoio ao funcionamento da Rede, e bottom-up – nomeadamente no reconhecimento da participação local como produtora de planeamento e de iniciativas, conhecimento e decisões;

- Experiência em parceria adquirido no desenvolvimento da ação social e no planeamento de equipamentos sociais, através dos técnicos de serviço social de diferentes instituições;
- Relação forte de confiança construída entre a Rede e as outras parcerias sociais locais, sendo nos dias de hoje considerada a “Parceria das Parcerias Sociais”;

Ficam também apontadas algumas fragilidades que podem vir a ser melhoradas ou focos de tensão suscetíveis de procedimentos de modo incentivar rumo ao caminho certo.

- O risco tendencial para a apropriação da Rede pelas entidades públicas com representação obrigatória (Segurança Social e Municípios) e por intermédio de seus técnicos de serviço social em detrimento de outros parceiros institucionais ou outros profissionais com experiências relevantes no planeamento e na promoção do desenvolvimento social;
- Perceção clara ou a produção de dados que evidencie os impactos dos efeitos diretos na mudança na qualidade de vida das populações, apesar de se rever como uma metodologia de trabalho interinstitucional dinâmica e invisível, que permite essa mudança.
- Alguma incapacidade em resolver a contenda da aplicação do princípio da subsidiariedade à escala local, de modo esclarecer os níveis de intervenção e as articulações entre o Sub-municipal, o Municipal e o Supramunicipal.
- Definição dos instrumentos estratégicos para o objetivo de promoção do desenvolvimento social em articulação com o ciclo dos programas europeus em vigor; De notar que se esta na era da participação de Portugal na Estratégia 2020 e com o próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais.
- Questões ainda sensíveis no que toca as entidades direcionadas a setores como o emprego, cultura ou o planeamento municipal, bem como os representantes de interesses e as entidades de self-advocacy;
- O envolvimento na prática da população usando métodos de participação pública “empowerment” por forma acabar com a metodologia exclusivamente

tecnocrática de planeamento também é até hoje uma preocupação da Rede Social e dos Atores.

Os estudos também indicam que, ao ritmo dos recursos financeiros disponíveis estas fragilidades têm vindo a ser superadas com a qualificação mais adequada de recursos humanos; envolvimento de atores não tradicionais da ação social; domínio de instrumentos de planeamento e monitorização; e a abertura à mobilização popular (Godinho, Rui et al, 2013, p.171). Não menos importante e ideia a reter, a maior ameaça ao desenvolvimento da Rede Social consiste no desinvestimento público pondo em causa a sua sustentabilidade. Daí a relevância dada ao trabalho de coordenação desempenhado pela instância Central (Câmara Municipal) e a articulação com a Segurança Social.

Em particular;

No caso concreto de Cascais que já tinha esta tradição “a priori” de entreajuda entre as instituições, de se juntarem e intervirem em torno de causas sociais, ao implementar o Programa Rede Social, no que toca ao combate a Pobreza, vem permitir uma reflexão criando uma visão mais abrangente e sistémica de todo o conselho traduzindo-se na construção de um planeamento estratégico para o conselho. Ou seja, não resolvendo apenas o problema deste ou aquele “pobre” mas sim ficando o conselho estrategicamente preparado para dar respostas a novas situações que forem surgindo e dotado de uma concertação mais “macro” de toda intervenção social no concelho.

Alguns aspetos considerados pontos fortes para o futuro:

- A forte cultura do trabalho em rede entre os agentes sociais que já traziam.
- Elevado número de organizações públicas e privadas (ao todo cerca de 100) com uma oferta diversificada de equipamentos, serviços e iniciativas ao nível do apoio social, educação, juventude, desporto e cultura, destinada aos diferentes grupos sociais e escalões etários.
- Os instrumentos de gestão do desenvolvimento social (Carta social, PDS, Planos de Ação).
- A forte promoção do empreendedorismo das instituições e da população.
- A aposta na sensibilização ambiental da população com vista ao desenvolvimento sustentável do território.
- A própria mobilização da sociedade civil de modo a encontrar respostas por vias de voluntariado, associações.

- Intervenções inovadoras na Câmara Municipal com o orçamento participativo, o envolvimento dos colaboradores no planeamento do futuro, pelouros horizontais... Também os agrupamentos escolares do concelho com a preocupação de aumentar respostas formativas com carácter profissionalizante promovendo parcerias com empresas privadas e novas áreas de formação.
- O investimento na requalificação do espaço público e do património urbanístico.

Algumas fragilidades que podem vir a ser melhoradas:

- Concretamente no NE denota-se alguma escassez de tempo por parte de seus membros por serem pessoas importantes e muito ocupadas com os afazeres nas suas instituições, mas até isso pode de certo modo representar uma mais-valia, uma vez que, em simultâneo estão no terreno junto das populações e estão na Rede Social elaborando os documentos.
- Acentuada dependência face ao Estado (Câmara Municipal de Cascais) por parte dos indivíduos e organizações sociais;
- Face ao contexto da crise recente, a intervenção na pobreza ainda prevalece na ótica da emergência social, reativa e operacional, com fraca perspetiva preventiva. O que pode acentuar o olhar sobre a pobreza como algo patológico.
- A assimetria acentuada entre a população e no território entre o litoral e o interior (há que ter especial atenção as duas freguesias mais populosas Alcabideche e São Domingos de Rana) ao nível dos equipamentos, das acessibilidades e do ordenamento do território.

Com a conclusão do Diagnóstico Social, aprofundado como instrumento fundamental para o planeamento estratégico, beneficiando desta diversidade de fontes e perspetivas diagnosticas será mais fácil repensar as prioridades, estratégias de intervenção e refletir sobre a paisagem organizacional do concelho. O excelente contributo virá da construção do novo PDS (2017-2020), que terá como fundamento os dados mais precisos deste DS. Outro aspeto a reter para o bom funcionamento da Rede Social, é a preocupação em reforçar o papel das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) enquanto fórum privilegiado de diagnóstico e intervenção direta no território uma vez que estas apresentam potencialidades, dinamismos assumindo diferentes missões, mas carecem de necessidades de apoios neste caso por parte da equipa técnica do Núcleo Executivo do CLAS de Cascais.

5.2 Conclusão

Fazendo agora uma viagem de regresso ao início do que foi o propósito deste trabalho, a grande questão de investigação em que se pretendia esclarecer “Em que medida a experiência do Programa “Rede Social” em Portugal permite perspetivar o que podem ser caminhos de aperfeiçoamento de Políticas Públicas no combate a pobreza em São Tomé e Príncipe”; Com base nos ensinamentos adquiridos ao longo desta Dissertação, permite aferir que, a pobreza trata-se de um dos problemas sociais de natureza algo complexa, de difícil definição (embora o conceito pareça trivial para muitos), evidenciando interdependências e multicausalidades. Toda a ação em torno desta temática seja em que dimensão for, bem como a realidade contextual a que se destina, terá contornos benéficos para a sociedade e para o cidadão na garantia de seus direitos às condições justas e dignas de vida.

Por outro lado, como se viu no capítulo II deste trabalho, São Tomé e Príncipe apresenta já alguma dinâmica nomeadamente com Programas da Nações Unidas para o Desenvolvimento e para o Ambiente, algumas ações individuais e de organizações (ONGD’S) em iniciativas de combate a pobreza. Ao nível das relações externas, o país tem uma boa relação de cooperação com outros Estados, nomeadamente Portugal, em que tem em curso o Programa indicativo de Cooperação 2012-2015, existindo também cooperação entre instituições na área da saúde e educação de ambos os países. O país não tem ainda uma maturidade Democrática longínqua, mas pelos dados apresentados, tem vindo a consolidar este aspeto da sua vida política desde a sua independência, estando nos dias de hoje a política mais aberta, direcionada a mobilização dos jovens e a rentabilização do potencial capital humano apostando no regresso dos jovens formados com vista ao desafio do desenvolvimento sustentável do território.

Este ponto é de extrema relevância neste universo, porque como realça Defarges a curiosa relação entre Governança e Democracia, o autor considera a Governança “filha da Democracia” onde nela se incorporam ingredientes da Democracia como: O Pacto Social, a Igualdade e a Participação (o desejo de realização essencial à Democracia) (Defarges, 2008, p.19-20). Ansell e Gash também argumentam, governar em Governança impõe pois uma gestão participada, democrática e transparente, na qual atores públicos e privados, em nome do interesse geral e da construção do “bem comum”, se concertam - designam por Governança Colaborativa. Os autores defendem que a Governança surgiu a partir de múltiplas experiências locais como resposta às falhas dos governos na implementação de políticas, bem como aos altos custos da politização dos mecanismos de regulação, tendo-se desenvolvido

como uma alternativa à pluralidade de grupos de interesse, às falhas verificadas ao nível da prestação de contas e da responsabilização associadas aos modelos da nova gestão pública (Ansell e Gash, 2007, p.544). E para que uma Rede Social funcione em Cascais, Portugal, São Tomé e Príncipe ou em qualquer parte do mundo é desde logo indispensável que estas condições se verifiquem no território onde se está a operar.

Havendo esta sinergia, aliada a capacidade de congregar a construção de um planeamento estratégico para o território, não limitando-se, cada um apenas a resolver situações pontuais, casuísticas e “sem se conversar uns com os outros”, ao implementar um programa como Rede Social, estariam em condições favoráveis para se fazer face a este desafio contemporâneo. Como se viu com o caso Português, de início os ganhos não foram muitos, estando a Rede Social Cascais e os atores intervenientes sempre a aprender até aos dias de hoje. Exemplo disso é a realização do novo DS para permitir terem uma visão mais real e estratégica da região, podendo assim definir melhor as situações prioritárias e com isso rentabilizar os recursos. O Programa Rede Social Cascais que começou como um dos projetos piloto em 2001, passou por diversas fases de construção até a consolidação, agora com a maturidade, permite perceber a sua importância e os ganhos assinaláveis para todo o concelho. Para São Tomé e Príncipe a situação não seria muito diferente. Como tal, do mesmo modo como aquando do quadro Europeu o repto foi lançado a Portugal e neste caso de estudo em particular à Cascais – “Rede Social de Cascais”, os resultados deste trabalho de investigação apontam para lançar o desafio à São Tomé e Príncipe, aos dirigentes por forma a associarem um pensamento estratégico e integrado da intervenção social à utilização de um conjunto de abordagens e métodos orientados: (i) para a Governança Multinível, (ii) para os cidadãos, (iii) para os resultados e (iv) para a Inovação Social. Ou seja, termina-se este estudo invocando a boa forma de exercício de uma cidadania democrática ativa por parte dos atores e dos Líderes, não se ficando apenas pelos papéis e nos discursos democráticos da ação e da Governança.

Neste contexto, outro ponto de extrema relevância prende-se com a importância do papel dos líderes, pelo que, devem ser capazes de reforçar a mobilização dos atores criando sinergias de modo a compensar as fragilidades e apresentar soluções para os problemas.

Dentro de alguma complexidade, foram apresentadas qualidades que podem servir de base de aprendizagem no que diz respeito a visão geral das principais abordagens atuais da problemática Pobreza em contexto territorial. A Pobreza é de facto um tema atual, suscetível de mais estudos de investigação dado o caráter multidimensional e todas as formas de luta evidenciam benefícios para a sociedade. Não esqueçamos também que o ponto real, contudo é

criar um mundo melhor, logo, parceria fundamentada em políticas sociais terá de ser palavra de ordem entre as instituições públicas e particulares mediante os problemas em que a sociedade moderna se viu abraço num mundo em que a economia se depara com o processo de globalização.

BIBLIOGRAFIA

Alegre, Nyssken (2013), “A Economia Social e Solidária: Contributos e dimensões nas Políticas Públicas e o Welfare State”, ISCTE-IUL, Lisboa.

Ansell, Chris e Alison Gash (2007), “Collaborative Governance in Theory and Practice”, *Journal of Public Administration Research and Theory*, (13), University Press, pp. 543-571.

Baltazar, Maria da Saudade (2004), *Políticas Sociais: “solidariedades planeadas”*, Universidade de Évora.

Camagni, Roberto (2008), “Towards a Concept of Territorial Capital”, em R. Capello, R. Camagni, B. Chizzolini e U. Fratesi (Eds.) *Modelling Regional Scenarios for the Enlarged Europe*, Berlim.

Cardoso, Carla Pinto. Ramos, Cláudia. Leite, Isabel Costa. Cardoso, João Carrasqueira e Maior, Paulo Vila (2012), “A União Europeia: Histórias, Instituições e Políticas”, Universidade Fernando Pessoa, Porto, p.248-253.

Castel, Robert (2000), *The Roads to Disaffiliation: “Insecure work and Vulnerable Relationships”*, *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 24.3.

Cavero, Teresa (2015), “A Europe for the Many, Not the Few”, Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

Comissão Europeia (2010), “The European Platform against Poverty and Social Exclusion: A European Framework for social and territorial cohesion”, SEC(2010), 1564 final. <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=961&langId=en> (acedido 30 Setembro 2015)

COSTA, Alfredo Bruto da (coord.) et al (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza - vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Gradiva, Lisboa.

CS – Carta de equipamentos e Serviço Sociais do Concelho de Cascais (2008), vol.1, CEDRU, Câmara Municipal, Cascais.

CS – Carta de equipamentos e Serviço Sociais do Concelho de Cascais (2008), vol.2, CEDRU, Câmara Municipal, Cascais.

CS – Carta de equipamentos e Serviço Sociais do Concelho de Cascais (2008), vol.3, CEDRU, Câmara Municipal, Cascais.

CS – Carta de equipamentos e Serviço Sociais do Concelho de Cascais (2008), vol.4, CEDRU, Câmara Municipal, Cascais.

CUE – Conselho da União Europeia (2005), “Conclusões da Presidência - Bruxelas, 22 e 23 de Março de 2005”, CONCL 1, 7619/05, Bruxelas.

Defarges, Philippe Moureau (2008), *La Governance*, 3.^a edição, Paris, PUF.

DR – Diário da República (1997), “Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97”, I SÉRIE-B, p.6253-6255.

DR – Diário da República (2006), “Ministerio do Trabalho e da solidariedade Social, Dec-Lei n.º115/2006”, I SÉRIE-A, p.4276-4282.

ESPING-ANDERSEN, Costa (1998), “A Sustentabilidade dos Estados-Providência no Séc.XXI”, Documento preparado para a Conferência realizada em Lisboa, em 8 e 9 de Maio de 1998.

Europe 2020 (2010), “A European strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth”, European Commission, Brussels.

FANGUEIRO, Cristina (2003), “A Rede Social e o Plano Nacional de Ação para a Inclusão”, *Pretextos* 14, p.8-9.

FARRELL, Fintan (2003), “Modernizar a Protecção Social e Promover a Inclusão”, *Rediteia* 30, p.17-19.

Ferreira, L.V. (2005), “Dinâmica de Rendimentos, Persistência da Pobreza e Políticas Sociais em Portugal”, in *Sociedade e Trabalho*, nº 26.

Godinho, Rui e Henriques, José Manuel (coord.) et al (2013), “Projeto Rede em Prática: Relatório final da avaliação do Programa Rede Social 2010-2012”, Lisboa, IESE.

Guerra, Isabel e Henriques, José Manuel (2001), “Programa Rede Social”, Soartes, Lisboa.

HELENO, Armandina (2003 a), “PNAI 2003-2005”, *Rediteia* 32, p.21- 38.

(2003 b), “PNAI’s – 2ª Geração em preparação”, *Rediteia* 30, p.41-44. Instituto de Solidariedade e Segurança Social, “Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003 – 2005”.

Henriques, José Manuel (2006), “Global restructuring and local anti-poverty action: Learning from European experimental programmes”, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.

Henriques, José Manuel (2008), *Guidelines Ciaris - Linking Social Protection to Employment and Local Development in Combating Poverty*, Progress, ILO.

Henriques, José Manuel (2010), “Crise, Economia Social e Solidária e «Integração Económica» Na Ação contra a Pobreza” – Bloque Temático.

Henriques, José Manuel (2014), “Coesão Territorial e Desenvolvimento Local ‘Revisitado’: Perspetivas Para O Programa Rede Social e Rede Social”, Lisboa.

ILO - International Labour Office (2000), “World Labour Report 2000”, Geneva.

ILO - International Labour Office (2003), “A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal”, Geneva.

Lopes, Raul (2001), “Competitividade, Inovação e Territórios”, Lisboa, Celta Editora.

Lourenço, Maria dos Prazeres (2005), “Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza”, Direção Geral da Segurança Social, Portugal.

Matos, Maria da Conceição da Silva Nunes (2013), “Governança e Políticas Públicas em Territórios de Baixa Densidade”, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Morel, Nathalie et al (2012), “Towards a Social Investment Welfare State? Ideas Policies and Challenges”, From the Lisbon Strategy to Europe 2020, University of Bristol, UK.

MTS – Ministério do Trabalho e Solidariedade (2000), “Módulos PROFISSS”, REDE SOCIAL, PROFISSS.

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2010), “Sociedade e Trabalho 41”, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Lisboa.

<http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/rst41.pdf#page=11> (acedido 30 Setembro 2015).

PA – Plano de Ação do CLAS de Cascais (2012), Rede Social, CLAS, Cascais.

PA – Plano de Ação do CLAS de Cascais (2013), Rede Social, CLAS, Cascais.

PA – Plano de Ação do CLAS de Cascais (2014), Rede Social, CLAS, Cascais.

PA – Plano de Ação do CLAS de Cascais (2015), Rede Social, CLAS, Cascais.

PDS - Plano de Desenvolvimento de Cascais (2012), “III Plano de Desenvolvimento de Cascais 2012 – 2015” Rede Social, CLAS, Cascais.

Rhodes, Rod (1996), “The new governance: governing without government”, Political studies, XLIV, p. 652-667.

Rodrigues, Maria João (2009) “Europe Globalization and the Lisbon Agenda”, Part II, 10-The Lisbon Agenda on social policy: revitalizing the, European social model, Jos Berghman, Edward Elgar, UK, USA, p.165-177.

STIGLITZ, Joseph E. (2002), “Globalização – Grande Desilusão”, Lisboa, Terramar.

STIGLITZ, Joseph E. (2010), “Freefall: Free Markets and the Sinking of the Global Economy”, Penguin Books, London.

Stoker, Gerry (1998), “Governance as Theory: Five Propositions.” *International Social Science Journal*, 50, p. 17-28.

Stöhr, Walter (1988), “Regional Policy, Technology Complexes and Research/Science Parks”, in Giaoutzi, M. and Nijkamp, P., *Informatics and Regional Development*, Avebury, Aldershot.

ANEXOS

ANEXO A – Exemplo de Guião de Entrevista

Aos membros do Núcleo Executivo (NE) – Cascais 2015

Entidades Públicas:

- I. **Isabel Pinto Gonçalves** (Arquiteta) - Diretora do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social, Representante da CMC - Camara Municipal de Cascais, tem como responsabilidade coordenação do Núcleo Executivo (NE) do CLAS, Programa Rede Social Cascais.
- II. **Isabel Almeida** Chefe Setor Oeiras/Cascais, Unidade de Desenvolvimento Social e Programas, Centro Distrital Lisboa - Representante do ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.
- III. **Ana Paula Sousa Uva** - Representante do ACES - Agrupamento de Centros de Saúde do Concelho de Cascais.
- IV. **Manuela Tinoco** - Representante do IIEFP - Centro de Emprego de Cascais.

Entidades Parceiras:

- V. **Rosa Maria Lucas Neto** – Diretora Geral da CERCICA, CRL - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais (R. Principal, 320/320^a, Livramento, 2765-383 Estoril, Tel.214658590).
- VI. **Ana Ramalheira** - Diretora Técnica Centro Social Paroquial São Domingos de Rana (Rua Castelo de Guimarães, nº 1C | 2785-290 São Domingos de Rana, Tel.214549040).
- VII. **Mafalda Morgado** - Diretora | Departamento de Ação Social da Fundação O Século (Av. Marginal Nº 4350 | 2765-246 S. Pedro Estoril, Tel.214 670 769)

Guião de Entrevista – I

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	Data de constituição do NE. Periodicidade das reuniões? Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais? Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?	Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação. Obter autorização para a gravação da entrevista. Justificar.
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	Qual o papel da Camara Municipal de Cascais no contexto da Rede Social? Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Que estratégias são utilizadas para garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS e CSF da região?	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?	Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas Especificar
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione? Como avalia a participação das Entidades parceiras, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – II

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	<p>Como considera a periodicidade das reuniões?</p> <p>Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais?</p> <p>Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?</p>	<p>Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p> <p>Justificar.</p>
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	<p>Qual o papel do Instituto da Segurança Social, I.P no contexto da Rede Social?</p> <p>Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais?</p> <p>Que estratégias são utilizadas para garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS e CSF da região?</p>	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	<p>Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional?</p> <p>Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?</p>	<p>Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas</p> <p>Especificar</p>
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	<p>Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione?</p> <p>Como avalia a participação das Entidades parceiras, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?</p>	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – III

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	Data de constituição do NE. Como considera a periodicidade das reuniões? Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais? Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?	Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação. Obter autorização para a gravação da entrevista. Justificar.
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	Qual o papel do ACES de Cascais no contexto da Rede Social? Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Que estratégias são utilizadas para garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS e CSF da região?	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?	Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas Especificar
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione? Como avalia a participação das Entidades Parceiras, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – IV

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	Data de constituição do NE. Periodicidade das reuniões? Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais? Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?	Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação. Obter autorização para a gravação da entrevista. Justificar.
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	Qual o papel do IEFP - Centro de Emprego de Cascais no contexto da Rede Social? Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Que estratégias são utilizadas para garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS e CSF da região?	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?	Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas Especificar
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione? Como avalia a participação das Entidades Parceiras, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – V

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	Data de constituição do NE. Periodicidade das reuniões? Como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais? Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?	Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação. Obter autorização para a gravação da entrevista. Em plenário 100 organizações Justificar.
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	Qual o papel da CERCICA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais no contexto da Rede Social? Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Considera que as suas ideias /sugestões são tomadas em consideração pelos membros do NE?	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?	Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas Especificar
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione? Como avalia a participação das Entidades Públicas , a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local? (como é que na prática se materializa?)</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais? (mudanças na vida das pessoas e que sem a Rede dificilmente seria possível?)</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – VI

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	Data de constituição do NE. Periodicidade das reuniões? Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais? Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?	Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação. Obter autorização para a gravação da entrevista. Justificar.
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	Qual o papel do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Rana no contexto da Rede Social? Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais? Considera que as suas ideias /sugestões são bem aceites no seio do NE?	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional? Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?	Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas Especificar
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione? Como avalia a participação das Entidades Públicas, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>Para a concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local no âmbito da Rede Social, como é que na prática se materializa?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.

Guião de Entrevista – VII

Blocos	Objetivos	Questões a serem formuladas	Observações e sugestões
A1. Composição e constituição do NE.	Tendo em conta a maturidade Democrática do País, recolher informações que permitam caracterizar o NE e como a Rede Social, foi constituída no âmbito da Governança.	<p>Como considera a periodicidade das reuniões?</p> <p>Sendo órgãos desconcentrados da administração central, como se estabelece o relacionamento no seio do NE e entre este e os restantes parceiros sociais?</p> <p>Considera que ao NE deveria integrar outras entidades?</p>	<p>Breve Apresentação - informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p> <p>Justificar.</p>
A2. Organização e funcionamento do NE, com incidência nos processos de articulação multinível de atores.	Identificar os pontos-chave da organização e funcionamento do NE.	<p>O que é a Fundação O Século?</p> <p>Qual o papel da Fundação O Século no contexto da Rede Social?</p> <p>Como é que se chega ao terreno para identificar os problemas sociais?</p> <p>Que estratégias são utilizadas para garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelos diferentes CLAS e CSF da região?</p>	Tendo em mente que possa aprender com a experiência para dar o meu contributo á S. Tomé e Príncipe no que toca ao combate a Pobreza.
A3. Definição, integração e articulação das Políticas Sociais contexto territorial.	Perceber o modo como, ao nível regional, se processa a articulação entre as Políticas Públicas.	<p>Qual o papel do NE na coordenação e integração das políticas públicas ao nível regional?</p> <p>Alguma vez o NE apresentou propostas concretas de medidas políticas que considerasse serem mais ajustadas ao seu território?</p>	<p>Enquadrar a articulação e coordenação multinível das políticas</p> <p>Especificar</p>
A4. Diagnostico Social, Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015 e o Plano de Ação do CLAS (Anual). Também existe a Ata dos Plenários e a carta Social.	Compreender as vantagens da Rede Social no sucesso da planificação estratégica da intervenção social local.	<p>Em quê que o NE se ocupa em cada ano para garantir que a Rede Social funcione?</p> <p>Como avalia a participação das Entidades Públicas, a disponibilidade dos seus recursos para as atividades da Rede Social?</p>	Identificar instrumentos e meios utilizados.

“Rede Social” como medida de Políticas Sociais – Benefícios e desafios

<p>A5. Avaliação dos resultados do Programa Rede Social.</p>	<p>Compreender o papel da Rede Social na integração das políticas públicas com incidência no território.</p>	<p>Como se processa a afetação de recursos não só humanos como financeiros? Existe algum indicador que permita quantificar e definir prioridades?</p> <p>De acordo com a legislação criada, Como avalia o impacto das dinâmicas de funcionamento do NE no âmbito da Rede Social para concretização dos objetivos de promoção do desenvolvimento social local?</p>	<p>Exemplificar.</p> <p>Invocar o velho ditado chinês “mais do que dar o peixe, criar condições para se ensinar a pescar...”</p>
<p>A6. Pontos fortes e fragilidades da Rede Social.</p>	<p>Identificar as vantagens e constrangimentos da Rede Social em termos gerais e do NE em particular.</p>	<p>Que pontos fortes e fragilidades e identifica no funcionamento da Rede Social e do NE?</p> <p>Até que ponto considera que a Rede Social fez a diferença no que toca ao combate a pobreza no conselho de Cascais?</p> <p>Do seu ponto de vista que importância teria a Rede Social para uma realidade contextual como a de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Referir pontos fortes e fragilidades do funcionamento do NE, no contexto da dinâmica de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação entre o centro e os serviços descentralizados. • A canalização de recursos por parte dos diferentes atores. • A obtenção dos dados e fontes de diagnósticos para se ter um olhar mais abrangente e sistémico sobre a região.